

Exílio *queer*?

**Migração de pessoas brasileiras LGBTQ+ para Portugal
no contexto da ascensão da ultradireita no Brasil**

Lucas Alonso

**Dissertação de Mestrado em
Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo**

Dezembro de 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Dias.

*Dedico à memória das minhas queridas
Mariluce e Bebel.*

*Agradeço às apoiadoras incondicionais deste e de tantos outros projetos,
Fabiana e Selma.*

Exílio *queer*?
 Migração de pessoas brasileiras LGBTQ+ para Portugal
 no contexto da ascensão da ultradireita no Brasil
 Lucas Alonso

RESUMO

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nos anos de 2018 e 2019, a imigração de pessoas do Brasil para Portugal apresentou expressivo aumento em relação aos anos anteriores.

No ano de 2018, chegaram ao país cerca de 30 mil brasileiros e, em 2019, mais cerca de 50 mil. Estes números representam mais da metade do total de brasileiros residentes em Portugal ao final de 2019, um estoque de cerca de 150 mil imigrantes de nacionalidade brasileira.

Este expressivo aumento coincide com o momento histórico da ascensão de um novo governo no Brasil, associado ao campo da extrema-direita e cuja campanha eleitoral se baseou, entre outras pautas, em um discurso contrário à defesa de direitos humanos, em especial, de direitos e proteção a uma comunidade específica, qual seja, a de pessoas de orientação sexual ou identidade de gênero diversas, ou pessoas LGBTQ+.

Após o processo eleitoral, foram noticiadas nas mídias brasileira e internacional histórias de pessoas LGBTQ+ brasileiras que, sentindo-se ameaçadas pela ascensão de um governo declaradamente contrário ao que nomeia como “ideologia de gênero”, ou à defesa dos direitos e proteção às pessoas LGBTQ+, decidem sair do Brasil, buscando acolhimento em outros países, nomeadamente Portugal.

Estas histórias pessoais vinculadas pela mídia emergem em coincidência com os dados de aumento da imigração brasileira para Portugal, o que propõe a questão sobre a qual se baseia esta pesquisa, qual seja, a relação entre a ascensão do governo de extrema-direita e o aumento da imigração de pessoas LGBTQ+ do Brasil para Portugal.

Para tanto, desenvolve-se neste trabalho análise qualitativa através de entrevistas a pessoas LGBTQ+ brasileiras que se mudaram para Portugal durante e após o processo eleitoral brasileiro de 2018, de forma a identificar em seus relatos e experiências elementos que corroborem com a ideia de que a ascensão de um governo de extrema-direita possa ter como consequência a migração *queer*.

PALAVRAS-CHAVE: Política; eleições; direitos humanos; diversidade sexogenérica; *queer migration*.

Queer exile?
Migration of brazilian LGBT+ persons to Portugal
in the context of the rise of the far right in Brazil

Lucas Alonso

ABSTRACT

According to the portuguese “Foreigners and Borders Service” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF), in 2018 and 2019, the immigration from Brazil to Portugal had a significant increase compared to previous years.

Around 30,000 brazilians arrived in the country in 2018 and around 50,000 more in 2019. These numbers represent more than half of the total number of brazilians residing in Portugal in the end of 2019, a stock of around 150,000 brazilian immigrants.

This expressive increase coincides with the historic moment of the rise of a new government in Brazil, a far-right-wing government, whose electoral campaign was based, among other agendas, on a speech against the defense of human rights, particularly the rights and protection of a specific community, that is, people of diverse sexual orientation or gender identity, in other words, LGBT+ persons.

After the electoral process, brazilian and international media reported stories of brazilian LGBT+ persons who felt threatened by the rise of a government declaredly against what they call “gender ideology”, or the defense of the rights and protection of LGBT+ persons, and decided to leave Brazil, seeking shelter in other countries, mainly Portugal.

These personal stories linked by the media emerge in coincidence with the data on the increase of brazilian immigration to Portugal, which proposes the question that bases this research, that is, the relation between the rise of the far-right government in Brazil and the increase in immigration of LGBT+ persons from Brazil to Portugal.

Therefore, this research develops a qualitative analysis through interviews with brazilian LGBT+ persons who moved to Portugal during and after the 2018 brazilian’s electoral process to identify in their reports and experiences, elements that corroborate the idea that the rise of a far-right government may have “queer migration” as a consequence.

KEYWORDS: Politics; elections; human rights; sexual diversity; queer migration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A MIGRAÇÃO DE PESSOAS LGBT+	7
1.1 CONCEITOS DE DIVERSIDADE SEXOGENÉRICA	7
1.2 CONCEITOS DE MIGRAÇÃO, ASILO, REFÚGIO E EXÍLIO	13
1.3 PENSAMENTO TEÓRICO CLÁSSICO SOBRE AS MIGRAÇÕES	18
1.4 VIRADAS EPISTEMOLÓGICAS.....	20
1.5 MOBILIDADES E SEXUALIDADES.....	26
1.6 <i>QUEER MIGRATION</i>	28
1.7 REFÚGIO LGBT+	33
1.8 SEXÍLIO E EXÍLIO <i>QUEER</i>	34
2. A ASCENSÃO DA ULTRADIREITA NO BRASIL.....	38
2.1 O CONCEITO DE ULTRADIREITA.....	38
2.2 A ULTRADIREITA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO "BOLSONARISMO"	43
2.3 A LGTBFOBIA NO BRASIL E OS EFEITOS DO BOLSONARISMO	51
3. IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 2010 A 2019.....	58
3.1 PANORAMA GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	58
3.2 ORIGEM E DESTINO DAS PESSOAS IMIGRANTES	59
3.3 FLUXOS, ESTOQUES E “BAIXAS” DE IMIGRANTES	63
3.4 PERFIL DAS PESSOAS IMIGRANTES.....	69
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL	75
4. ENTREVISTAS	77
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	77
4.2 AS ENTREVISTAS	82
i. “NÃO SÃO PESSOAS QUE MIGRAM, MAS REDES”	83
ii. O PRECONCEITO NO BRASIL E EM PORTUGAL	85
iii. A MIGRAÇÃO COMO MOMENTO DE “LIBERAÇÃO SEXUAL”	87
iv. O DISCURSO DE ÓDIO E OS ATAQUES LGTBFOBICOS.....	89
v. O PROCESSO ELEITORAL COMO FATOR DETERMINANTE DA MIGRAÇÃO	91
vi. A REELEIÇÃO COMO FATOR DA DECISÃO DE RETORNAR AO BRASIL	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXO I – GUIÃO DE ENTREVISTA	108
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO	110
ANEXO III – PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS.....	111

INTRODUÇÃO

O documentário “Gênero sob ataque”¹, lançado em 2019 pelo coletivo peruano CLACAI (Consórcio Latino-Americano Contra o Aborto Inseguro) apresenta panorama sobre os contextos políticos e, especialmente, os processos de eleições presidenciais de alguns países da América Latina nos últimos anos da década de 2010, quais sejam, Costa Rica, Peru, Colômbia e Brasil.

Na Costa Rica, por exemplo, o processo de eleição presidencial é narrado em paralelo à história do casal Mario e Robert. Estes tinham seu casamento marcado enquanto ocorria a campanha eleitoral. À época, o então ministro da educação Leonardo Garnier apresenta o projeto “Educação Integral Livre”, que pretende discutir nas escolas a igualdade de gênero, o respeito à diversidade e a necessidade de “se amar uns aos outros”.

A proposta de Garnier é descontextualizada e distorcida por grupos conservadores que organizam marcha contra o programa, alegando que este teria como objetivo “doutrinar” as crianças sobre suas orientações sexuais e identidades de gênero. Neste contexto, dez dos treze candidatos à presidência se opõem ao projeto e à ideia de “ideologia de gênero” que estaria em sua base.

Nesse ínterim, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em São José, capital da Costa Rica, se pronuncia a favor do casamento igualitário, o que revolta a muitos dos presidenciáveis, principalmente o cantor e pastor evangélico Fabrício Alvarado, que afirma que, se eleito, não hesitaria em romper com o pacto entre o país e a CIDH.

Diante deste contexto conturbado, às vésperas do casamento de Mario e Robert, a Direção Nacional de Notariados proíbe a celebração de casamentos de pessoas LGBT+, o que leva ao cancelamento da boda do casal, enquanto Alvarado é o candidato mais votado no primeiro turno, o que gera medo na população LGBT+ e apreensão em relação ao segundo turno, do qual, ao final, o pastor não sai vitorioso.

¹ O documentário “Gênero sob ataque”, em idioma espanhol com legendas em português, pode ser acessado em https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M&ab_channel=Clacai

A derrota do candidato evangélico foi um alívio para pessoas LGBTQ+ como Mario e Robert, que puderam então retomar seus planos, porém deixou marcas no país, que se percebe polarizado, dado que parcela expressiva da população adere ao discurso deste candidato, o que se expressa, entre outros fatores, pelo fato de haver duplicado a bancada evangélica no congresso do país.

No Peru, a ex-ministra da educação Marilú Martens alerta para a estatística que aponta que a cada minuto uma mulher é violentada no país, que as vítimas são principalmente crianças e adolescentes e que a violência ocorre principalmente em casa.

Neste sentido, a então ministra propôs programa de educação nas escolas contra a violência de gênero, o que grupos religiosos conservadores distorcem, afirmando se tratar de uma “colonização ideológica homossexual” e lançando o movimento “*con mis hijos no te metas*”, ou “não se meta com meus filhos”. O documentário entrevista pessoas nas ruas que temem que a aprovação do programa leve professores homossexuais a violar seus filhos, entre outras ideias preconceituosas.

Neste contexto, a bancada conservadora do parlamento avança em sua agenda não só ao recusar o casamento igualitário, como a atacar diretamente a Martens e censurar toda e qualquer parte de seu programa que mencione o termo “gênero”, derrubando o projeto que visava ao combate da violência sexual no terceiro país com mais denúncias de estupro no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na Colômbia, o conflito entre governos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), leva mais de 50 anos e já fez mais de oito milhões de vítimas.

Entre diversas tentativas de acordo entre as partes para o fim do conflito, o ex-presidente Juan Manuel Santos lança mão de mais um processo de negociação com as FARC, que incluía que se desarmassem, ao que estas sinalizam com abertura a negociar.

Santos então propõe referendo para votar por um “acordo de paz”, que inclui não só o desarmamento, mas também políticas de reparação, entre as quais também

constava o reconhecimento das violências, muitas vezes sexuais, praticadas contra mulheres e pessoas LGBTQ+ no contexto da guerrilha.

O referendo conta com apoio até da oposição ao presidente, exceto das alas mais conservadoras e religiosas, que, como nos casos supracitados, aproveitam-se de agendas relacionadas a questões de gênero e sexualidade para distorcer propostas e convencer a população a não aderir às mesmas.

Enquanto se dava o processo de elaboração do acordo pela paz e do referendo proposto por Santos, a então ministra da educação Gina Parody promovia campanha de revisão dos manuais de convivência escolar com objetivo de garantir o combate à discriminação no espaço escolar, incluindo a discriminação à diversidade sexogenérica.

A oposição conservadora apela para a divulgação falsa de uma revista de desenhos eróticos belga como se fosse parte dos manuais de convivência escolar, e associa a campanha do ministério da educação ao processo de acordo de paz, distorcendo as propostas de reparação a mulheres e pessoas LGBTQ+ como se fossem uma tentativa de impor uma “ditadura gay”. Alegam, então, que o acordo estaria “contaminado” pela “ideologia de gênero”, o que ecoa expressivamente na população, de forma que, ao final, a maioria vota pelo “não”, ou seja, contra o acordo pela paz.

No Brasil, em um contexto de crise política e institucional, a elaboração de material educativo contra a violência de gênero e a discriminação por motivo de diversidade sexogenérica também é o mote do qual as bancadas conservadoras e evangélicas se apropriam e distorcem para sustentar seu discurso político e eleitoral. A cartilha “Escola sem homofobia” é demonizada por estas bancadas como se fosse material que ensinaria as crianças a fazerem sexo e as influenciaria a serem homossexuais ou transgêneros. A pressão destas bancadas leva a então presidenta Dilma Rousseff a vetar a distribuição do material. A mesma bancada conservadora e evangélica foi, anos depois, a base do pedido e da votação que culminaram no *impeachment* de Dilma.

Entretanto, o discurso anti “ideologia de gênero” não se observou só na esfera política. Ocorreram, por exemplo, diversos casos de manifestações e censuras a eventos culturais, como a tentativa de boicote da visita da filósofa Judith Butler ao

Brasil em 2017 e, diante do fracasso do boicote, os consequentes “atos de repúdio” à sua presença em frente ao local onde palestrava, alegando que Butler seria “a maior propagadora da ideologia de gênero no Brasil”.

Neste contexto político, social e cultural, emerge desta bancada conservadora e evangélica, um candidato à presidência da República, o então deputado federal Jair Bolsonaro, chamado no documentário de “uma espécie de Donald Trump brasileiro”. Entre suas declarações antes e durante a campanha eleitoral, destacam-se falas como a de que o Brasil é um país para as majorias, e que as minorias devem se curvar, entre diversos outros registros de falas que atacam as minorias de diversas formas, incluindo a demonização e proposta de combater a “ideologia de gênero”. O discurso do candidato ecoa na população de forma que não só a polariza, como se observou no contexto costa-riquenho, mas resulta em sua vitória no pleito.

Assistir a este documentário foi a primeira centelha para pensar as diversas repercussões deste contexto e desta narrativa adotada como plataforma eleitoral e política. Qual será o efeito desta estratégia na vida da população? Em especial, como esta afetará especialmente a vida das pessoas LGBTQ+, cuja existência e realidade são reduzidas por esses discursos a um conceito distorcido de “ideologia de gênero”, tão alvejado e combatido pelo conservadorismo político e por parte expressiva da população que adere a esse discurso e vota nesta corrente política?

Pensando especialmente no caso brasileiro, em que o ataque à “ideologia de gênero” e sua instrumentalização como discurso eleitoral e construção de plataforma política em torno deste discurso repercutem de forma que o candidato que capitaneia este ataque vence a eleição presidencial de 2018, quais terão sido os efeitos deste cenário sobre as pessoas que não só não aderiram a este discurso e não votaram neste candidato, mas fazem parte de “minorias” ou comunidades por ele atacadas?

Em janeiro de 2020, é vinculada pela Folha de São Paulo, um dos principais jornais brasileiros, notícia intitulada “Número de brasileiros em Portugal cresce 43% em 2019 e bate recorde”² que narra que, após queda nos números de imigrantes brasileiros em Portugal nos primeiros anos da década compreendida entre 2010 e

² <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/numero-de-brasileiros-em-portugal-cresce-43-em-2019-e-bate-recorde.shtml>

2019, o fluxo migratório do Brasil para Portugal passa a crescer e bate recordes justamente nos anos de 2018 e 2019, anos em que ocorrem o processo eleitoral, a eleição e a posse do atual presidente. A notícia se baseia em números do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, que serão analisados mais adiante neste trabalho.

Entretanto, à mesma época, o blog brasileiro “Observatório G”, dedicado a pautas relacionadas à diversidade sexogenérica, resume notícia vinculada no jornal El Mundo, com o título “Portugal vira refúgio de LGBTs brasileiros após eleição de Bolsonaro, diz jornal”³. A notícia à qual o blog se refere também será citada adiante neste trabalho.

Não se sabe quantos dos quase 80 mil brasileiros que se mudaram para Portugal em 2018 e 2019 são pessoas LGBT+, porém, a coincidência entre o resultado do processo eleitoral, o aumento expressivo no fluxo migratório do Brasil para Portugal e a vinculação nas mídias brasileira e internacional levam à formulação da questão principal à qual este trabalho pretende responder: o discurso de ódio do então candidato e atual presidente eleito Bolsonaro contra as pessoas LGBT+ terá sido o fator ou ao menos um dos fatores que causaram este aumento da migração, especialmente entre pessoas LGBT+?

Posto que não há dados que permitam mensurar a quantidade de pessoas LGBT+ que migraram do Brasil para Portugal, ou melhor, quantas destas pessoas imigrantes se identificam como pessoas LGBT+, será realizado estudo qualitativo como forma de buscar responder a esta questão, ou, ao menos, encontrar caminhos de reflexão sobre o tema.

Neste contexto, este trabalho de pesquisa será estruturado da seguinte forma. No capítulo 1, serão apresentados os conceitos básicos à discussão proposta, quais sejam, as definições de migração, refúgio e exílio e a compreensão dos temas relacionados à diversidade sexogenérica, como introdução para a discussão que se seguirá acerca das teorias que abordam as migrações e, especialmente, as que abordam a intersecção das migrações com as questões de diversidade sexogenérica.

³ <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/portugal-vira-refugio-de-lgbts-brasileiros-apos-eleicao-de-bolsonaro-diz-jornal>

No capítulo 2, se apresentará o conceito de ultradireita, ou direita populista radical, isto é, entendimentos do que está no espectro político entendido como extrema-direita, e, à luz desta discussão conceitual, será apresentado panorama sociopolítico vivido no Brasil nos últimos anos, seguindo-se de enfoque na relação entre este panorama e as questões de diversidade sexogenérica no país.

No capítulo 3, será desenvolvida análise quantitativa detalhada dos dados do movimento migratório do Brasil para Portugal, relacionando-os novamente com o contexto sociopolítico e as questões de diversidade sexogenérica no Brasil.

Finalmente, no capítulo 4, será realizada análise qualitativa de entrevistas realizadas com pessoas LGBTQ+ brasileiras que se mudaram para Portugal nos anos de 2018 e 2019, como forma de buscar respostas à questão que provoca esta pesquisa, qual seja: o contexto sociopolítico brasileiro a partir da ascensão da ultradireita ao poder, em especial em relação ao discurso eleitoral e plataforma de governo, que alvejam a pessoas LGBTQ+ e a chamada “ideologia de gênero”, terá sido um fator determinante na decisão destas pessoas de saírem do Brasil?

1. A MIGRAÇÃO DE PESSOAS LGBT+

1.1 CONCEITOS DE DIVERSIDADE SEXOGENÉRICA

A palavra “sexo” deriva do latim *sexus*, substantivo relacionado ao verbo latino *secare*, que significa cortar, separar, dividir. Corresponde à divisão que distingue seres vivos entre dois grupos, quais sejam, feminino e masculino, baseando-se na diferença física entre ambos, nomeadamente em relação aos órgãos sexuais, assim como à atividade sexual (Borba, 2005).

No caso dos seres humanos, são consideradas do sexo feminino as pessoas que carregam os cromossomos sexuais XX e do sexo masculino aquelas que carregam os cromossomos XY (Cox et. al., 2009, p. 37). Para além desta divisão, existem mais de quarenta outras combinações cromossômicas, que se apresentam através de características físicas internas ou externas, sendo os indivíduos nascidos com qualquer uma destas combinações chamados “intersexuais”. Estima-se que cerca de 2% da população mundial seja intersexual, o que equivale ao número de pessoas naturalmente ruivas (Reis, 2021).

A palavra “gênero” deriva do latim *genus*, que significa origem ou raça. Corresponde à noção de divisão de seres em categorias com características comuns, sejam relacionadas a tipo, espécie, classe ou sexo (Borba, 2005). Neste sentido, é comum encontrar um paralelo entre os conceitos de sexo e gênero, dado que se pode classificar seres humanos, por exemplo, entre os gêneros feminino e masculino, como uma característica de divisão entre grupos, sendo o critério de divisão o sexo. Nas últimas décadas, porém, passou-se a considerar uma distinção entre sexo e gênero de acordo com a qual aquele representa a divisão biológica entre seres feminino e masculino, e este como uma divisão baseada no papel social atribuído a um indivíduo, ou seja, sua identidade de gênero (Heilborn, 1994).

Em relação à identidade de gênero, o Glossário do Centro de Pesquisas LGBTQIA da Universidade da Califórnia (UCDavis, 2020) apresenta alguns dos principais conceitos relevantes para seu entendimento.

São chamadas pessoas “cisgênero” as que apresentam identidade de gênero, ou desempenho de um papel de gênero, que a sociedade considera corresponder ao sexo atribuído à pessoa no nascimento. O prefixo cis- significa “deste lado” ou “não do outro lado”.

Já as pessoas que apresentam diferença entre o gênero com o qual se identificam e as expectativas convencionais ou culturais com base no sexo que lhes foi atribuído no nascimento são chamadas de “transgênero”, ou simplesmente “trans”. Uma mulher que foi designada como homem no nascimento será chamada “mulher trans”, assim como um homem que foi designado como mulher ao nascer será chamado “homem trans”.

O espectro de identidades de gênero, porém, não se esgota na binaridade cis/trans, e as experiências de gênero abrangem um universo de expressões e modos de ser que vão além da binaridade masculino/feminino. Desta forma, há pessoas que se identificam como “não-binárias”, “gênero fluido”, entre outras diversas identidades possíveis.

Há também um conceito de identidade de gênero que deve ser abordado no contexto deste trabalho. Conforme analisou Julieta Vartabedian (2012, p. 44) o termo “travesti” é largamente utilizado no Brasil, assim como em alguns países da América Latina, como identidade de gênero, assim como a expressão “travestilidade”.

Em meados do século XX, era usado para designar homens que se vestiam de mulher, ou seja, se “travestiam”, como uma forma de expressão de feminilidade temporária (idem, p. 50). No contexto político e social brasileiro das décadas de 1960 a 1980, durante a ditadura militar vivida no país, o termo passa a ser associado a mulheres trans marginalizadas por fatores como prostituição, uso de drogas e, mais tarde, VIH/SIDA (idem, p. 51). Também nesse contexto, muitas dessas travestis, ao exporem publicamente sua identidade e feminilidade, representaram enfrentamento ao conservadorismo do regime vigente, sendo muitas vezes por este motivo vítimas de violência policial, detenções arbitrárias e até assassinato (idem, pp. 51-52).

Neste panorama de marginalização e posicionamento identitário, o termo vai, ao longo dos anos, adquirindo importância política. Tanto é que, até hoje, é adotado

como identidade de gênero por muitas destas mulheres que, por sua origem humilde, baixa escolaridade, marginalização e apelo à prostituição como forma de sobrevivência, veem sua existência contemplada pelo termo e não se identificam como mulheres trans, ainda que haja similaridades com a experiência de gênero destas (idem, p. 52).

Para além do sexo biológico e da identidade de gênero, há também o conceito de “orientação sexual”, que leva em conta a sexualidade, em relação ao desejo sexual e, conseqüentemente, ao papel social desempenhado pelas pessoas desejantes.

O glossário da UC Davis (2020) organiza também os diversos conceitos que compõem a diversidade de orientações sexuais. São chamadas “homossexuais” as pessoas cuja orientação sexual se define pela atração física e emocional por pessoas do mesmo sexo. Neste sentido, são chamadas “lésbicas” as mulheres atraídas por outras mulheres e “gays” os homens atraídos por outros homens. Entretanto, haverá pessoas atraídas pelos dois gêneros, chamadas “bissexuais”, assim como aquelas atraídas por pessoas independentemente de gênero, identidade de gênero ou outros enquadres, chamadas “pansexuais”. Por fim, também há um espectro de orientações sexuais geralmente caracterizadas pela ausência de atração sexual ou desejos de sexualidade em parceria, e os indivíduos que assim se entendem são chamados “assexuais”, conceito que difere da ideia de celibato, que é a abstenção deliberada da atividade sexual, apesar do desejo sexual.

A soma de todos estes conceitos se encontra abrigada na sigla LGBT, um termo guarda-chuva que muitas vezes é usado para se referir à comunidade como um todo, ou em siglas mais amplas, como LGBTQIA, estendida para incluir intencionalmente e aumentar a conscientização das comunidades *queer*, intersexuais e assexuais, bem como outras comunidades do espectro da diversidade sexogenérica (UC Davis, 2020).

O termo “*queer*” originalmente significa “anormal” ou “estranho” em inglês. Historicamente, o termo foi usado como ofensa contra pessoas cujo gênero, expressão de gênero e/ou sexualidade não estão de acordo com as expectativas sociais dominantes. Com o passar do tempo, algumas pessoas passaram a reivindicar politicamente a palavra *queer* como identidade e celebração de não se encaixar nas

normas sociais. Desta forma, ocorre que pessoas que se identificam como LGBTQIA usem também a palavra *queer* para se descrever (idem).

Neste trabalho, será adotada a sigla LGBT+, como forma de abreviar sem desconsiderar que há diversas outras identidades para além das contempladas na abreviação; assim como a palavra *queer*, sempre que o contexto enseje seu uso.

O glossário da UC Davis (2020) também aborda e define termo relevante no contexto deste trabalho, o de “heteronormatividade”, que corresponde a atitudes e comportamentos que assumem, incorretamente, que orientação sexual deveria ocorrer apenas entre pessoas do gênero oposto, que a expressão de gênero deve estar conectada ao sexo biológico e seguir a lógica binária, rejeitando, portanto, as formas de atração sexual distintas da heterossexual, a diferença entre sexo e identidade de gênero e as expressões de gênero que vão além do feminino e masculino. Neste sentido, portanto, de acordo com a heteronormatividade, espera-se, por exemplo, que uma pessoa designada como mulher ao nascimento (1) tenha um corpo lido e considerado “feminino” socialmente, (2) se identifique como mulher, (3) desempenhe expressão de gênero feminino e cumpra os papéis socialmente associados às mulheres e (4) sinta atração romântica e sexual por homens.

O filósofo Michel Foucault observou profundamente a constituição deste dispositivo que se denomina heteronormatividade. Ele analisa, desde o século XVIII, a regulação das práticas sexuais pelo encontro entre a moral cristã e a lei civil, que definiam o lícito e ilícito no campo sexual de acordo com seu enquadramento ao matrimônio como único espaço possível para a relação sexual vinculada à reprodução. Tudo o que estivesse fora da realização das obrigações conjugais com fins reprodutivos seria, portanto, ilícito, qualquer que fosse a prática em questão, desde o adultério, o estupro e o incesto até a sodomia e a “carícia recíproca”. Neste sentido, a homossexualidade era tão condenável quanto o casamento sem o consentimento dos pais ou a infidelidade (Foucault, 1977, pp. 37-38).

Foucault nota que há uma inflexão nesta lógica no século XIX, quando então o “casal legítimo”, o casal heterossexual e monogâmico, ou seja, praticante da “sexualidade regular”, em sendo considerado o “padrão”, não demanda a mesma atenção do que aquilo que desvia desta regulação, isto é, tudo o que escapa dela passa

a estar no centro das discussões sobre o tema. Desta forma, chamam atenção as atividades sexuais daqueles que “não amam o outro sexo”, as práticas consideradas como devaneios ou obsessões, enfim, o que não se enquadre na sexualidade regular (idem, p. 38). Neste contexto, tudo o que desvia das leis naturais da “matrimonialidade” e regras imanentes da sexualidade passa a ser considerado infração moral ou legal (idem, p. 39), e todos aqueles que praticarem estes atos de “perversão” terão suas práticas lidas como vício ou delito (idem, pp. 39-40), o que Foucault nomeia como o surgimento de “sexualidades periféricas” (idem, p. 40).

“Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia — a dos antigos direitos civil ou canônico — era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (idem, p. 42).

Neste sentido, Foucault observa que esta concepção não se restringe aos campos morais, sociais ou jurídicos, mas se estende para a medicina, psiquiatria e psicologia, de forma que os comportamentos sexuais “periféricos”, ou as perversões, são patologizados e a homossexualidade, considerada antes como uma mera incidência, passa a ser considerada uma aberração, que deve ser interditada (idem, pp. 42-43).

A filósofa Judith Butler avança na discussão iniciada por Foucault acerca da sexualidade e da normatividade.

Butler intensifica a ideia de que as categorias de sexo e gênero são ambas construções sociais, criticando o desenvolvimento de teorias anteriores sobre os temas, que se baseavam no pressuposto de uma oposição entre o sexo enquanto categoria biológica e o gênero como algo socialmente construído e reproduzido.

“(...) o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza (...) ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura” [grifo da autora], isto é, “o gênero é designado pelo mesmo aparato de produção pelo qual os sexos são estabelecidos (Butler, 1990, p. 25).

Ainda de acordo com Butler, os dois sexos⁴ recebem o seu significado sob a ótica de uma tríade que conecta sexo, gênero e desejo (idem, p. 24), resultando numa análise que parte de uma “heterossexualidade institucional” (idem, p. 45): a forma anatômica de um corpo, ou o sexo biológico, desempenha uma identidade de gênero que lhe corresponda e o desejo deste corpo se orienta a outros corpos de características anatômicas “opostas”, isto é, de outro sexo biológico e outra identidade de gênero que não a sua – o que Irigaray chamou de “velho sonho da simetria” (idem).

Partindo desta ótica, as formas desviadas da “heterossexualidade compulsória” (idem, p. 50), isto é, as identidades sexuais “subversivas”, nas quais não haja correspondência entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação de desejo ao sexo e gênero opostos não seriam “inteligíveis”, isto é, não poderiam ser entendidas culturalmente levando-se em conta a matriz heterossexual.

Avançando na discussão sobre a heterossexualidade compulsória, ou a heteronormatividade, Butler aborda conceito proposto por Julia Kristeva de “abjeção”, paralelo ao que Foucault percebeu ser entendido como “perversão” ou “aberração”. Kristeva (1982, p. 53) define como “abjeto” tudo o que é considerado como um “excesso” produzido pelo corpo, que, portanto, deve ser e é expelido e descartado: urina, sangue, esperma e outros excrementos corporais. Partindo deste conceito, Butler propõe o entendimento paralelo de “corpos abjetos”, os corpos cuja existência é considerada um “excesso” pela sociedade, por não estarem subscritos ao discurso imperativo heterossexual, motivo pelo qual são por esta repudiados e excluídos (Butler, 2002, pp. 18-19).

⁴ Neste ponto da discussão, a autora supõe “por um momento a estabilidade do sexo binário” (Butler, 1990, p. 24), ou seja, da ideia de dois sexos, masculino e feminino, sem levar em conta a intersexualidade, ou seja, as combinações biológicas intersexo, mencionadas na página 7 deste trabalho.

Partindo de outra ótica, Butler também propõe outro conceito que conversa com esta definição, qual seja, o de “vidas passíveis de luto” e seu oposto, as vidas não passíveis de luto, ou vidas “precárias”. De acordo com a autora, ser portador de uma vida passível de luto, ser reconhecido como uma pessoa, como um cidadão, não estaria ao alcance de todos, mas sim restrito àquelas vidas que se adequam às normas vigentes em uma sociedade (Butler, 2015, pp. 20-21). Neste contexto, o que não é reconhecido como “adequado” à norma, ou seja, o que está fora deste campo de reconhecimento social, tem sua existência vivida de forma “precária”, negligenciada e, no limite, destruída, dado que não há implicação social com qualquer cuidado em relação a estas vidas (idem, pp, 30-31).

Neste sentido, tudo aquilo que é visto como aberração, como abjeto, como uma vida precária ou não passível de luto, transgressora da norma, oposta à normatividade – na qual se inclui a heteronormatividade – gera reações entre os que operam dentro da lógica normativa, e a entendem como o único caminho possível de ser e estar no mundo. Estas reações ocorrem sob diversas formas, desde a invisibilização de suas peculiaridades, a discriminação para com as diferenças, o cerceamento de seus direitos e garantias básicas, até diversos tipos de violência, de psicológica a física, culminando no extremo de execução das pessoas dissidentes.

No caso da dissidência sexual, ou seja, das pessoas LGBTQ+, estes diversos tipos de reações eram originalmente nomeados como “homofobia”, referindo-se à violência e hostilidade contra homossexuais, ou seja, lésbicas e gays. Porém, a compreensão acerca da amplitude do espectro da diversidade sexogenérica levou à utilização de termos como a sigla LGBTQ e, conseqüentemente, o termo “LGBTfobia” se popularizou, sendo hoje considerado como forma de definir os atos de ódio a toda a população que compõe este espectro (Fundo Brasil, s.d.).

1.2 CONCEITOS DE MIGRAÇÃO, ASILO, REFÚGIO E EXÍLIO

O Glossário das Migrações, lançado em 2019 pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) – em inglês, *International Organization for Migration (IOM)* –,

órgão para as migrações da Organização das Nações Unidas (ONU), explica e sintetiza os principais conceitos acerca do tema.

O documento apresenta o termo “mobilidade humana” como uma gama ampla de movimentos de pessoas, que inclui desde as deslocações mais breves, como as motivadas pelo turismo, até as deslocações por motivo de mudança de residência dentro de um Estado ou através de uma fronteira internacional, ou seja, “migração”.

Ainda de acordo com o glossário, são vários os tipos de migração passíveis de ser elencados, como a migração econômica, quando o objetivo é a busca por melhores condições materiais de vida; laboral, quando ligadas a oportunidades de trabalho; familiar, quando tem como objetivo a reunião familiar através da migração de um núcleo até o local onde já se encontra um membro da família; as migrações ambientais, provocadas por condições e alterações climáticas; entre outras.

O documento também distingue as migrações regulares, que estão de acordo com as leis e diretrizes que regem a saída, entrada e a permanência nos Estados e com as obrigações reguladas pelo direito internacional, das migrações irregulares, que, por diversos motivos que seja, não estão documentadas oficialmente.

Para além dos conceitos de migração, o glossário apresenta também os conceitos de “asilo” e “refúgio”. O primeiro refere-se amplamente ao pedido por parte de um indivíduo, e à concessão por parte de um Estado, de acolhimento e proteção em território alheio à residência habitual da pessoa requerente, por motivo de perseguição, ameaça ou ofensa grave. Já o segundo refere-se mais especificamente à regulamentação da Convenção de 1951 da ONU, que instrumentaliza o pedido de asilo sob o critério de “fundado temor de perseguição”, seja por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um determinado grupo social, está fora do país de sua nacionalidade. Em outras palavras, o enquadramento em algum destes critérios de fundado temor de perseguição garantem legalmente à pessoa requerente de asilo o status de pessoa refugiada, isto é, a possibilidade de acolhimento em um Estado que não o seu de residência habitual, para onde a pessoa não poderia retornar dada a ameaça comprovada à sua existência.

Também se apresentam no documento outros instrumentos aos quais podem recorrer as pessoas requerentes de asilo, como a proteção complementar ou subsidiária, regulados pelos Estados para abrigar a estada de pessoas que demandam proteção internacional, mas não estão contempladas no âmbito da Convenção de 1951, isto é, não há possibilidade de alegar fundado temor de perseguição.

Entretanto, há termos e definições relacionados ao tema e, especialmente, ao interesse deste trabalho, que não foram contemplados pelo glossário da OIM. A palavra “exílio”, por exemplo, não consta do mesmo.

O termo exílio está definido em dicionários da língua portuguesa por amplos significados, como a saída forçada ou voluntária do próprio país; desterro; condenação ao degredo; ação ou efeito de exilar, de ser retirado do seu país de origem, ou de o deixar por vontade própria; expulsão da pátria por razões políticas ou religiosas; expatriação; e local em que habita a pessoa que, por escolha ou imposição, foi embora de seu país de nascimento (Dicionário Online de Português, s.d.; Dicionário Porto Editora, s.d.).

Tampouco está contemplado ou sequer citado no documento da OIM o termo “autoexílio”. Entre as poucas definições que podem ser encontradas para o termo, destaca-se a apresentada pela historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, que observa que alguns indivíduos, sentindo-se ameaçados ou vítimas de perseguição política, racial ou religiosa, podem buscar e, eventualmente, buscam de fato, exílio por iniciativa própria em outros países, sem que tenha havido nenhum ato legal ou jurídico que de fato impila sua saída. A isto, costuma-se chamar “exílio voluntário” ou “autoexílio”. Essa modalidade de exílio costuma ser desmerecida por apoiadores do regime que motiva a saída do dissidente, por não configurar tecnicamente um exílio imposto, mas é tratada de forma equivalente aos exílios forçados por organizações de direitos humanos, como a Amnistia Internacional (Schwarcz, 2019).

Schwarcz destaca a estimativa de que cerca de 10 mil brasileiros tenham se exilado ou autoexilado entre os anos de 1964 e 1979, período que coincide com a vigência de ditadura militar no país. Ela também destaca alguns exemplos de pessoas que se exilaram ou autoexilaram neste período, desde artistas que se opuseram ao regime militar e refletiram em suas obras sua posição, como Chico Buarque, Caetano

Veloso e Gilberto Gil, até políticos que atuavam em espectro político opositor ao mesmo regime, como Leonel Brizola e Fernando Henrique Cardoso, este último tendo sido posteriormente presidente do Brasil em dois mandatos sucessivos, entre os anos de 1995 e 2002.

Entretanto, na matéria em que apresenta e discute os conceitos de exílio e autoexílio, Schwarcz demonstra haver alguma incerteza entre os limites de cada conceito, por exemplo, quando chama de autoexílio um caso de exílio forçado, ou quando diz que o indivíduo que se sente ameaçado ou perseguido em seu país pode pedir “exílio” em outro país, quando o contexto da fala sugere que se refere a pedidos de “asilo”.

Os resultados da busca pelas definições conceituais dos termos “migração”, “asilo”, “refúgio” e “exílio” corroboram com a ideia de que os conceitos são frequentemente confundidos entre si, dificultando o estabelecimento dos limites que diferenciam um conceito do outro, como observado na matéria de Schwarcz.

O significado da palavra exílio parece, por vezes, confundir-se com o termo asilo e com o conceito de refúgio, como um termo amplo que abrangeria os movimentos de saída do local de origem, sendo voluntária ou forçada, por motivações pessoais ou sociais e políticas. Outras definições, porém, parecem estabelecer certo limite entre exílio e refúgio. Enquanto este estaria relacionado ao fundado temor de perseguição, aquele se daria quando há motivos externos para a mudança, mas que não se enquadrariam nos pressupostos comumente adotados para a solicitação de asilo. No levantamento bibliográfico sobre os temas, frequentemente se percebe não haver distinção entre os conceitos, apesar de, em algumas ocasiões, ser referida a diferença entre cada um dos termos.

Heloísa Paulo (2014, pp. 455-456) analisa que as pessoas migrantes, migrantes políticas, exiladas e refugiadas têm em comum a necessidade de sobreviverem em um país estrangeiro, porém têm motivos diferentes para saírem de seus países de origem. Enquanto o migrante “comum” busca construir uma nova vida, considerando a possibilidade de eventualmente voltar a seu país, nos outros casos, a partida é geralmente algo imposto, fruto de atos de hostilidade declarada por parte do Estado

ou de outro agente da sociedade [refugiados⁵], ou resultado do comprometimento das suas possibilidades de sobrevivência e existência no país de origem [exilados⁶]. Na sequência de sua exposição, porém, a autora frequentemente se refere a “emigrados/exilados” ou “exilados/refugiados”, borrando a fronteira entre os conceitos e apagando as particularidades do exílio.

Andrea Calamari (2022), em artigo sobre o escritor austríaco e judeu Stefan Zweig, que se muda para o Brasil no contexto da ascensão do nazismo na Europa da década de 1940, destaca que “o exilado se muda porque não tem alternativas e é forçado a se afastar de sua terra” e que “durante séculos, a palavra exílio não teve independência da palavra desterro [com sentido de banimento]”. A autora cita em seu artigo diversos casos de desterro como banimento, desde bíblicos e mitológicos, até fatos históricos tanto de desterros como de exílios ocorridos no Império Romano e até a diáspora judaica. Por fim, narra o caso de Zweig, demonstrando que se antigamente exílio e desterro eram utilizados como sinônimos, atualmente há uma clara diferença entre os dois, nomeadamente o fato de que a imposição do desterro ou banimento é distinta da opção pelo exílio, ainda que esta opção seja feita mediante risco real à existência. Porém, em seguida, assim como Paulo, Calamari se refere ao movimento de Zweig ora como refúgio, ora como exílio – mais uma vez, a diferença entre os termos parece dissolver-se.

Observa-se que é comum que se recorra ao termo exílio para explicar todo o movimento que esteja neste largo espectro que vai da migração ao refúgio, enquanto em outras ocasiões se percebe que pode haver um sentido específico para o termo, principalmente quando há referência a conceitos como “autoexílio” ou “exílio voluntário”.

Neste contexto, será considerado neste trabalho o conceito de “exílio” como sinônimo dos dois últimos, ou seja, como uma saída voluntária, não imposta, uma opção feita independentemente de qualquer ameaça direta, uma escolha feita por qualquer pessoa que perceba no ambiente onde vive restrições à sua existência e

⁵ Nota do autor.

⁶ Idem.

expressão, sejam de natureza política, social, cultural, étnica, religiosa, sexual ou qualquer outra.

O exílio será considerado então o termo que se posiciona no centro do espectro que vai da migração ao refúgio, ou seja, o que não é nem uma migração “comum”, dado que há um fator de motivação relacionado às subjetividades e a uma percepção de ameaça ou cerceamento de liberdade por parte de quem se “exila”, nem uma fuga diante uma ameaça direta, ou melhor, um fundado temor, mas uma opção, mais ou menos política, por encontrar um novo lugar que acolha as subjetividades e não ameace a existência destes que, ao final, se “exilam”.

1.3 PENSAMENTO TEÓRICO CLÁSSICO SOBRE AS MIGRAÇÕES

Joaquín Arango (2004) e Russell King (2012) debruçam-se sobre a trajetória dos estudos e do pensamento teórico acerca dos movimentos migratórios, que são relativamente recentes.

Faz pouco mais de um século que Ernst Ravenstein publicou suas “leis da migração”, inaugurando as reflexões teóricas acerca do tema e a elaboração de modelos que explicassem os movimentos migratórios que são até hoje considerados, como o de repulsão *versus* atração, e da abordagem que privilegia a ótica individual e utilitária da decisão racional de migrar, afinada a princípios do pensamento microeconômico neoclássico (King, 2012, pp. 12-14).

“(...) leis ruins ou opressivas, tributação pesada, clima pouco atraente, ambiente social pouco agradável e até compulsão (tráfico de escravos, transporte), todos produziram e ainda produzem correntes migratórias, mas nenhuma dessas correntes pode se comparar em volume com aquela que surge do desejo inerente à maioria dos homens de ‘melhorar’ a si mesmos em aspectos materiais” (Ravenstein, 1889, p. 286).

Arango (2004, p. 17) cita Arthur Lewis, que considera como o primeiro a dedicar-se a uma real formulação teórica acerca das migrações. De acordo com ele, seguindo o ideário neoclássico já adotado em Ravenstein, Lewis define a atração e

repulsão de trabalhadores com base na oferta de mão-de-obra disponível em um setor ou um modelo de desenvolvimento, e, conseqüentemente, nos níveis salariais oferecidos mediante a variação da oferta de mão de obra.

Em seguida a estas formulações, e, em alguns momentos, a partir delas, são propostos outros modelos de análise, como as “hipótese da transição de mobilidade”, que inaugura ótica macroeconômica no estudo das migrações, isto é, leva em conta contextos estruturais como a modernização e o desenvolvimento das sociedades de origem e destino das migrações (King, 2012, pp. 14-16).

Combinando níveis micro e macro, mas indo além do foco nos comportamentos individuais e de motivação meramente material, passa-se a observar a dinâmica de migrações que ocorre entre sociedades mais e menos desenvolvidas, entre países com mais ou menos oferta de mão-de-obra disponível em dados setores ou relacionados a dados modelos de desenvolvimento, entendendo que a distribuição geográfica da mão-de-obra tem influência direta das estruturas econômica e social dos países de origem e destino, ou, em outras palavras, a migração como uma forma de redistribuição da mão-de-obra enquanto fator de produção (Arango, 2004, p. 18).

Nas últimas décadas do século XX, estas óticas passam a ser questionadas por um espectro ideológico e intelectual “antagonista” ao tradicional pensamento neoclássico. A ascensão do pensamento marxista na academia, baseado em uma metodologia de análise “histórico-estrutural”, propõe uma reflexão acerca dos movimentos migratórios que leva em conta não só as estruturas micro e macro dos mercados entre os quais os migrantes fluem, mas conceitos como a divisão internacional do trabalho e a teoria da dependência, que explicam as relações socioeconômicas entre países centrais e industrializados e países periféricos e agrários, assim como os processos históricos de formação e evolução destas sociedades e economias, entre as quais as pessoas estabelecem fluxos migratórios, influenciados então pela dinâmica do sistema capitalista para além de suas ambições individuais (idem, p. 19).

Essas teorias e modelos, ainda que divergentes em seus métodos e proposições, tem algo em comum: restringem sua análise às condições materiais tanto dos migrantes como das sociedades das quais emigram e para as quais imigram, ou

seja, têm seus espectros de análise e reflexão circunscritos a conceitos dos âmbitos econômico ou socioeconômico, estrutural e superestrutural, influenciados pelo funcionamento de um mercado em particular, de um modelo de desenvolvimento e/ou do sistema capitalista como um todo.

Este limite na ótica de observação das migrações se expressaria, de acordo com Arango (2004, pp. 19-20), na simples constatação de que, se baseados de fato nas estruturas de mercado, de modelos de desenvolvimento e do sistema capitalista, os fluxos migratórios seriam imensamente maiores do que o são de fato, o que sugere que há aspectos para além destas estruturas que ao fim determinam a decisão e circunstância das migrações.

1.4 VIRADAS EPISTEMOLÓGICAS

O levantamento realizado por Joaquín Arango (2004) e Russell King (2012) não se encerra na observação crítica dos limites da ótica economicista sob a qual as migrações foram analisadas ao longo das últimas décadas. Os autores também realizam inventário das novas abordagens que surgem tanto a partir de críticas ao pensamento dominante como em paralelo ao mesmo.

Em uma abordagem de “sistemas”, Akin Mabogunje (1970) propõe que há um contexto ambiental composto não só por condições econômicas, mas também pela disponibilidade de transportes e comunicações, além da influência de condições como as políticas governamentais e os valores sociais e comunitários aos quais estão expostas as pessoas que tencionam migrar.

Ainda de acordo com Mabogunje (idem), constituem estes sistemas migratórios as associações relativamente estáveis entre países receptores e várias áreas de origem. Tal associação não resulta apenas de fluxos migratórios, mas é sustentada por conexões e vínculos de naturezas diversas. Essas ligações e as interações que propiciam constituem contextos favoráveis a certos fluxos de migração.

Em uma abordagem de “redes”, Joaquín Arango defendia, desde meados da década de 1980, que relações interpessoais representam um capital social que

favorece a movimentação internacional (King, 2012, p. 21). Em outras palavras, este capital social seria levado em conta na decisão de migrar, o que exemplifica citando ideia preconizada por Charles Tilly, para quem “não são pessoas que migram, mas redes” (idem).

De acordo com King (2012, p. 10), Arango é um dos autores que desafiam o que chamou de “cegueira disciplinar” das teorias das migrações, ao enfatizar, desde sua produção da década de 1980 até seus mais recentes estudos do início do século XXI, que limitar a investigação a disciplinas únicas reduz a compreensão da complexidade dos processos de migração e dificulta a construção teórica sobre as migrações.

Arango (2004, pp. 30-31) observa que as contribuições teóricas mais recentes têm levado a um melhor entendimento acerca das causas das migrações, mas que o estado da arte ainda é insatisfatório, chamando atenção para lacunas como a pouca atenção que se dá à influência das estruturas familiares, sistemas sociais, dimensões culturais e os custos de adaptação.

O autor também destaca como uma falha na reflexão sobre os processos migratórios o fato de não se dar atenção às políticas de admissão de migrantes, ou seja, o papel crucial desempenhado pelos Estados na fluência da migração, especialmente através da aplicação de medidas restritivas e seletivas a estes fluxos (idem, p. 31).

Sua avaliação crítica também inclui a constatação da subestimação da análise do refúgio e ênfase na migração voluntária (idem, p. 31-32), e, finalmente, a fragilidade epistemológica percebida na generalidade das teorias que pretendem explicar os fenômenos migratórios (idem, p. 32).

Concluindo sua análise crítica, Arango entende que estas limitações fazem parte das dificuldades da construção de teorias que expliquem os comportamentos humanos, influenciados por diversas variáveis. Neste sentido, as migrações seriam um fenômeno do espectro do comportamento humano especialmente difícil de definir e mensurar, e seu aspecto multifacetado seria um obstáculo a uma construção teórica, que demanda uma abordagem interdisciplinar que raramente ocorre (idem, p. 33).

Outro autor que defende a urgência da interdisciplinaridade nos estudos das migrações é Stephen Castles, que entende que a migração abrange todas as dimensões da experiência humana, e, portanto, exige uma abordagem interdisciplinar (Castles, 2010, tradução do autor).

Castles cita Massey e colegas (1998, apud Castles, 2010), que argumentam que o mundo pós-industrial e pós-Guerra Fria precisa de uma nova teoria da migração apropriada aos novos tempos, e que então é necessário reavaliar as teorias da migração internacional e alinhá-las às novas condições observadas empiricamente.

Para Castles (2010), é necessário desconstruir paradigmas antigos e hostis observados na ótica dos países desenvolvidos, como o de que a migração seria um problema, que as causas da migração geralmente são aspectos como pobreza e violência em países de origem, que os “pobres” constituem uma ameaça à prosperidade e a ordem pública caso se desloquem, e que, portanto, devem ficar em seus países, o que é posto em prática através de políticas repressivas de controle rígido das fronteiras.

O autor segue sua análise destacando argumento que corrobora o anterior, por parte da International Migration Institute (IMI), de Oxford, que observa que o alto fluxo de migrações entre países desenvolvidos não é encarado como um problema tal qual os fluxos que se estabelecem entre países de desenvolvimento desigual (Castles, 2010).

A análise do IMI segue advogando que a migração é um aspecto normal da vida social, observado ao longo da história de maneira crescente, especialmente em períodos de mudança social, e nomeadamente nas últimas décadas, quando se acelera o processo de globalização. Também observa que a afirmação de que “apenas 3% da população global” é migrante esconde o significado da migração como uma expressão de mudança social e um fermento para mais mudanças (idem).

Neste sentido, Castles (2010) entende que uma teoria geral da migração não é possível nem desejável, pois não daria conta de discutir a complexidade, interconexão, variabilidade e diversidade dos processos migratórios no contexto de rápidas mudanças sociais e globais.

Conclui, então, que se deve promover progressos nas discussões sobre as migrações, incorporando a pesquisa sobre o tema a uma compreensão geral da sociedade contemporânea e vinculando-as a teorias mais amplas de uma série de disciplinas de estudos sociais, ou seja, uma estrutura conceitual para os estudos de migração deve ter as transformações sociais como sua categoria central.

Em paralelo, partindo de outras perspectivas, mas também advogando a interdisciplinaridade nos estudos das migrações, outro autor, Adrian Favell, elabora artigo que desde seu título defende a necessidade de se “reiniciar” as teorias da migração”.

Favell (2007, p. 263) advoga pela necessidade de se quebrar o paradigma que privilegia a visão ocidental e orientada pela ótica da sociedade receptora, quase exclusivamente focada na experiência da Europa e dos EUA.

O autor também defende a ideia de que seja encorajada a produção de trabalhos sobre migrações em todas as regiões do mundo, focando, por exemplo, em como o contexto dos países de envio influencia e molda as tendências de migração (idem, p. 267).

Por fim, observa que os estudos da migração constituem um tópico dos estudos sociais contemporâneos favorável ao desenvolvimento de pensamento interdisciplinar e da aplicação de metodologias diversas, advogando a necessidade de “casar” fontes de dados quantitativos (econômicos, demográficos etc.) para análise da migração com abordagens qualitativas, de etnografia ou de história oral das vidas e experiências dos migrantes (idem, p. 260).

Russell King é um autor cuja produção por excelência amplia o espectro da discussão acerca das migrações, o que faz tanto quando defende a necessidade de se promover uma “virada epistemológica” dos estudos sobre o tema e recenseia autores que propõem o mesmo, como em discussões como a que propõe em artigo elaborado em parceria com Nicola Mai em 2009, em que defende uma análise interdisciplinar baseada no mapeamento das questões sociais, culturais e emocionais que relacionam, entre outros, temas como o amor e a sexualidade a movimentos migratórios.

No artigo “Amor, sexualidade e migrações: mapeando as questões”, King e Mai observam que o estudo de migração e mobilidade ficaram por muito tempo circunscritos a duas principais abordagens de pesquisa: uma de economia e sociologia, que se concentra em custos e benefícios, na vida profissional dos migrantes e suas posições nas estruturas sociais e econômicas, e uma de antropologia e estudos culturais, que aborda questões de posicionamento sociocultural e identidade (King e Mai, 2009, p. 297).

De acordo com os autores, essa polarização acabou por marginalizar o papel das emoções, sentimentos e afeto na motivação e na experiência da migração, como se os migrantes não tivessem permissão para amar, expressar suas sexualidades, ter emoções, ter intimidade (idem).

Uma consequência disso é que as relações emocionais são consideradas como algo separado do econômico ou do geográfico, como algo essencialmente privado, afastado do olhar do pesquisador, que acaba limitado aos padrões de mobilidade espacial, fatores de atração e repulsão, "leis" de migração, transição de mobilidade, assimilação e integração social e o encontro intercultural (idem).

Criticando o resultado redutor dessas abordagens, os autores defendem que se reconheça que as migrações raramente são motivadas exclusivamente por fatores econômicos ou políticos, e que a decisão e a circunstância das mesmas só podem ser entendidas trazendo para a equação analítica também a dimensão emocional, incluindo as esferas afetiva e sexual (idem).

Em 2002, King já havia escrito sobre "migrações de amor" como um componente essencial do "novo mapa da migração" e sobre uma necessária valorização do papel da emoção no comportamento espacial humano nos estudos sociais (idem, p. 296).

No artigo de 2009, King e Mai advogam por uma "virada emocional" nos estudos de migração e da mobilidade, de forma a trazer as emoções, nomeadamente amor e afeto, ao centro da análise acerca da tomada de decisão e dos comportamentos relacionados à migração (idem).

Eles também propõem uma "virada sexual" nos estudos de migração, defendendo que precisa ser reconhecido que, além de um papel de trabalhadores móveis dentro da economia capitalista global, ou de um papel de vítima como refugiados que fogem da guerra e da perseguição, migrantes e outras pessoas em movimento são seres sexuais expressando ou ao menos desejando expressar suas identidades sexuais (idem).

Para os autores, o amor, seja por um parceiro ou parceira, amigos ou familiares, muitas vezes é um fator chave no desejo e na decisão de se mudar para um lugar onde suas expectativas nos âmbitos emocional, sexual, político, econômico etc., possam ser vividas de forma mais plena e livre (idem).

Eles observam que a sexualidade é outro eixo cada vez mais relevante de autoidentificação para as pessoas, quer decidam permanecer onde estão ou migrar. Como o amor, e, às vezes, junto a ele, o sexo pode desempenhar um papel decisivo na imaginação e na atuação da escolha de migrar (idem).

Os autores reconhecem uma "virada fenomenológica" propiciada pelos estudos *queer*, que enquadram a relação entre mobilidade e sexualidade em termos de processos que moldam os mundos materiais que constituem nossas experiências de subjetividade, incluindo a possibilidade de navegar por espaços *queer* em vez de espaços normativos (idem, p. 298).

Para eles, a perspectiva fenomenológica *queer* é uma forma potencialmente produtiva de olhar para a interação entre migração, amor e sexualidade, uma vez que destaca a presença das emoções e da subjetividade nos fenômenos sociais (idem).

Este diálogo interdisciplinar tem relevância ao localizar também as questões da sexualidade e a migração relacionada à sexualidade num contexto material e social. Os autores citam a interseccionalidade como forma de analisar como as diferenças sociais e categorias culturais, como classe, raça, etnia, gênero e sexualidade, se sobrepõem e interagem nas relações e processos sociais para legitimar hierarquias sociais específicas e desigualdades (idem, p. 299).

Neste sentido, eles concluem que, assim como em suas vidas materiais, os direitos sexuais e emocionais dos migrantes são regulamentados por interseções

hierárquicas globais de raça, credo, gênero e classe, que influenciam diretamente o projeto migratório e seus fundamentos socioculturais (idem, p. 302).

1.5 MOBILIDADES E SEXUALIDADES

Outros autores propuseram discussões interdisciplinares acerca das migrações, incluindo a observação de aspectos subjetivos e particulares da pessoa migrante para análise da decisão e circunstância relacionadas ao ato de migrarem.

Entre estes, destaca-se Paulo Jorge Vieira, cuja produção também propõe discussão interdisciplinar entre estudos sobre a migração e estudos *queer*, e sobre a forma interseccional como aspectos como a sexualidade podem influenciar e de fato influenciam a mobilidade internacional.

Recorrendo a outros autores dos campos da sociologia e da geografia, como John Urry, Andrew Gorman Murray, Saskia Sassen e Dennis Altman, Vieira reúne argumentos em defesa da interseccionalidade e interdisciplinaridade nos estudos sobre a migração e os aspectos que a relacionam à afetividade e sexualidade.

John Urry e colegas haviam destacado a importância da análise de aspectos materiais, simbólicos e de pertença nos processos de mobilidade, e as “geometrias de poder” entre movimentos de pessoas e bens materiais, bem como entre as dimensões simbólicas e físicas das culturas de mobilidades” (Urry et al., 2007, p. 214).

Gorman-Murray (2009) observou que os novos estudos da mobilidade e de migração demandam análise das políticas da diferença e da identidade nos sistemas simbólicos, políticos e materiais dos processos migratórios e exigem atenção às histórias de migração, assim como às articulações que ligam o *self*, a tomada de decisão e a deslocação.

Já Saskia Sassen entende que há múltiplas razões que motivam as migrações, e estas estão menos relacionadas a fatores socioeconômicos e mais relacionadas a fatores socioculturais (Vieira, 2011, p. 52).

As reflexões teóricas às quais Vieira recorre agregam mais argumentos à “virada epistemológica” nos estudos sobre a migração, e, a partir delas, o autor avança em sua análise acerca de movimentos migratórios *queer*, dividindo-as entre migrações internas e internacionais. Em contextos internos, por exemplo, se observa uma constante tendência ao êxodo rural, ou seja, as pessoas LGBT+ se deslocarem para as grandes cidades, onde se conjugam não só possibilidades econômicas como espaços para a construção de identidades e culturas sexuais e a formação de comunidades de pertença (Vieira, 2011, p. 51).

De uma perspectiva interseccional e interdisciplinar, Dennis Altman (2000, p. 171) propõe a análise da interação entre mobilidades e sexualidades sob a ótica dos estudos pós-coloniais para se avançar um novo olhar sobre “sexo” e “gênero”, observando que, apesar de serem princípios organizativos centrais de todas as sociedades, são conceitos abarcados sob o domínio de psicólogos e de antropólogos, e que a teoria pós-colonial extravasa estes campos para o reconhecimento do fato de que haverá poucas estruturas de sexo e gênero que não tenham sido afetadas pela interação de diferentes regimes políticos, culturais e religiosos”.

No que tange especificamente as migrações internacionais, ou “transnacionalismo *queer*”, vem à tona a relação interseccional entre diversos fatores, como gêneros e sexualidades; identidades nacionais, raciais, étnicas e diaspóricas; circuitos de viagem, deslocamentos e migração; locais de inclusão ou exclusão; políticas de migração, de asilo e de cidadania; e as fases e formas da globalização (Vieira, 2011, p. 52).

Neste sentido, o autor retoma argumentos como o de John Urry, para quem, no contexto da discussão sobre corpos móveis e cidadania global, a mobilidade é cada vez mais percebida como um direito (idem), e o de Norma Mogrovejo, para quem o exílio ou “sexílio”, termo cunhado por Manuel Guzmán, se apresentam como uma alternativa política para os dissidentes sexuais, uma estratégia que preserva as garantias de mudança social, o direito de escolha, a autodeterminação dos povos, da liberdade individual, o direito à diferença e à dissidência; garantias, essas, base da democracia (idem, p. 53).

Finalmente, Vieira também observa que as recentes conquistas de direitos humanos, em especial direitos das pessoas LGBTQ+, se relacionam com as questões da mobilidade internacional conforme passam a ser reconhecidos pedidos de asilo e são concedidos *status* de refúgio por motivos de orientação sexual e identidade de gênero, em contextos nos quais a diversidade sexogenérica de um sujeito lhe coloque em situação de vulnerabilidade ou perseguição, ainda que haja diversos entraves institucionais e culturais a estes pedidos (idem, pp. 53-54).

1.6 QUEER MIGRATION

Outro autor que se dedicou à pesquisa na área de migrações de pessoas LGBTQ+, ou *queer*, Richard Mole, observou que, por muito tempo, a pesquisa acadêmica acerca das migrações presumiu o “típico migrante” como uma pessoa enquadrada em conceitos cis-heteronormativos, ou seja, desconsiderou a sexualidade em seus debates (Mole, 2018).

Mole observa que recentemente esta presunção vem sendo questionada por uma ainda pequena, mas crescente produção acadêmica que enfocam na experiência de migração de pessoas LGBTQ+ (idem). Entre esta produção, ele destaca, entre outros, autoras e autores como Manalansan e Lewis e Naples.

Martin Manalansan (2006, p. 226) introduz seu artigo observando a recência dos estudos da interseção entre migrações e sexualidade, impulsionados pela produção acadêmica de estudos de gênero e do feminismo, de questões relacionadas à diversidade sexogenérica e da emergência das discussões acerca da epidemia de VIH e SIDA.

Partindo destas observações, Manalansan argumenta que a sexualidade e as identidades sexuais, práticas e desejos podem ser fatores cruciais para a migração. Cita Héctor Carillo, que sugere que as questões relacionadas às identidades sexuais pode ser a motivação direta para a deslocalização e movimento internacional. Carillo chama esse conceito de “migração sexual”. Ele propõe que a migração sexual, longe de um processo de normalização onde os migrantes se deslocam para fins de reprodução

heterossexual, sugere que os movimentos transnacionais ensejam práticas de identidades e subjetividades *queer* (idem, p. 225).

Neste sentido, Manalansan ressalta que trabalhos recentes sobre sexualidade e migração, particularmente aqueles que documentam sexualidades *queer*, têm enfatizado não apenas a viabilidade e importância da sexualidade como objeto de estudo, mas também seu papel constitutivo na formação e definições de cidadania e nação. Em outras palavras, a sexualidade, especificamente como é entendida em estudos *queer*, não só expande o significado da migração, mas também amplia a compreensão de gênero e sexualidade e a dependência observada nos estudos de migração em relação à heteronormatividade (idem, p. 224).

Manalansan então observa que a pesquisa em torno de casos de asilo e refúgio tornou-se uma parte proeminente da literatura sobre sexualidade, ou o que nomeia como “asilo *queer*” (idem, p. 231), principalmente com a emergência da epidemia de SIDA, quando organizações políticas em torno da saúde e dos direitos de pessoas homossexuais permitiu o estabelecimento das disposições de imigração para casos de asilo e refúgio com base na orientação sexual (idem).

Porém, como salientou Manalansan, o desenvolvimento jurídico e político iniciado neste momento tem alguns limites e conflitos. O autor cita exemplos como o estudo de Sonia Katyal, que destaca a marginalização de certos grupos sociais, nomeadamente de fora do mundo ocidental, como pessoas muçulmanas, cuja percepção dos conceitos de diversidade sexogenérica é distinta da visão ocidental, o que leva a uma prática de “exportar identidades” (idem, p. 232), ou seja, enquadrar pessoas não-ocidentais nos conceitos e moldes ocidentais; e o estudo de Juana Rodriguez, sobre um migrante brasileiro racializado e marginalizado em sua comunidade de origem, o que traz à tona a necessidade de se estudar o asilo *queer* como algo mais além da mera proteção das pessoas contra a perseguição devido às suas predileções sexuais, incluindo no espectro de análise à intersecção entre sexualidade, classe e raça (idem).

Neste sentido, Manalansan destaca o argumento de Eithne Luibhéid, que observa que o Estado regula a migração por meios legais, políticos, econômicos e culturais que por sua vez reproduzem identidades, práticas e categorias sexuais

padrão. Luibhéid sugere que o movimento de migrantes não é apenas monitorado e controlado por autoridades estatais por preferências e proibições raciais, étnicas e de gênero específicas, mas mediado através de ideias sexualizadas implícitas no direito e nas políticas de migração. Portanto, sugere que o “corpo migrante” é o local onde medidas disciplinares étnicas e de gênero empregadas por vários Estados e seus agentes se reúnem e é, portanto, o local onde se observam tanto a promoção como a repressão de imagens e estereótipos sexogenéricos (idem, p. 235).

Manalansan observa, então, como a migração cria dilemas específicos e situações contraditórias que perturbam noções estáticas de gênero e sexualidade, de forma que um reposicionamento radical e um reexame das premissas na pesquisa de gênero e migração podem gerar resultados expansivos e provocativos (idem, p. 243).

Resumindo sua conclusão, o autor destaca três pontos cruciais no estudo das migrações *queer*: (1) a perspectiva *queer* sugere analisar o migrante para além de um agente trabalhador e destacar um sujeito migrante desejoso e em busca de bem-estar e prazeres, (2) também sugere que a sexualidade não é uma única realidade, mas uma que se cruza com e através de outras práticas e identidades econômicas e culturais, ensejando que a pesquisa sobre migração vá além de padrões familiares universalizados e racionalidades biológicas, e, enfim (3) expande as noções de asilo, refúgio e assimilação, particularmente quanto ao que constitui fatores que forçam as pessoas a migrar ou fugir de determinados espaços para outros lugares (idem).

Rachel Lewis e Nancy Naples (2014) analisam em seu artigo os aspectos jurídicos e políticos relacionados às migrações *queer* e a relação entre estes e os estudos de sexualidade, de migrações e desta interseção na área acadêmica.

As autoras destacam que desde que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) publicou suas diretrizes oficiais sobre reivindicações relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, em 2008, houve um crescente interesse em analisar o tratamento de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênero e intersexuais requerentes de asilo e refugiadas (2014, p. 912). Enquanto a União Europeia recentemente reconheceu a orientação sexual como causa de perseguição no artigo 10 da Diretiva de Qualificação de Asilo da UE, em 2011 os Estados Unidos da América (EUA) emitiram orientações para a avaliação de pedidos de

asilo com base na orientação sexual e identidade de gênero. As autoras citam Anne Richard, que recorda que, na constância do governo do ex-presidente dos EUA Barack Obama, as pessoas LGBTQ+ refugiadas foram considerados uma "população prioritária de preocupação", por ser especialmente vulnerável ao perigo e abuso em todas as fases do ciclo de deslocamento (2014, p. 912).

Relacionando estes fatos jurídicos e políticos aos estudos acadêmicos, as autoras observam que, apesar da crescente atenção internacional ao tema dos requerentes de asilo e refugiados LGBTQ+, tem havido uma surpreendente falta de envolvimento com questões das migrações *queer* no campo dos estudos da sexualidade. Embora haja um corpo crescente de trabalho sobre cidadania e imigração que explora o impacto da detenção e deportação sobre refugiados, requerentes de asilo e populações indocumentadas, as discussões sobre gênero e sexualidade estão visivelmente ausentes de tais análises (idem, pp. 912-913).

Por outro lado, as autoras destacam a relevância das poucas pesquisas acadêmicas recentemente realizadas no campo dos estudos de migração *queer*, que mostram que requerentes de asilo, refugiados e populações indocumentadas LGBTQ+ correm um risco particular de violência estatal e perseguição na forma de detenção e deportação (idem, p. 913).

Isto posto, as autoras sugerem que muito mais trabalho é necessário dentro dos estudos de migração *queer* que examinam como a sexualidade, juntamente com raça, classe, gênero e localização geopolítica torna determinados migrantes legalmente vulneráveis a deportação e violência. Essa discussão é especialmente relevante dada a recente aprovação de legislação anti-homossexualidade em países como Uganda e o impacto potencial deste tipo de legislação sobre as políticas de asilo (idem).

Neste sentido, as autoras também sugerem a necessidade de se observar fenômenos relacionados às experiências de migrantes refugiados e requerentes de asilo LGBTQ+, dada a maneira pela qual o movimento através das fronteiras presume heterossexualidade, padroniza a expressão de sexualidade e invisibiliza os corpos e as autoidentidades daqueles que se atrevem a atravessá-las. E, quando visíveis, a cidadania e os regimes de asilo regulam a expressão de gênero e sexualidade de forma

estereotipada, principalmente no próprio ato da travessia destas fronteiras (idem, p. 912).

As autoras enriquecem a discussão citando artigos de diversas autorias, que abordam exemplos de questões às quais pessoas *queer* em processo de migração ou solicitação de asilo frequentemente são expostas.

Em “*Gay? Prove it*”, Lewis (2014) aborda o exemplo de pessoas lésbicas que, diante de uma visão distorcida de que teriam maior capacidade de “esconder” sua sexualidade nos países de origem, e, portanto, não estariam sujeitas à perseguição como alegam, se veem obrigadas a “comprovar” sua sexualidade de forma explícita, muitas vezes até pornográfica, o que viola ainda mais seus direitos humanos.

Em “*Documenting the undocumented: Toward a queer politics of no borders*”, Melissa White (2014) cita casos de ativismo de migrantes *queer*, em especial o movimento “*Undocqueer*”, que militam pela proteção e permissão de residência de pessoas *queer*, em especial as pertencentes a outras categorias de vulnerabilidade social, seja raça, classe etc.

Em “*The queer time of death: Temporality, geopolitics, and refugee rights*”, Sima Shakhsari (2014) fala de um “entremeio geográfico” entre o “leste” e o “oeste”, observando que a constituição temporal e espacial das categorias de refugiados nos regimes de direitos humanos cria um terreno instável sobre o qual certos corpos [ocidentais] contam e outros [não ocidentais] são considerados como “descartáveis”.

Finalmente, em “*Getting out*”, Amy Shuman e Wendy Hesford (2014) elaboram resenha de documentário homônimo, que retrata a situação de precariedade das minorias sexuais e de profissionais do sexo à medida que se tornam visíveis e legíveis, por serem também cidadãos “descartáveis”, e a forma como isto leva a serem questionados quando à validade de suas solicitações de asilo e à marginalização nos países onde elegem viver.

Desta forma, as autoras endereçam as vulnerabilidades únicas e as lacunas de proteção que requerentes de asilo, refugiados e populações indocumentadas *queer* enfrentam, as quais entendem que deve ser o foco dos estudos de sexualidade, de migração e de seu encontro nas discussões sobre migrações *queer* por vir.

1.7 REFÚGIO LGBT+

As discussões apresentadas até aqui sob o fenômeno de migrações *queer* ou *queer migration* evidenciam que os conceitos de migração e refúgio são por vezes abordados e considerados em um mesmo escopo de análise, embora sejam distintos em suas motivações, formas e nos dispositivos jurídicos e políticos que os regulam.

No artigo “O refúgio por motivos de orientação sexual e identidade de gênero”, de 2020, Vítor Lopes Andrade realiza inventário sobre o refúgio LGBT+. Sua análise inicia na constatação de que a Convenção de 1951, do ACNUR, não inclui especificamente a orientação sexual ou identidade de gênero como fatores de pertencimento a “grupos sociais específicos” passíveis de obter proteção internacional, o que, no contexto da regulação internacional, muda apenas em 2008, quando, conforme as observações de Lewis e Naples supracitadas, o órgão da ONU lança diretrizes específicas que reconhecem a diversidade sexogenérica como pertencimento a grupos sociais aos quais cabe então proteção internacional.

O autor destaca que há cerca de setenta países onde as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são proibidas por leis, e penalizadas de diversas formas, desde multas a prisão e até pena de morte. Observa também que há diversos outros países onde, ainda que não haja regulação sobre o tema, a LGBTfobia enseja a prática de violências físicas e psicológicas, restrições que vão desde a perda de emprego até prisões arbitrárias, perseguições por parte da sociedade civil, incluindo por vezes a própria família, e até ameaças de morte (Andrade, 2020).

Além disso, como o autor ressalta, muitas vezes a perseguição a pessoas LGBT+ nestes países é promovida também por outros motivos paralelos, principalmente políticos, quando se discorda ou se está na oposição ao poder ou regime vigentes, ou religiosos, quando se pratica religiosidade que não a oficial do país, ou ao menos não a majoritariamente praticada. Neste sentido, Andrade observa que, ainda que não haja necessariamente a prática de perseguição contra essas pessoas dissidentes sexuais, políticas e/ou religiosas, há por certo um fundado temor de perseguição (idem).

A partir daí, segundo o autor, a decisão acerca da migração ou do refúgio ocorre de diversas formas: desde uma mudança planejada, incluindo a solicitação de vistos de turismo ou estudo, que garantam a entrada e permanência em outro país sob a forma de migração, até a fuga, que ocorre de forma muitas vezes desorganizada diante do temor de perseguição. Neste caso, emergem diversas formas de dificuldade, como falar abertamente de sua sexualidade aos funcionários do governo aos quais se solicita asilo, a credibilidade da alegação de pertencer ao grupo de pessoas dissidentes sexuais e do fundado temor de perseguição em seus países de origem (idem).

A comprovação de pertencimento ao grupo social em questão é especialmente problemática pois, apesar de em alguns países ser suficiente a autodeclaração, em outros há exigência de “provas”, que vão desde a exposição da vida pessoal através de fotos ou de acesso às redes sociais, até laudos médicos e psicológicos. Isso é ainda mais problemático quando a pessoa solicitante de asilo vivia em um contexto em que necessitava esconder a todo custo sua orientação sexual ou identidade de gênero, carecendo, portanto, de qualquer “prova” que valide seu pedido de asilo (idem).

Neste sentido, o autor conclui sua análise defendendo a necessidade de se advogar pela autoidentificação como critério para validar o pertencimento ao grupo social de dissidência sexual e pela aplicação do “benefício da dúvida” no caso em que o temor de perseguição não seja evidente ou comprovável (idem).

1.8 SEXÍLIO E EXÍLIO *QUEER*

O termo “sexílio” foi cunhado por Manuel (ou Manolo) Guzmán, com a intenção de referir-se ao processo daquelas pessoas que, devido à sua sexualidade, tiveram a necessidade de deixar suas nações de origem (Zúñiga, 2020).

Nerea Zúñiga parte do conceito proposto por Guzmán refletir sobre as causas e as consequências do sexílio. Zúñiga (2020, p. 8) observa o fato de que durante a maior parte da história, os estudos sobre as migrações se concentraram em uma visão econômica como forma de explicar as causas dessa mobilidade, sem levar em conta a

orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas migrantes, o que ao final configura mais um fator de invisibilidade e exclusão das pessoas LGBTQ+.

Para corroborar seu argumento, a autora cita Bernat Aragó, para quem as principais teorias macrossociológicas tentam explicar a migração a partir do economicismo do deslocamento, que simplifica a realidade da migração, analisando-a apenas em termos de oportunidades de trabalho em diferentes contextos, sem considerá-las também como um caminho de projeto pessoal, e como uso do contexto como oportunidade social (idem).

Por fim, Zúñiga cita Emília García, que observa que os fluxos migratórios, cada vez mais aleatórios, deixaram de responder às velhas lógicas, para se tornarem parte de decisões pessoais, influenciadas por diversos e variados fatores, como política, religião, orientação sexual, redes familiares, realização pessoal e coletiva etc. (idem).

Norma Mogrovejo (s.d.) também parte do conceito de “sexílio” para realizar estudo sobre migrações de pessoas LGBTQ+ da América Latina para os EUA. Para a autora, o sexílio se apresenta como possibilidade de sobrevivência para uns, opção política para outros, estratégia que pode garantir a mudança de vida, o direito de escolha, a autodeterminação, as liberdades individuais e o direito à diferença e à dissidência.

Mogrovejo destaca que há diversas formas de violência exercidas contra a dissidência sexual, que vão desde práticas cotidianas de invisibilidade, ridicularização, piadas sobre pessoas *queer*, até ataques do tipo fascista cujo objetivo é o extermínio da população LGBTQ+. Lembra também que em muitos desses países ocorre descaso em relação à saúde pública em populações vulneráveis, como por exemplo, em relação a VIH/SIDA (idem).

Neste sentido, observa-se que a autora cita fatores que não configuram fundado temor de perseguição, mas que, ainda assim, criam ambiente de não-acolhimento, hostilidade e ameaça à existência das pessoas LGBTQ+.

Continuando sua análise, a autora destaca também que em países da América Latina a reação LGBTQfóbica costuma se manifestar de forma peculiar. Apesar de poucos países do continente terem leis duras contra as dissidências sexuais, e alguns

como México, Equador, Bolívia e Brasil estarem na vanguarda em termos de aprovação de direitos das pessoas LGBTQ+ e de medidas antidiscriminação, na mesma região se encontram os países com mais altos índices de violência contra a população LGBTQ+ no mundo (idem).

Os argumentos de Mogrovejo são corroborados pela *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA), que divulga anualmente relatório contendo o panorama mundial sobre as leis relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. De acordo com a associação, em 2020, eram 11 os países do mundo que haviam incluído em suas constituições leis de proteção contra a discriminação baseada em diversidade sexogenérica, entre eles México, Cuba, Equador e Bolívia, e 57 os países que dispõem de amplos mecanismos de proteção jurídica, ainda que não constitucional, contra a discriminação, entre eles Brasil, Chile, Peru, Colômbia e Honduras (ILGA, 2020).

Por outro lado, Mogrovejo cita Luiz Mott, fundador da organização brasileira Grupo Gay da Bahia, que se dedica ao ativismo pelos direitos das pessoas LGBTQ+ e publica relatórios anuais sobre o nível de violência e o índice de homicídios motivados por LGBTQfobia, para posicionar o Brasil como país líder em mortes de pessoas LGBTQ+ no mundo. De acordo com os últimos relatórios publicados, no ano 2000 morreram 130 pessoas por violência LGBTQfóbica no Brasil, ou seja, em média uma pessoa a cada três dias, no ano de 2016 chega-se à média de uma pessoa por dia, e, no ano seguinte, 2017, alcança-se o recorde de 445 mortes, ou seja, uma média de um crime a cada 20 horas, mantendo o país em primeiro lugar no ranking dos países onde mais ocorre violência LGBTQfóbica com vítimas fatais do mundo. No ano de 2021, foram registradas 326 mortes, ou uma média de uma vítima a cada 29 horas (Grupo Gay da Bahia, 2021; 2022; Calvi, 2022).

Também corrobora com o argumento de Mogrovejo o projeto de pesquisa *Transrespect versus Transphobia* (TVT), de iniciativa da *Transgender Europe*, rede de diferentes organizações que trabalham para combater a discriminação contra pessoas trans e apoiar os direitos das pessoas trans, entre as quais figura o Grupo Gay da Bahia e outras organizações brasileiras como a Associação de Travestis e Pessoas Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA Rio) e a Rede Trans Brasil. As estatísticas acumuladas do ano

de 2008 e até o mês de setembro de 2022 apontam para o Brasil como o país onde mais se matou pessoas trans no mundo em números absolutos, somando 1741 mortes, e o terceiro país no ranking de mortes de pessoas trans em números relativos, com 8,249 vítimas para cada milhão de habitantes, abaixo apenas de Honduras, com 11,800 vítimas/milhão, e El Salvador, com 9,297 vítimas/milhão (Transrespect, s.d.).

Mais uma vez, portanto, se abordam fatores que não servem como alegação de fundado temor de perseguição, mas que dão ensejo à percepção por parte de pessoas LGBTQ+ de não-acolhimento, hostilidade e ameaça, de forma a culminar em plano de um movimento de saída que, ainda que não configure um refúgio, tampouco pode ser analisada como uma simples migração, o que vem de encontro com a questão deste trabalho: no contexto observado no Brasil, país que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo, e depois da ascensão da ultradireita ao poder no país, com seu discurso de ódio contra dissidências entre os quais se destaca a população LGBTQ+, poderia a saída destas pessoas do país ser considerada uma forma de sexílio, ou exílio *queer*?

2. A ASCENSÃO DA ULTRADIREITA NO BRASIL

2.1 O CONCEITO DE ULTRADIREITA

Francisco Veiga e colegas publicam em 2019 o livro “Patriotas indignados: sobre a nova ultradireita no pós-Guerra Fria”, em que discutem as configurações históricas e contextos atuais das formações políticas de extrema-direita, ou “ultradireita”.

Para tanto, Veiga et. al. (2019, pp. 401-402) remontam aos movimentos fascistas e nazista, identificando três principais características fundamentais destes, quais sejam, (1) o nacionalismo exaltado, apelando para um sentimento de autoafirmação patriótica como forma de forjar identidade de grupo, (2) o militarismo como ferramenta, inclusive para questões da esfera da sociedade civil, e (3) um discurso baseado na ideia de destruição de um inimigo hipotético presente no seio da sociedade onde atua, que configuraria, portanto, ameaça à sobrevivência do grupo ou até da nação.

Os autores situam como ponto de partida para o entendimento do conceito de ultradireita os movimentos políticos de extrema-direita que, apesar de afinados com o ideário fascista e nazista, não se atreviam a identificar-se como tais, o que se observa desde 1945, exatamente após a Segunda Guerra Mundial, até o final da década de 1980 (idem, p. 395).

A partir da década de 1990, no contexto do final da Guerra Fria, da extinção da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, estes partidos e movimentos políticos se transformam e caminham em distintas direções, quais sejam, (1) uma minoria fanática que reinvoca os símbolos nazifascistas, (2) os conservadores que pactuam com os valores de extrema-direita e se aliam a outras vertentes da direita que os autores chamam “oportunistas”, como liberais e populistas (aqui entendidos como políticos que se baseiam no carisma pessoal como estilo político, e não como ideologia, ao contrário do que será abordado mais adiante), (3) os “neofascistas” e “neonazistas”, que fundam novos partidos com novos discursos ideológicos, tentando evitar uma comparação aos “fascismos clássicos”, (4) as alianças extravagantes da extrema-direita

tanto com movimentos nacionalistas como com movimentos antissistema ou anarquistas, (5) partidos temporariamente fascistas, que, apesar de serem, a princípio, liberais, adotam temporária e convenientemente discursos do fascismo, e (6) despolitizados de ultradireita, grupos que alegam não seguir qualquer ideologia política, que coordenam uma agitação política principalmente através de redes sociais, reivindicando no fim valores da extrema-direita (idem, pp. 395-397).

Veiga et. al. (idem, p. 398) destacam que esta classificação é provisória, dada a fluidez dos movimentos políticos de ultradireita e as transformações que ocorrem nos Estados onde atuam. Ao longo de seu trabalho, os autores também se referem a estes movimentos políticos utilizando diversos termos distintos, mas que, de acordo com eles, culminam na mesma ideia, ainda que haja pequenos matizes que os diferenciem: ultradireita, ultranacionalismo, nacionalismo radical, neofascismo, direita dura etc. (idem, p. 394).

Neste sentido, Miguel Ángel Villalobos também analisou a constituição dos movimentos de extrema-direita e, para além desta análise, relacionou-os às questões de diversidade sexogenérica. O autor dedicou-se a pesquisar a chamada “direita populista radical”, conceito equivalente ao de “ultradireita” abordado por Veiga et. al., e a presença central de elementos normativos no discurso dos partidos deste espectro político, nomeadamente em relação aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQ+, isto é, observando como estes partidos forjam conceitos como “ideologia de gênero”, baseados em ideias como a “heteronormatividade” e o “familismo”, e os instrumentalizam como ferramenta política.

Para a análise da constituição da “direita” em geral e da “direita radical” em especial, Villalobos recorre ao cientista político Cas Mudde. Na introdução de seu mais recente livro, *“The far right today”*, Mudde retoma discussão proposta pelo filósofo Norberto Bobbio, que define como a distinção entre a “esquerda” e a “direita” suas visões sobre (des)igualdade: a esquerda considera as desigualdades entre as pessoas, sejam culturais, econômicas, raciais, religiosas ou qualquer outra, como artificiais e negativas, que devem ser superadas por um Estado ativo; enquanto a direita acredita que as desigualdades entre as pessoas são naturais e positivas, e devem ser defendidas ou simplesmente ignoradas pelo Estado. Levando esta concepção ao limite, a “direita

radical” se constitui pela oposição à proteção das minorias no que concerne às desigualdades e ao pluralismo político que discute estas desigualdades e defende estas minorias, isto é, se opõe a dois traços característicos das democracias, quais sejam, a soberania popular e um governo para todos (Mudde, 2019).

Ao longo de sua produção teórica, Mudde também acrescenta à reflexão sobre a extrema-direita, direita radical ou direita populista, a ideia de que o enquadramento de um partido neste espectro passa pela observação de três componentes ideológicos centrais: nativismo, autoritarismo e populismo (2007, p. 296), conceitos estes que encontram paralelo com os fatores propostos por Veiga e colegas para definir a ultradireita.

O autor define o “nativismo” como a ideia de que o Estado deve ser habitado exclusivamente por membros do grupo nativo, a nação, e que elementos não-nativos, pessoas e ideias, são uma ameaça à homogeneidade do Estado-nação, ou seja, uma combinação de nacionalismo e xenofobia; o “autoritarismo” como a ferramenta de defesa de uma sociedade ordenada, na qual o desrespeito à autoridade deve ser punido severamente; e o “populismo” como uma ideologia que considera que a sociedade é separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, baseando-se então na defesa de um destes grupos e ataque ao seu antagonista (idem).

Indo além da discussão sobre a direita populista radical, na qual se observam tantos paralelos com o debate proposto por Veiga e colegas, outros autores discorrem sobre a heteronormatividade como instrumentalização de uma separação da sociedade entre grupos antagônicos e da oposição ao combate às desigualdades.

Ovidiu Cristian Norocel (2013, p. 8) define a heteronormatividade como a prática heterossexual normativa percebida no contexto ocidental como "normal", que identifica as mulheres como sexualmente disponíveis para os homens, hierarquiza relacionamentos e práticas subordinando outras sexualidades alternativas à heterossexualidade e prioriza relacionamentos monogâmicos estáveis com fins de reprodução.

Robert Claus e Fabian Virchow (2017, p. 306) observam que nos discursos dos partidos da direita populista radical, a homossexualidade é frequentemente associada

à pornografia e até à pedofilia, sendo então considerada como um sintoma de um processo de destruição da família heterossexual e da perda dos valores tradicionais.

Retomando Mudde, Villalobos (2020, p. 18) observou que, em geral, a visão desses partidos sobre as políticas de gênero aparece vinculada ao “nativismo”, ou seja, o movimento feminista e o movimento LGBTQ+ como uma ameaça à nação, tanto para a família tradicional considerada como sua base quanto para a cultura heteronormativa considerada “nativa”.

Ainda sobre as políticas de gênero desses partidos, Mudde (2019, p. 122) alude ao termo “familismo”, citado por Andreas Kemper, que consiste na crença de que a nação é constituída a partir da família heterossexual tradicional de tal forma que os direitos reprodutivos e a autodeterminação das mulheres devem ser limitados para garantir a continuidade da nação, ou seja, defende como ideal um tipo de família nacional, biológica e cis-heteronormativa, em detrimento de outros modelos familiares que não correspondem a essa norma – não nativa, não cis-heteronormativa etc.

Villalobos (2020, p. 17) ressalta que os resultados destes discursos relacionados às políticas familiares podem ser encontrados atualmente em países como Hungria, Polônia, EUA e Brasil, onde se observam políticas de *mainstreaming* da família heterossexual, que promovem papéis hegemônicos de gênero com apelo a abordagens como a de movimentos antiaborto ou criando obstáculos à operação de ONGs especializadas em direitos humanos, entre estes, direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+.

Outros autores também contribuem para a construção da discussão acerca do conceito de “ideologia de gênero”, forjado pelos partidos da direita populista radical como forma de validar a “heteronormatividade” e o “familismo” e sua relação com o conceito de nação.

A “ideologia de gênero” é o termo usado para conectar demandas antigênero e formar coalizões entre atores que não necessariamente compartilham o mesmo quadro ideológico, mas que também recorrem a ideias como heteronormatividade e familismo em seus discursos. Esses atores, segundo Andrea Petö, propõem uma nova retórica de identidade fora da ótica global anterior, baseada na universalidade dos

Direitos Humanos – em que a igualdade de gênero foi enquadrada – para enfatizar políticas baseadas em um “excepcionalismo cultural” (Villalobos, 2020, p. 15).

Birgit Sauer e colegas (2017, p. 105) observaram que gênero e sexualidades podem ser estudados como conceitos que fazem alusão à desigualdade “natural”. Defender a desigualdade natural permite justificar a desigualdade social e defender a “composição quase natural do povo” e, assim, ser usados como ferramentas discursivas para naturalizar outras condições políticas em termos, por exemplo, xenofóbicos e homofóbicos.

Ainda de acordo com Sauer e colegas (idem), a estratégia de forjar conceitos como o de “ideologia de gênero” se inclui num fenômeno entendido como “interseccionalidade excludente”, que apela para diferentes desigualdades compostas por gênero, sexualidade, religião, etnia ou nacionalidade, entre outros elementos, para enfatizar a fronteira entre “nós” e “eles”, ou nós e outros. Essa estratégia faculta aos partidos da direita populista radical o processo discursivo de distorcer o significado de igualdade de gênero e, portanto, da defesa dos direitos das mulheres e das pessoas LGBT+.

Partindo de discussão proposta por Ruth Wodak sobre as políticas do medo em relação ao gênero e ao corpo, de acordo com a qual os partidos da direita populista radical frequentemente formulam suas políticas de gênero de forma instrumental, perseguindo outros objetivos de uma natureza de gênero nativista (Villalobos, 2020, pp. 19-20), Roman Kuhar e David Paternotte sintetizam as ideias da autora afirmando que a oposição à “ideologia de gênero” se apresenta como uma estratégia que consiste (1) na construção de bodes expiatórios, (2) na troca de posições entre vítima e responsável e (3) na formulação de teorias da conspiração.

René Girard (1986, p. 39) definiu “bode expiatório” como aquele grupo minoritário contra o qual a agressão e a frustração coletiva são dirigidas através de uma lógica representativa em que a perseguição é justificada. Esta forma de instrumentalização se aplica ao combate à “ideologia de gênero” como uma força antagonista aos valores heteronormativos e familistas dos partidos da direita populista radical (Villalobos, 2020, p. 20).

2.2 A ULTRADIREITA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO "BOLSONARISMO"

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos analisa que, no caso brasileiro, se observam diversas similaridades nos processos de ascensão de Jair Bolsonaro e Adolf Hitler ao poder⁷.

Em que pesem as devidas peculiaridades de cada época, povo e ocasião histórica, a comparação entre “bolsonarismo”⁸ e nazismo é extremamente pertinente, principalmente considerando os símbolos que foram usados, os estragos civilizatórios que ambos os regimes acarretam às suas respectivas nações e os processos de ativismo judicial que os precederam (Ibrahim, 2021, p. 91).

“(...) em um contexto de violência política originada tanto na extrema-esquerda quanto na extrema-direita, os tribunais alemães mostraram uma chocante demonstração de dois pesos e duas medidas, punindo com severidade o tipo de violência cometida pela extrema-esquerda e mostrando grande leniência com a violência da extrema-direita – a mesma direita que em poucos anos colocaria Hitler no poder. No Brasil, isso levou à eleição de Jair Bolsonaro” (Santos, 2020, p. 386, traduzido em Ibrahim, 2021).

À luz dos argumentos propostos por Mudde e por Veiga e colegas, que definem as principais características da extrema-direita, ou ultradireita, e a análise elaborada por Villalobos e demais autores que apresentam definições análogas sobre a extrema-direita, ou direita populista radical e avançam na observação da relação que se estabelece entre este posicionamento político e o frequente apelo a um discurso que coloca as dissidências sexuais como “bode expiatório” ou “inimigo comum” a ser combatido, e partindo da observação de Santos a respeito do paralelo que se observa entre a ascensão do nazismo e do “bolsonarismo”, tem-se elementos suficientes para a análise do caso concreto da ascensão da ultradireita no Brasil, consolidada pela eleição

⁷ Os autores Boaventura de Sousa Santos e Cesar Antônio Calejon Ibrahim comentam a questão em entrevista ao canal “Brasil 247”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hwa4YIBIKdY>

⁸ Termo cunhado em relação ao atual presidente Jair Bolsonaro para explicar o fenômeno político de sua eleição.

do presidente Bolsonaro, com ênfase no apelo observado ao discurso de ódio contra a diversidade sexogenérica.

O jornalista e especialista em Relações Internacionais Cesar Ibrahim lança em 2021 o livro “A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI”, em que investiga os acontecimentos que culminaram na eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro.

Ibrahim (2021, p. 159) elenca cinco principais fatores para a ascensão do “bolsonarismo”, quais sejam, (1) o antipetismo, (2) o sentimento de antissistema, (3) o dogma religioso, (4) o elitismo histórico-cultural e (5) o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação e a disseminação de notícias falsas e de discurso de medo ou de ódio.

O Partido dos Trabalhadores (PT), principal força política do espectro da esquerda no Brasil, esteve no poder por quatro mandatos seguidos. Luís Inácio Lula da Silva é eleito em 2002 para governar entre 2003 e 2006, e novamente em 2006, para governar entre 2007 e 2010. Em seguida, a ex-ministra do governo de Lula, Dilma Rousseff, é eleita em 2010 para governar entre 2011 e 2014, e reeleita em 2014 para governar entre 2015 e 2018, governo este interrompido por processo de *impeachment*, também compreendido como um “golpe parlamentar”, dadas as circunstâncias do processo.

Ibrahim atribui o desgaste da imagem do partido, conhecido como “antipetismo”, principalmente à ação dos grandes grupos empresariais e midiáticos que controlam o setor da comunicação do país, em especial, a Rede Globo de Televisão.

Dois momentos principais caracterizaram os treze anos de governo do PT de forma muito clara. A primeira fase, a “era Lula”, caracteriza-se por momento de prosperidade e crescimento macroeconômico e a habilidade do ex-presidente para acomodar as forças mais tradicionais da política brasileira, evitando conflitos com os detentores do capital no país (Ibrahim, 2021, p. 161).

O autor destaca fatos como o encontro do G20 (Grupo dos 20, composto por representantes das 19 maiores economias do mundo mais um representante da União Europeia), ocorrido em 2009, quando o então presidente dos EUA Obama declara seu

afeto por Lula e o define como “o político mais popular da Terra”, assim como a pesquisa de opinião realizada em 2010, na qual o governo Lula alcança recorde de popularidade e aprovação de 87% da população (idem).

Nesse contexto, Ibrahim observa que os ataques da mídia à imagem de Lula e do PT eram pontuais e calculados, o que muda a partir do ano de 2013 (idem, pp. 161-162). Em um contexto que envolveu revoltas populares em meados daquele ano, quando inicialmente se reivindicava o não aumento das tarifas de transportes públicos, pauta que foi rapidamente cooptada por forças da oposição política ao governo e da mídia para desgastar a imagem do partido que governava há uma década o país, e os escândalos de corrupção que são noticiados a partir de 2014, que são diretamente vinculados à imagem de Lula, ainda que este não fosse mais o presidente, fomentam uma narrativa violenta e parcial em relação ao partido, ao ex-presidente Lula e à presidenta na ocasião, Dilma.

Estudos acadêmicos realizados por sociólogos, analistas políticos e comunicadores demonstram que o discurso da mídia, em destaque do Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo, principal fonte de informação da população brasileira, com médias de cerca de 70% da audiência em seu horário, avança na criação um repertório coletivo, “recorrendo à memória discursiva, modalizando o dizer, com estratégias muito bem construídas do ponto de vista discursivo, para substituir a percepção e a memória que os telespectadores têm dos fatos (...) tentando reescrever a história do Brasil de acordo com os interesses (...) da elite dominante brasileira (e de seus apoiadores externos)” (Carrato e Santana, 2018, apud Ibrahim, 2021, p. 163).

Esta prática não é uma novidade no contexto da mídia brasileira, nomeadamente da Rede Globo, que em 1964 apoia declaradamente a ascensão de regime instaurado por um golpe militar que governa o país até 1985. Em 2013, em editorial transmitido pelo próprio Jornal Nacional, a rede reconhece “que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da história, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro” (idem, p. 167).

O estímulo da mídia ao antipetismo no contexto da crise econômica mundial que ocorre em meados da década de 2010 e afeta também a economia brasileira,

respondem pela rápida adesão de parcela da população à ideia de que o PT, em especial os presidentes Lula e Dilma, seriam os responsáveis pelo declínio sentido na economia brasileira, facilitando o caminho para o *impeachment* da presidenta Dilma, processo ocorrido entre os anos de 2015 e 2016, quando assume o poder o então vice-presidente Michel Temer.

Neste contexto, de acordo com o cientista político Guilherme Casarões, entrevistado por Ibrahim (pp. 192-194) existe um quadro de negação absoluta da política tradicional, que foi incentivado (...) pelos escândalos de corrupção que o Brasil viveu desde 2014 e pela forma como foram narrados. Este componente tem como característica uma rejeição muito forte a qualquer alternativa que parecesse já conhecida (para a sociedade), qualquer coisa que parecesse familiar, o que leva a um viés de “transgressão” na opção de votar em Bolsonaro: “vamos retirar todo mundo que está aí, mais que somente o PT”, o que configura o que Ibrahim nomeou como “sentimento de antissistema”.

Ibrahim destaca como um sintoma evidente e irrefutável desta negação da política o número de abstenções nas eleições de 2018, que somaram 31 milhões de eleitores, e de votos brancos e nulos, que ultrapassam os 11 milhões. Ou seja, num universo de quase 150 milhões de eleitores, cerca de um terço destes se abstém de opinar e participar do pleito (idem, p. 192).

Ainda de acordo com Casarões, as alternativas progressistas à direita ou à esquerda “estão esgotadas em várias partes do mundo neste momento e agora temos uma alternativa que é a regressista, fundamentalmente, porque busca retomar um mundo que não é do século XXI, é do século XIX. Com Deus, família e nação? Essas são retóricas do século retrasado” (Casarões apud Ibrahim, 2021, p. 194).

Este discurso, que apela para esta retórica baseada na defesa de valores “de Deus, da família e da nação”, foi exaustivamente utilizado na campanha eleitoral de Bolsonaro e reverberou principalmente entre uma parcela significativa de seus apoiadores, as lideranças religiosas, em especial, evangélicas, presentes tanto na vida social da população brasileira, da qual 30% se declaram praticantes da religião, como no parlamento, onde deputados e senadores evangélicos ocupam 20% das cadeiras (Congresso em Foco, 2020).

Por exemplo, em outubro de 2018, às vésperas do primeiro turno das eleições, um pastor evangélico (não identificado no trabalho citado) usou a rede social *Instagram* para manifestar o seu apoio à candidatura de Bolsonaro. Em uma foto na qual aparecia vestindo uma camiseta que trazia o nome do candidato e a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, *slogan* da campanha de Bolsonaro, o pastor publicou a legenda “O nosso Brasil mudou” (...). Quando questionado sobre os motivos que o levaram a adotar essa postura e como o Brasil teria mudado, o pastor respondeu que “não apoia a incitação à violência e à discriminação, mas sentia uma forte identificação com a defesa dos valores da família tradicional” (Ibrahim, 2021, pp. 186-187).

Outro dos fatores elencados por Ibrahim, o “elitismo histórico-cultural”, corresponde à

“força social historicamente constituída, presente na organização das sociedades humanas (...) que atua de forma a estruturar os arranjos sociais com base em um parâmetro elitista que se manifesta de múltiplas maneiras de acordo com a época e a cultura em questão, baseado em uma “hierarquia moral” e instrumentalizado por uma “gramática da desigualdade” (Ibrahim, 2021, p. 176).

De acordo com o autor, intelectuais adotam termos como “racismo estrutural”, “racismo cultural”, “viralatismo”, “misoginia”, “homofobia”, “transfobia”, “machismo” e “chauvinismo”, por exemplo, para exemplificar casos de elitismos históricos. São narrativas sociais, culturais e historicamente desenhadas para fazer a manutenção dos privilégios políticos e econômicos de grupos específicos sobre a maior parte da população (idem, p. 177).

Desde antes da campanha eleitoral para a presidência em 2018, já se observava no discurso dos então candidatos a presidente e vice-presidente, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, narrativas que caracterizam pessoas pretas, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQ+ como seres inferiores. Bolsonaro disse textualmente que (...) “quilombolas não servem nem para procriar” e que o brasileiro estaria “acostumado com o esgoto”, enquanto Mourão afirmou que “a malandragem é oriunda do africano” (idem, pp. 180-181).

Segundo Ibrahim (p. 181) este tipo de raciocínio, que ataca ditos coletivos, é percebido como “humor”, de forma natural ou como “brincadeira” por boa parte da população brasileira por conta das associações implícitas que permeiam toda a visão de como o mundo funciona (ou deve funcionar) de acordo com os elitismos históricos.

A instrumentalização deste discurso como plataforma eleitoral e política configura o último fator elencado por Ibrahim, qual seja, o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação e a disseminação de notícias falsas e de discurso de medo ou de ódio. Segundo Casarões (apud Ibrahim, 2021, p. 209) “Bolsonaro não existiria, como candidatura viável, se não fosse uma estrutura de comunicação completamente nova e disruptiva”.

Ibrahim (2021, p. 202) cita o documento “Economia da Informação 2017: Digitalização, comércio e desenvolvimento”, de acordo com o qual o Brasil tinha 120 milhões de usuários de internet em 2015. Em 2018, 147 milhões de brasileiros estavam aptos a votar. Considerando as abstenções, o pleito eleitoral foi decidido por pouco mais de 105 milhões de votos.

A pesquisa realizada pelo autor constata que foram contratadas empresas de comunicação responsáveis por disparos de mensagens em massa através do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, disseminando essas notícias falsas sobre os demais candidatos, nomeadamente os principais adversários, Lula e seu substituto no pleito, Fernando Haddad (idem, pp. 208-209).

Segundo Casarões (apud Ibrahim, 2021, p. 210), o *WhatsApp* é uma plataforma sem filtros, não faz a verificação da veracidade do material que está sendo vinculado, e a comunicação acontece, primordialmente, por meio de “memes”⁹, áudios e vídeos, o que tem forte impacto em uma sociedade, especialmente quando se trata de sociedade com grande índice de analfabetismo funcional.

Casarões também observa que outros movimentos de “guerrilha virtual”, como o Movimento Brasil Livre (MBL), ajudaram a potencializar esta disseminação de notícias falsas, e, conseqüentemente, a projeção de Bolsonaro, ao perceberem, antes de qualquer outra candidatura, que a chave da comunicação política nesta campanha

⁹ O termo “meme” se refere a materiais multimídia que transmitem mensagens através de linguagem humorística e são replicados pelas redes sociais atingindo ampla difusão.

seria pela via do *WhatsApp*, no qual se consegue evitar o algoritmo presente em outras redes sociais como *Facebook* ou *Instagram*, de forma a romper as bolhas sociais tradicionais e obter alcance maior de público e disseminação de informações falsas pertinentes à campanha em questão (idem).

Nesse contexto, foram disparados diversos materiais posteriormente verificados por veículos de mídia que comprovaram sua falsidade. Entre as informações disseminadas, estão desde um “pacto” com a Venezuela para “implementar o comunismo no Brasil”, dados sobre uma possível fraude nas urnas que teria favorecido candidatos do PT, fotos do sucessor de Lula no pleito, Haddad, em um carro da marca *Ferrari* (Ibrahim, 2021, p. 202) e montagens da então candidata a vice pela chapa, Manuela D’Ávila, em situações de drogadição ou de apelo sexual.

Entre estas chamadas “*fake news*”, destaca-se aqui a narrativa exaustivamente utilizada na campanha de Bolsonaro, do chamado “kit gay”. Em 2004, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Governo Federal, à época coordenado por Haddad, iniciou campanha de elaboração e lançamento de cartilha chamada “Escola sem homofobia”, que serviria para instruir o corpo docente de escolas do ensino básico a abordar questões de diversidade sexogenérica em sala de aula, como forma de informação e de combate ao preconceito.

Em 2011, a distribuição da cartilha foi barrada por pressão de parlamentares evangélicos, que distorciam seu conteúdo alegando que o material estimularia o comportamento não heteronormativo nas crianças e, conseqüentemente, de acordo com suas crenças e preconceitos, comportamentos promíscuos. Chegaram a alegar que a cartilha teria como objetivo ensinar crianças e adolescentes a fazer sexo (Soares, 2015).

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro retoma o tema, alegando que o agora adversário no pleito, Haddad, teria promovido o material, o qual nomeou de “kit gay”, para “doutrinar” as crianças e os adolescentes em relação às suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Em entrevista ao *Jornal Nacional*, o então candidato mostra livro que alegava fazer parte do “kit”, chamado “Aparelho Sexual e Cia – Um guia inusitado para crianças descoladas”, de autoria do suíço Phillipe Chappuis,

publicado no Brasil pela Companhia das Letras. O material, porém, jamais fez parte do projeto (Mota, 2020).

Ao mesmo tempo, eram disseminadas via *WhatsApp* montagens com uma foto de uma mamadeira em formato de pênis, com legenda dizendo que esta mamadeira estaria sendo utilizada em creches e escolas públicas a mando de Haddad, que à época sequer ocupava qualquer cargo político (Bordalo, 2021).

Percebe-se que o tema da diversidade sexogenérica permeia praticamente todos os itens elencados por Ibrahim para explicar a ascensão do bolsonarismo. O antipetismo, que por si só já configura a eleição de um “inimigo comum” a ser combatido, também é fomentado pela disseminação da falsa ideia de que o partido, principalmente o ex-ministro da Educação e Cultura e candidato concorrente Haddad, estaria combatendo os “valores da família” (heteronormativa) e incentivando a promiscuidade ao ser elaborada em seu ministério a cartilha “Escola sem homofobia”, ou, em outras palavras, defendendo o que nomeiam como “ideologia de gênero”.

O elitismo histórico-cultural e o dogma religioso contêm, em si, os valores da heteronormatividade, do familismo, e da concepção de ideologia de gênero como defesa de uma dissidência abjeta, que ameaça a família e a infância, e, no limite, como um inimigo comum, a ser combatido em prol destes valores que nunca quis ameaçar.

Por fim, o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação para disseminação das notícias falsas que deturpam os conteúdos relacionados à educação sobre a diversidade sexogenérica são a instrumentalização da escolha deste inimigo comum como plataforma eleitoral, o que teve forte adesão e repercussão entre parcelas expressivas da população brasileira – 83% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram que Haddad teria distribuído o “kit gay” a crianças em escolas públicas, de acordo com estudo citado por Mota (2020).

Para refletir sobre esse fenômeno, Ibrahim (2021, p. 49) cita o psicólogo e pedagogo Guillermo Arias Beatón, que propôs o conceito de “subjetividade integral”. De acordo com Beatón, as formações psíquicas ou subjetivas são, no ser humano, de natureza cultural, histórica, produzidas em um dado ambiente ou contexto social (idem, p. 50), e, neste sentido, quando a educação é incompleta e elaborada para

habilitar e capacitar um sujeito para que seja simplesmente apto a produzir, é cometido um “crime contra a humanidade” pois o processo de desenvolvimento integral humano é tolhido, e impede o sujeito de desenvolver uma concepção de mundo que lhe permita analisar criticamente a sua existência (idem, pp. 50-53).

Neste sentido, Ibrahim (2021, p. 54) observa que, “independentemente da cosmovisão que compele certo indivíduo a se posicionar mais à direita ou à esquerda no espectro político ideológico”, a falta do desenvolvimento desta capacidade crítica, fruto desta educação incompleta, que visa tornar o sujeito apto tão somente a produzir, e não a refletir criticamente sobre o contexto em que vive, leva as massas populacionais a acreditarem em notícias falsas como o “kit gay”, o “combate ao comunismo” e outras falácias que deram margem à ascensão (e fizeram a manutenção) do bolsonarismo no Brasil.

Essa estratégia, adotada sobre uma população de nível educacional muitas vezes restrito, e levando em consideração a noção de “subjetividade integral”, de acordo com a qual a capacidade crítica é majoritariamente limitada, gera efeitos muito mais amplos do que a simples adesão ao discurso de “defesa” diante da “ameaça” que emanaria dos eleitos como “inimigos comuns”, e culmina em diversos atos de violência, que também são citados por Ibrahim, e serão discutidos a seguir.

2.3 A LGBTFOBIA NO BRASIL E OS EFEITOS DO BOLSONARISMO

A “LGBTfobia” não é um problema novo no Brasil ou no mundo. As dissidências sexuais foram e continuam sendo alvo de diversas formas de violência, de física e psicológica, que muitas vezes fazem vítimas fatais.

Em 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) lançou o relatório “Violência contra pessoas LGBTI”, em que discute diversos aspectos relevantes sobre o problema. A primeira questão é a característica das vítimas de violência relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. O relatório alega que os atos de violência contra pessoas LGBT+ tem um aspecto de “punição” que o agressor quer infringir às identidades, expressões, comportamentos ou simplesmente

corpos que diferem das normas e papéis de gênero tradicionais (CIDH, 2015, p. 37), ou seja, que não estão subscritos à cis heteronormatividade.

Neste sentido, são alvejadas pessoas que demonstram afeto a outra pessoa do mesmo sexo, expressões de “feminilidade” percebidas em pessoas do gênero masculino ou “masculinidade” nas de gênero feminino, ou corpos cujas características difiram dos padrões sociais binários. Este tipo de violência parte desde a sociedade civil até de agentes do Estado, numa tentativa de defender uma certa “moral pública” (idem, pp. 37-38), o que não se nota em relação a comportamentos de pessoas adequadas à cis-heteronormatividade.

O relatório enfatiza, nesta análise, a violência enfrentada por pessoas trans, especialmente mulheres trans, que estão expostas a diversos tipos de ataque desde muito jovens, desde dentro do próprio ambiente familiar, até as instituições que frequentam e as comunidades onde vivem. Estas situações são agravadas quando não há disposições legais ou administrativas que reconheçam e protejam a diversidade sexogenérica (idem, p. 38).

Em seguida, o relatório aborda as tendências observadas em relação à prática da violência contra as dissidências sexuais, entre as quais se destacam aqui duas delas, quais sejam, o alto nível de crueldade e a falta de denúncias e estatísticas oficiais.

O relatório cita estudo realizado pela ONU sobre a violência de gênero, que observa que crimes cometidos contra pessoas por sua identidade de gênero ou orientação sexual apresentam grau de violência física grave e mais intenso do que o observado em outros crimes de ódio (idem, p. 87). Há numerosos exemplos de homicídios especialmente cruéis, incluindo casos de pessoas apedrejadas, decapitadas, queimadas e empaladas. Muitas vítimas são esfaqueadas ou golpeadas repetidamente até a morte, queimadas com ácido, ou asfixiadas. Algumas das vítimas são atropeladas, mutiladas ou incineradas. Em muitos casos, as vítimas foram assassinadas depois de sofrer atos de tortura, tratamentos desumanos ou degradantes, e múltiplas formas de extrema humilhação, degradação e violação sexual (idem).

O número de ocorrências e o nível de crueldade observado nestes crimes tem sua dimensão subestimada pelo fato de que muitas das vítimas ou de seus familiares e

amigos próximos não realizarem denúncias, temendo sofrer preconceito ou represálias (idem, p. 81-82). Também fazem parte deste panorama de subnotificação dos casos de violência contra pessoas LGBTQ+ tanto a capacitação insuficiente das autoridades para lidar com estes casos, dado que muitas vezes desconhecem conceitos básicos como “mulher trans”, descrevendo-as como “um homem que se veste de mulher”, como pelo preconceito e hostilidade por parte dos mesmos, o que resulta em descaso exemplificado pelo fato de não constarem das denúncias de muitos destes crimes informações sobre a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas (idem, p. 82).

Ainda que se considere este panorama de subnotificação da violência contra pessoas LGBTQ+, as poucas estatísticas disponíveis são por si alarmantes, em especial no caso brasileiro, embora o fenômeno se note em outros países. Por exemplo, de acordo com Ibrahim (2021, pp. 231-232), no ano em que foi eleito nos EUA o candidato da extrema-direita Donald Trump, segundo dados da Coalizão Nacional de Programas Antiviolação dos EUA, as mortes de pessoas da comunidade LGBTQ+ atingiram o recorde histórico até o presente momento, tendo o número aumentado 217% em relação ao ano anterior.

Em relação ao Brasil, conforme as estatísticas citadas na seção 1.8 deste trabalho, os crimes com vítimas fatais motivados por LGBTQfobia saltam de uma média de 1 morte a cada 3 dias no ano 2000 para 1 morte por dia em 2016, o recorde de uma morte a cada 20 horas em 2017, e uma morte a cada 29 horas em 2021, e o país é o que soma maior número absoluto de vítimas fatais de crimes transfóbicos entre os anos de 2008 e 2022, ocupando a terceira posição no ranking de países que mais assassinam pessoas trans por milhão de habitantes no mesmo período (Mogrovejo, s.d.; Grupo Gay da Bahia, 2021; 2022; Calvi, 2022; Transrespect, s.d.).

O crescimento no número de crimes com vítimas LGBTQ+ fatais na última década, considerando ademais a subnotificação destacada pelo CIDH, é também acompanhado pelo crescimento de denúncias de outras formas de violência, ainda que sem vítimas fatais, e que tiveram sua ocorrência diretamente associada ao discurso de ódio no período de eleições e após a posse do atual presidente.

Antes mesmo de ascender à presidência, Bolsonaro já contava com um largo histórico de declarações racistas, machistas, misóginas e LGBTfóbicas. No tocante à LGBTfobia, por exemplo, declarou em 2002, enquanto era deputado federal: "não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater". Por esta frase foi condenado a pagar 150 mil reais de multa – cerca de 30 mil euros. Já em 2011, afirma que "seria incapaz de amar um filho homossexual (...) não vou dar uma de hipócrita aqui, prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí" (Salvador, 2018).

Os discursos de ódio que o atual presidente proferiu ao longo das décadas de sua vida pública e que, conforme já exposto, se instrumentalizam como estratégia de perseguição a um inimigo comum como plataforma eleitoral, tem desdobramentos práticos quando o presidente eleito assume o poder.

De acordo com Ibrahim (2021, p. 268), somente nos dez primeiros dias de governo, Bolsonaro removeu a população LGBT da lista de políticas e diretrizes para promoção dos Direitos Humanos do Governo Federal do Brasil, entre outras medidas, entre as quais retirou o país do Pacto de Migração da ONU, operou pela liberação da posse de armas de fogo e se posicionou favorável à mudança da Embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, promovendo risco de um envolvimento problemático do país com um dos conflitos diplomáticos mais complexos da história, a questão Palestina.

Especificamente em relação à dissidência sexual, a exclusão da população LGBT da lista de políticas e diretrizes de direitos humanos é acompanhada pela nomeação da pastora evangélica Damares Alves como ministra. Alves já declarou que o sexo entre pessoas do mesmo gênero é uma aberração e que gays teriam objetivo de "banir a Bíblia do Brasil" (Medeiros, 2019, p. 292).

O discurso que se torna aos poucos realidade no âmbito político tem seus efeitos subjetivos conforme se dissemina entre a população. Entre outras entrevistas que realizou em seu livro, Ibrahim conversou com a analista de comunicação Joy Agoston, mulher trans que lhe explicou como o discurso de ódio no processo eleitoral e na constância do atual governo afetam a população LGBT+.

“Temos um presidente que, ao longo de sua vida pública, sempre pregou que as ‘minorias’, e em especial a classe LGBT, estavam fora do contexto social ‘padrão’. Ainda que fosse apenas para chamar a atenção, Jair Bolsonaro conseguiu acender a faísca do preconceito que estava enraizado e internalizado nas pessoas. Hoje, essas pessoas se sentem no direito de atacar, ofender e falar o que bem querem à comunidade LGBT. O que mais choca é o apoio e o embasamento que elas encontram nas palavras do próprio presidente. É como se existisse um aval tácito por parte dele, de que tudo aquilo é correto de se fazer” (Ibrahim, 2021, p. 232).

Agoston também cita diversos exemplos dos efeitos deste discurso no cotidiano das pessoas LGBT+, como os seguintes:

“Agressões verbais a gente acaba por escutar no nosso dia a dia, por exemplo: corre para trocar o seu nome enquanto dá tempo, porque daqui a pouco vai ter que usar o seu nome de macho” (idem).

“(...) um conhecido estava passeando com seu namorado (...) em São Paulo (...) foi agredido (...) e teve que escutar: ‘aproveita por enquanto, porque em janeiro [de 2019, aquando da posse de Bolsonaro] as coisas vão piorar pra você se te encontrarmos por aqui’” (idem, p. 234).

Aos exemplos citados por Agoston, somam-se outros como a história da empresária brasileira Ariadna Seixas, também mulher trans, que concedeu entrevista ao jornal El Mundo contando a história de violência que viveu e a levou a optar pelo exílio. Seixas era proprietária de um café na cidade de Florianópolis, região sul do país. Ela conta que, durante a campanha eleitoral que culminou na vitória do atual presidente, passou a receber ameaças de morte através de suas redes sociais: “chamaram-nos pervertidos e diziam que nos iam matar” (Hernández-Morales, 2019). No dia seguinte à eleição, consolidada a ascensão do bolsonarismo no país, seu café foi assaltado, sendo levados todos os bens de valor, e o espaço foi depredado, o que ela associou diretamente às ameaças previamente recebidas. Neste contexto, Ariadna resolve sair do Brasil, mudando-se para Portugal apenas três meses depois (idem).

Entre outros exemplos, Agoston cita também o caso do professor universitário e ex-deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (RJ), Jean Wyllys. Em entrevista ao

jornal brasileiro Folha de São Paulo, o então deputado elencou as diversas razões pelas quais resolveu renunciar a seu terceiro mandato, ao qual foi eleito no mesmo pleito em que Bolsonaro se torna presidente, e se exilar na Europa (Ibrahim, 2021, p. 234).

Wyllys foi o primeiro deputado federal brasileiro abertamente gay e fez dos direitos humanos da população LGBTQ+ sua principal pauta nos oito anos em que exerceu funções parlamentares. Durante este período, conviveu no Congresso Nacional com o então também deputado federal pelo estado do RJ, Bolsonaro, a quem atribui diversos episódios de difamação e insultos, nomeadamente relacionados à sua orientação sexual (Barros, 2019). A hostilidade vivenciada por Wyllys ao longo de sua carreira política se agrava em 2018, antes mesmo do início do processo eleitoral. Em março, ocorre o assassinato de sua colega de partido Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado homônimo.

Franco, além de ser uma mulher preta, de origem pobre, nascida em uma favela carioca e abertamente bissexual, à época casada com uma mulher, tinha sua militância política relacionada à defesa dos direitos das pessoas LGBTQ+ e à denúncia e tentativa de combate à violência promovida em favelas pela polícia militar. À saída de um evento em que participou junto a outras mulheres pretas ativistas, foi brutalmente assassinada, após o carro que a levava ser alvejado por ao menos 13 tiros à queima-roupa. A execução de Franco é atribuída à sua atuação política, a investigação comprovou que a munição fazia parte de um lote de projéteis da Polícia Federal brasileira, e um dos suspeitos detidos pelo crime é pai de uma ex-namorada de um dos filhos do então deputado e atual presidente Bolsonaro (Marreiro, 2018; Gortázar, 2019).

A notícia deste crime hediondo tem grande repercussão no país e seu amigo, colega de partido e de militância política Wyllys sente-se especialmente ameaçado de que lhe possa ocorrer o mesmo, o que o faz adotar escolta parlamentar para sua proteção, com a qual contava em seu horário de expediente (Barros, 2019; Bugalho, 2019). A sensação de insegurança se agrava nos meses seguintes, quando Wyllys se candidata e conquista seu terceiro mandato. Durante a campanha eleitoral, o deputado também é alvo de *fake news*, nomeadamente através de uma montagem constituída por sua foto e uma frase de defesa à pedofilia como se fosse de sua

autoria, o que foi seguido por xingamentos e tentativas de agressão, mesmo na presença de seguranças. O autor da montagem foi condenado a indenizar Wyllys (Barros, 2019).

Com os resultados das eleições, favoráveis tanto a si como a Bolsonaro, Wyllys sente-se mais ameaçado e inseguro de continuar atuando na política, e entra com pedido de proteção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que lhe concedeu medidas cautelares para que o Estado brasileiro o protegesse, o que o governo brasileiro ignorou (Bugalho, 2019). Neste contexto de constante sensação de insegurança e de ameaças, Wyllys decide renunciar a seu mandato e se autoexila na Europa, onde vive até o momento. E, assim como Wyllys, ou como Seixas, serão diversos os casos de autoexílio de pessoas LGBTQ+, públicas ou anônimas, que, neste contexto social e político, de um país que há décadas é o primeiro colocado no ranking de mortes violentas de pessoas LGBTQ+, e que nos últimos quatro anos vive sob o governo de um presidente que ascende ao poder utilizando estratégias que fomentam o ódio e o preconceito, e que claramente geram um ambiente hostil e ameaçador às dissidências sexuais, veem no exílio a possibilidade de proteger suas existências, física e subjetivamente.

Conforme relatou Hernández-Morales (2019), por ser um país lusófono e considerado seguro para a população LGBTQ+, Portugal acaba por ser um dos principais destinos destes que se decidem pelo autoexílio. Isto posto, será analisado a seguir o movimento de imigração para Portugal, com ênfase na imigração de pessoas brasileiras para o país, com o intuito de traçar um panorama geral deste movimento na última década, que engloba a transição para o período dos acontecimentos políticos e sociais citados, e, logo em seguida, serão entrevistadas pessoas LGBTQ+ que migraram do Brasil para Portugal no mesmo período, como forma de analisar o impacto deste contexto sociopolítico na decisão do que neste trabalho se hipotetiza como “exílio *queer*”.

3. IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 2010 A 2019

3.1 PANORAMA GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Portugal começou a década de 2010 com 10.572.721 habitantes, dos quais 443.055, ou 4,2%, eram estrangeiros, ou seja, tinham nacionalidade diversa à portuguesa; e chegou ao ano de 2019 contando com 10.295.909 habitantes, dos quais 588.976, ou 5,7%, eram estrangeiros.

Isto é, enquanto a população total residente no país caiu 2,7%, a população estrangeira residente cresceu 32,9%. Considerando apenas a população de nacionalidade portuguesa residente em Portugal, sem contar os imigrantes, a população portuguesa teria diminuído 4,2%. Ou seja, o crescimento da imigração internacional respondeu pelo arrefecimento da diminuição da população total residente em Portugal, causando impacto significativo na demografia do país.

Já de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o estoque de estrangeiros residentes em Portugal (pessoas de nacionalidade diferente da portuguesa com residência fixa no país, independente do ano de chegada e de estabelecimento da residência) era de 445.262 em 2010 e 590.348 em 2019. Sendo a diferença entre os números de imigrantes com referência em cada um dos órgãos (INE e SEF) de menos de 0,5% em ambos os anos, pode-se considerar que se trata de uma diferença estatisticamente irrelevante.

Em relação aos fluxos anuais de imigração internacional (entradas no país e estabelecimento de residência por pessoas estrangeiras no ano corrente), os órgãos apresentam metodologias de contagem distintas. O INE considera imigrantes permanentes aqueles que residem no país há mais de um ano, e os contabiliza a partir da constatação de que entraram no país com “intenção” de permanecer por um período igual ou superior a um ano, auferindo neste sentido um total de 27.275 imigrantes em 2010 e 72.725 em 2019. Já o SEF contabiliza os novos títulos de autorização de residência que atribuiu a cidadãos estrangeiros em cada ano, isto é, a

formalização jurídica e oficial do estabelecimento de residência de pessoas estrangeiras no país, auferindo 50.747 imigrantes em 2010 e 129.155 em 2019.

Diante da diferença de metodologias apresentadas por cada um dos órgãos para auferir o fluxo anual de imigrantes internacionais, considerando que o SEF apresenta indicadores mais sensíveis aos fluxos migratórios anuais, por lançar mão de instrumento mais factível e oficial para contagem de pessoas imigrantes, qual seja, o número de novos títulos de residência emitidos, em detrimento de considerar a “intenção” de permanecer no país, daqui em diante serão considerados os números do Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) publicados anualmente pelo SEF para análise de fluxos e estoques de estrangeiros residentes no país.

3.2 ORIGEM E DESTINO DAS PESSOAS IMIGRANTES

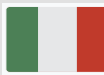
- ORIGEM

De acordo com os RIFA de cada ano da década compreendida entre os anos de 2010 e 2019, pode-se identificar movimentos que seguem certo padrão e outros movimentos que se diversificam ao longo dos anos no que concerne à origem das pessoas estrangeiras que estabelecem residência em Portugal.

Durante toda a década, os imigrantes provenientes do Brasil foram maioria nos fluxos anuais, apesar de sua participação relativa ter variado ao longo dos anos. Os imigrantes brasileiros compunham 32% do fluxo total de imigrantes em 2010, caindo para 15% do volume total do fluxo em 2015, e crescendo novamente até atingir o auge de 38% do fluxo de 2019.

Em relação às demais nacionalidades de origem, pode-se dividir a década em quatro momentos distintos.

Tabela 1. Origem dos fluxos de imigrantes de 2010 a 2019, por nacionalidade

2010-2012	2013-2015	2016-2017	2018-2019
			
			
			
			
			

Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Elaboração do autor.

No período compreendido entre os anos de 2010 e 2012, por exemplo, depois dos brasileiros, formam maiores contingentes de imigrantes nos fluxos para Portugal as pessoas provenientes de dois países do leste europeu, quais sejam, Ucrânia e Romênia; e de dois países da África lusófona, Cabo Verde e Angola.

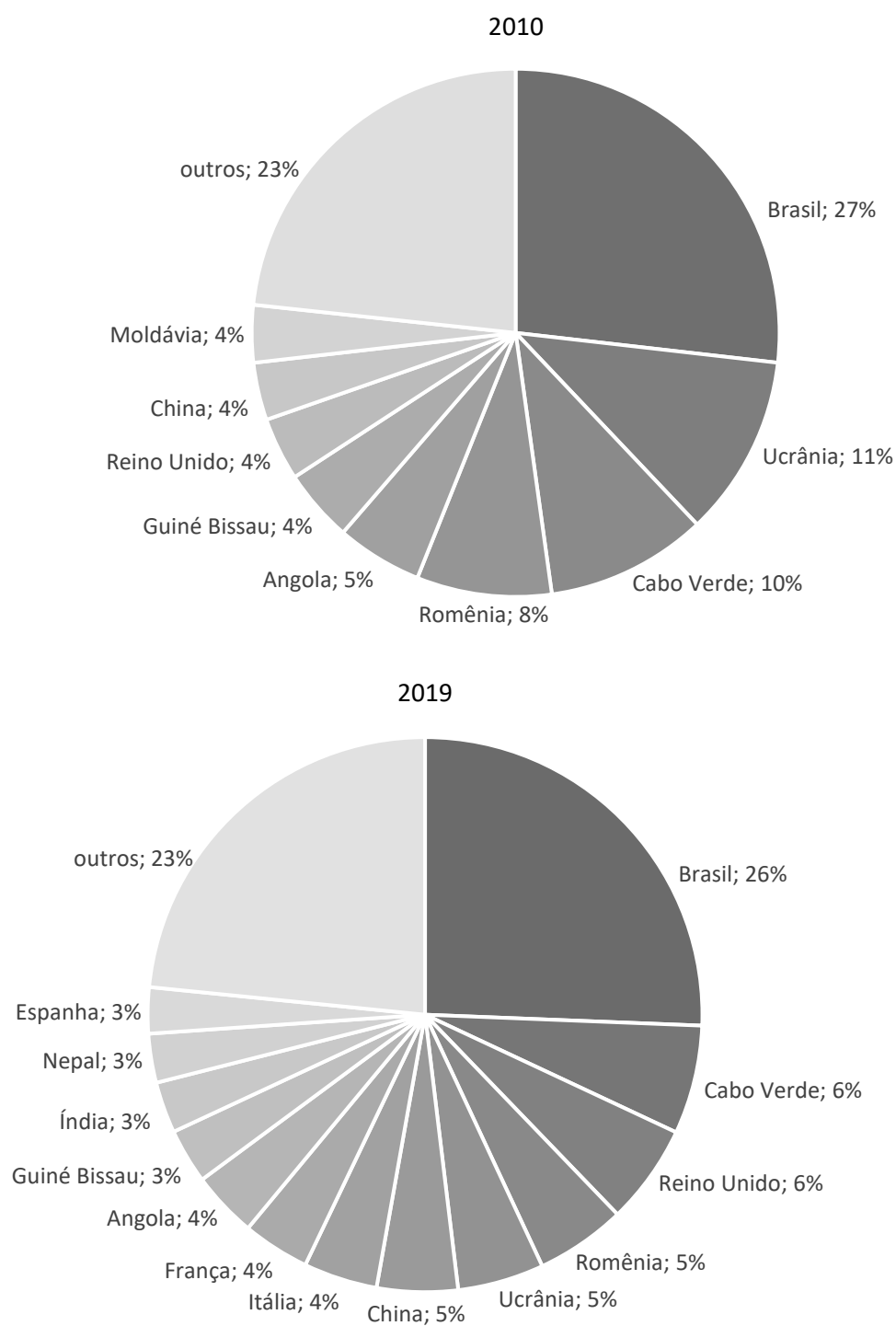
Já entre os anos de 2013 e 2015, cresce expressivamente o fluxo de imigrantes de China, seguidos de crescimento menos intenso do fluxo de imigrantes da Europa ocidental, em especial da França.

Nos anos de 2016 e 2017, há crescimento cada vez mais expressivo do fluxo de imigrantes da Europa ocidental, nomeadamente Itália e Reino Unido.

Em seguida, entre os anos de 2018 e 2019, estes permanecem sendo os países de onde mais chegam imigrantes em Portugal, seguidos de movimento expressivo de fluxo de imigrantes do subcontinente indiano, nomeadamente da Índia e Nepal.

Porém, a despeito destas alterações anuais no ranking de maiores fluxos de imigrantes por nacionalidade, houve ao final da década certa manutenção do ranking de nacionalidades a compor o estoque de imigrantes em Portugal.

Gráficos 1 e 2. Origem dos imigrantes residentes em Portugal em 2010 e 2019, por nacionalidade (estoque)



Fonte: RIFA 2010 (SEF) e RIFA 2019 (idem). Cálculos do autor.

Nota-se, nomeadamente, a constância da liderança brasileira, que representa, tanto ao início como ao final do período, mais de um quarto do total de estrangeiros a viver no país; seguida de outros países que se mantiveram entre as origens mais expressivas na composição deste estoque, nomeadamente Cabo Verde, Romênia e Ucrânia.

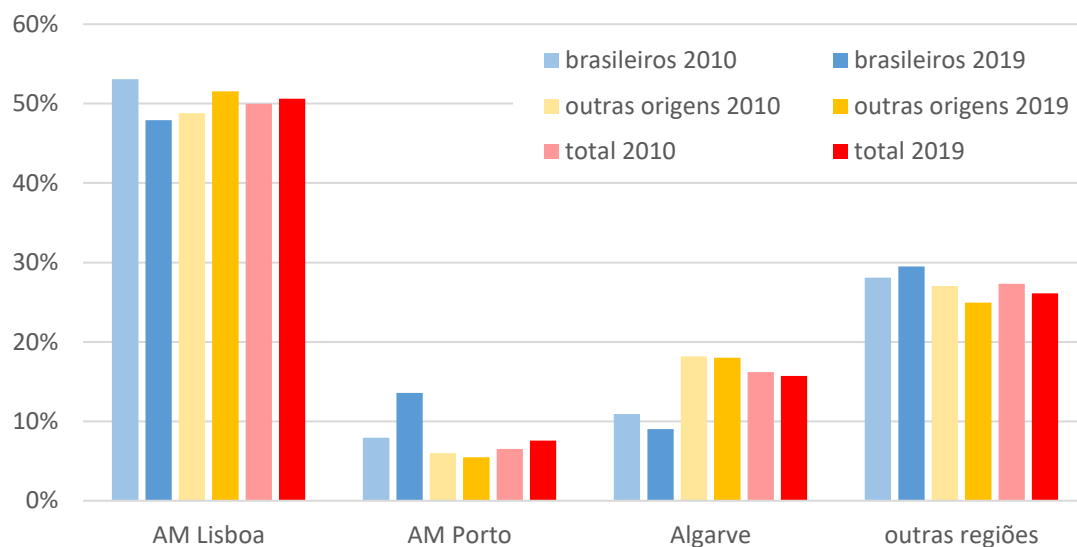
Já em relação às alterações do estoque, o destaque é a população imigrante proveniente do Reino Unido, que dobra ao longo da década, e, apesar de a participação relativa não ter crescimento tão expressivo, ultrapassa outras origens e corresponde hoje ao terceiro lugar que mais originou imigrantes a residir em Portugal.

De forma geral, entretanto, o que fica evidente é o peso da imigração brasileira nos fluxos e no estoque de estrangeiros residentes em Portugal, motivo pelo qual, daqui em diante, serão analisados os dados de fluxo e estoque de imigrantes desagregados entre “brasileiros” e “outras origens” ou “demais origens”.

- DESTINO

A Área Metropolitana de Lisboa é a mais procurada para estabelecimento de residência pelos imigrantes em Portugal. Em média, 50% das pessoas que se mudaram para o país na última década escolheram a capital Lisboa ou distritos vizinhos.

Gráfico 3. Destino escolhido como residência pelos imigrantes em Portugal em 2010 e 2019, por regiões NUTS III (estoque)



Fonte: PORDATA. Cálculos do autor.

A segunda região mais procurada em geral é o Algarve, no sul do país, que concentra mais de 15% da população imigrante em Portugal. Porém, quando se desagregam os dados, nota-se uma diferença entre a escolha dos brasileiros e a dos imigrantes de outras origens. Enquanto entre os imigrantes de outras origens o Algarve segue sendo o segundo destino mais escolhido como residência, onde reside quase 20% desta parcela de imigrantes, os brasileiros procuram cada vez mais a Área Metropolitana do Porto não só em substituição à AM Lisboa, mas também mais do que o Algarve. Atualmente, quase 15% dos brasileiros que imigraram para Portugal residem na AM Porto, enquanto menos de 10% vão para a região sul do país.

3.3 FLUXOS, ESTOQUES E “BAIXAS” DE IMIGRANTES

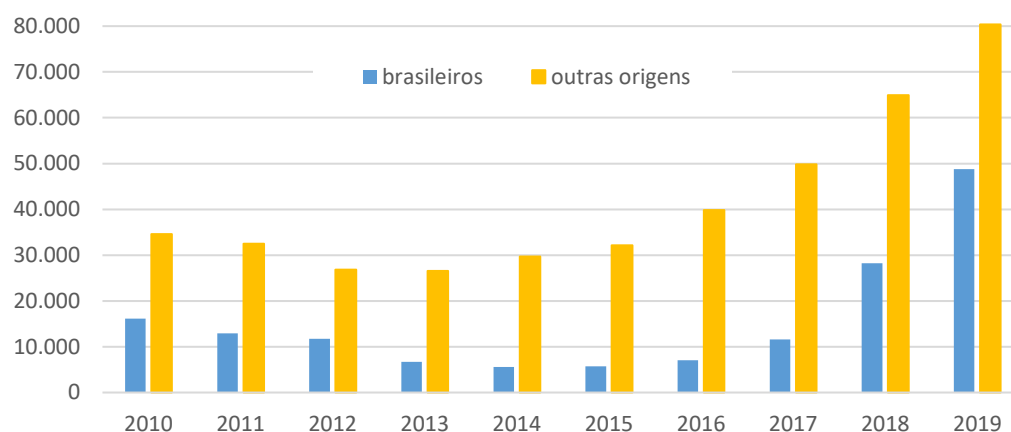
- FLUXOS

São considerados como componentes do fluxo anual de imigrantes todos os novos títulos de residência emitidos pelo SEF. Como, em geral, haverá um intervalo entre a chegada da pessoa estrangeira ao país e a formalização da manifestação de

interesse em estabelecer residência; e entre a manifestação de interesse por parte da pessoa imigrante e a emissão do título podem decorrer cerca de 90 dias ou mais, há uma certa defasagem em relação ao número considerado para cada ano, dado que os títulos emitidos em certo ano podem ter sido solicitados ao final do ano anterior. Porém, de qualquer forma, é possível, através da análise dos números de fluxos, mensurar o volume de chegada por período e perceber variações nos movimentos migratórios.

O volume de chegadas anuais em Portugal (fluxo) diminuiu em meados da década para voltar a crescer, em maior intensidade, ao final da mesma década. Enquanto em 2010 foram emitidos cerca de 50 mil títulos novos, em 2013 são emitidos pouco mais de 30 mil. Em 2016, voltam a ser emitidos cerca de 50 mil e, a partir de 2017, os números aumentam expressivamente, sendo emitidos sucessivamente 60, 90 e quase 130 mil nos anos subsequentes.

Gráfico 4. Novos títulos de residência emitidos a imigrantes em Portugal, por ano



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

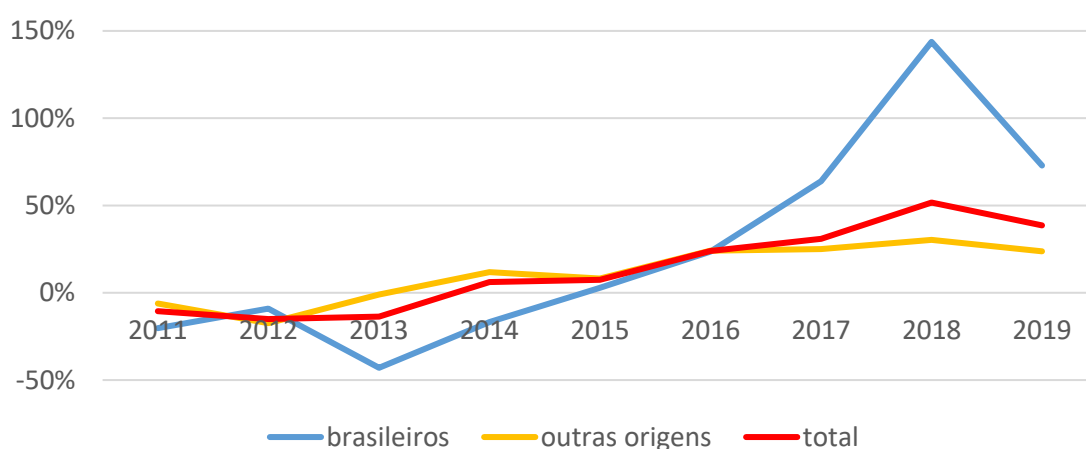
Observando-se especificamente a imigração brasileira, percebe-se que esta tendência de decréscimo seguida de crescimento ocorre de forma muito mais intensa. Os menos de 20 mil títulos emitidos em 2010 são altos se consideram-se os pouco

mais de 5 mil em 2014, mas são baixos perto dos quase 30 mil emitidos em 2018 e mais baixos ainda diante dos mais de 50 mil emitidos em 2019.

A imigração brasileira cresce em níveis mais intensos ao final da década de 2010, e passa a representar maior influência absoluta e relativa nos números de imigração em Portugal, puxando para cima os números totais de imigrações, que apresentam tendência mais estável quando se observam as imigrações de outras origens além do Brasil.

O crescimento relativo da imigração brasileira apresenta números de grande magnitude, com aumento de 144% dos títulos emitidos em 2018 em relação aos emitidos em 2017, seguido de aumento de 73% na emissão de títulos em 2019 em relação à de 2018.

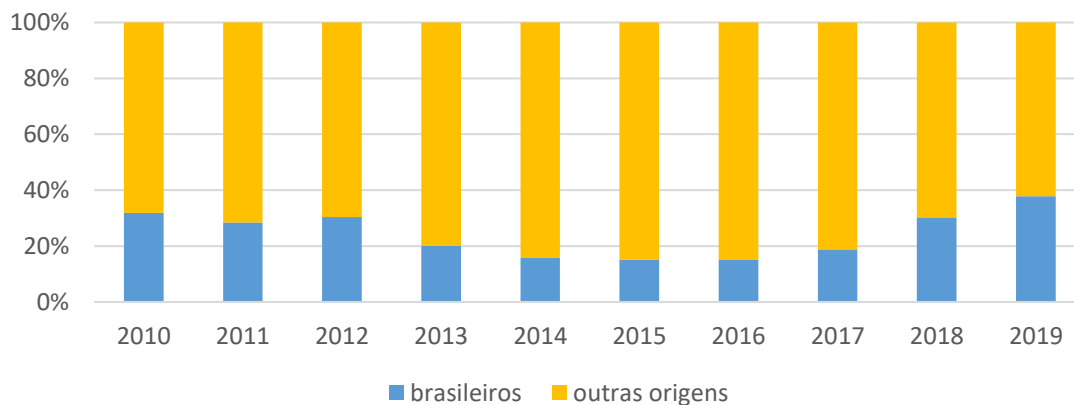
Gráfico 5. Taxa de variação da emissão de novos títulos de residência em relação ao ano anterior



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

A participação de imigrantes brasileiros no volume total dos novos títulos de residência emitidos por ano sempre foi relativamente expressiva, mas tem sua magnitude variável ao longo da década. Os brasileiros eram cerca de 30% das pessoas a imigrar para Portugal no início da década, passam a ser menos de 20% em meados da mesma, e, ao final, chegam a ser quase 40%.

Gráfico 6. Participação de imigrantes brasileiros no fluxo de imigrantes em Portugal por ano



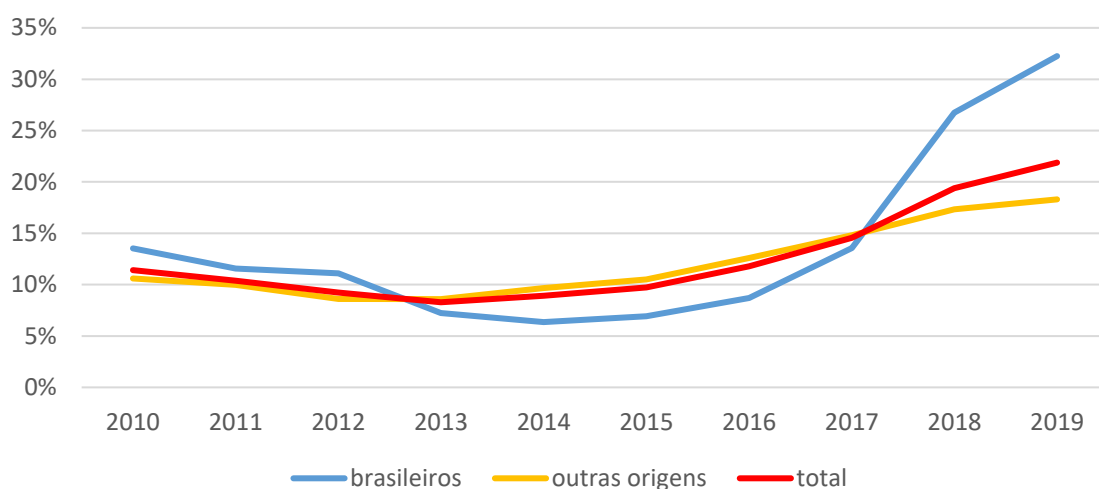
Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

A reflexão que segue é a de como se configuram os estoques de população estrangeira diante destes fluxos anuais até aqui observados.

- ESTOQUES

Portugal começa a década de 2010 com 445.262 estrangeiros residentes, chega ao ano de 2015 com apenas 388.731, e, no ano de 2019, conta com 590.348 imigrantes. Ou seja, apesar da queda observada em meados da década, segue-se inversão da tendência, isto é, aumento do fluxo de imigração, resultando em acréscimo de 33% no volume de imigrantes no país ao final da década em relação ao início da mesma. Só no ano de 2019, foram emitidos quase 130 mil novos títulos de residência, o que representa 23% do estoque de 590 mil imigrantes em Portugal no mesmo ano.

Gráfico 7. Acréscimo percentual dos novos títulos de residência (fluxo) no total de imigrantes residentes em Portugal (estoque) por ano



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

Em relação à imigração brasileira em especial, Portugal começa a década com 119.363 residentes vindos do Brasil (27% do total de estrangeiros residentes no país), chega ao ano de 2015 com apenas 82.590 (15% do total) e, no ano de 2019, conta com 151.304 residentes de nacionalidade brasileira, ou seja 38% do total dos imigrantes no país eram brasileiros. Destes mais de 150 mil imigrantes brasileiros, quase 50 mil chegaram no ano de 2019, ou seja, um terço do estoque deste ano é composto pelo fluxo do mesmo ano.

- “BAIXAS”

As análises anteriores não levam em conta as “baixas” ocorridas nos estoques de imigrantes residentes em Portugal, isto é, a diminuição no número de pessoas estrangeiras residentes no país, que já foram consideradas e contadas como imigrantes e, por diversos motivos, não o são mais.

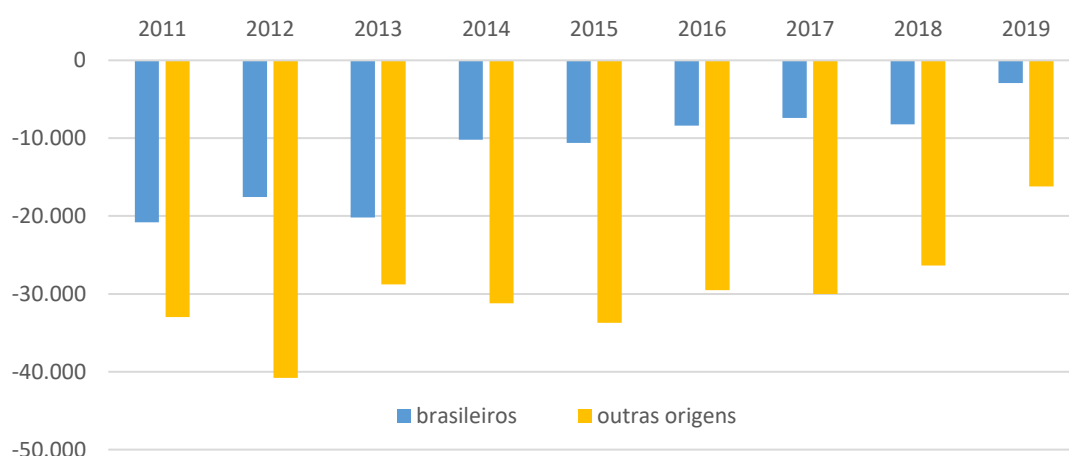
A quantificação das “baixas” é um indicador mais difícil de se mensurar, pois pode incluir diversas variáveis, algumas de difícil captação, como residentes que voltam aos seus países de origem ou migram para um terceiro país, ou mesmo pessoas

às quais tenha sido atribuída nacionalidade portuguesa por tempo de residência, possibilidade jurídica que configura uma mudança de *status*, a partir do qual as pessoas que antes eram consideradas como imigrantes não mais o são.

De qualquer forma, é possível estimar um número de “baixas”, ainda que não seja possível precisar o que as ocasionou exatamente. A seguir, este número será estimado através de um cálculo simples, qual seja, o resultado da diferença entre o estoque de imigrantes do ano corrente e a soma dos números de estoque de imigrantes do ano anterior e do fluxo de estoques do ano corrente.

Gráfico 8. Estimativa de “baixas” ocorridas nos estoques de imigrantes residentes em Portugal por ano

Fórmula do cálculo: baixas 2019 = stock 2019 – (stock 2018 + fluxo 2019)



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

De acordo com este cálculo, em 2011 ocorreram cerca de 53 mil “baixas”, sendo de 20 mil brasileiros e de 32 mil imigrantes de outras origens. Estes números caem ao longo da década, atingindo em 2019, respectivamente, menos de 20 mil “baixas”, das quais pouco mais de 2 mil eram brasileiros e pouco mais de 16 mil de outras origens. Ou seja, enquanto as “baixas” entre imigrantes de outras origens exceto a brasileira caem pela metade, as “baixas” de brasileiros caem a um décimo no

período de uma década. Em outras palavras, menos imigrantes foram embora de Portugal, e, em especial, muito menos imigrantes brasileiros deixaram o país.

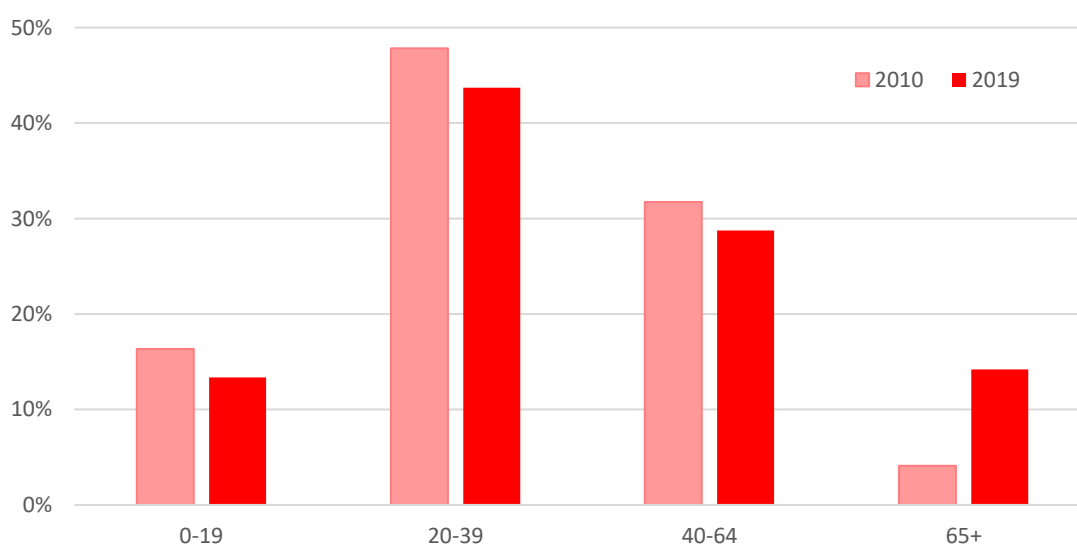
3.4 PERFIL DAS PESSOAS IMIGRANTES

- FAIXA ETÁRIA

Apesar de não ser possível desagregar os dados de idade da população imigrante por nacionalidade, pode-se observar o panorama geral de sua distribuição etária para efeitos da análise do panorama migratório.

Quase a metade dos imigrantes em Portugal está na faixa entre os 20 e 39 anos, o que configura a princípio uma população estrangeira jovem. Porém, ao longo da década, diminui a participação relativa das faixas etárias mais jovens e aumenta de forma considerável a participação da faixa de maiores de 65 anos, considerados a princípio fora da idade produtiva em nível de força de trabalho.

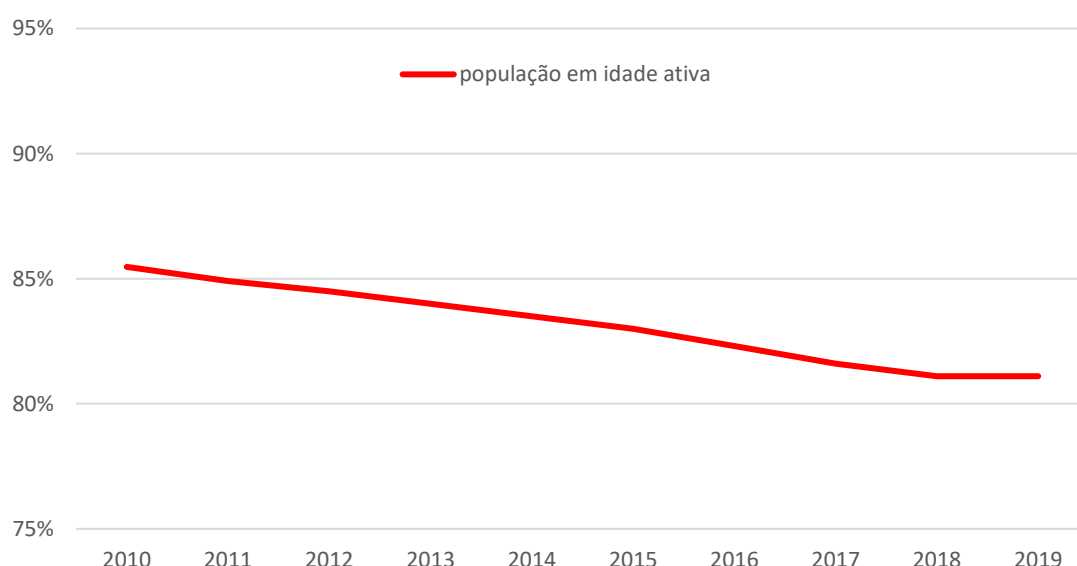
Gráfico 9. Distribuição etária da população imigrante residente em Portugal em 2010 e 2019, por faixa etária (estoques)



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

Levando em conta o que se considera como faixa etária economicamente ativa (15 a 64 anos), o que se observa é leve tendência de queda. Ao início da década, os imigrantes em idade ativa eram 85% do total de imigrantes, ao longo da mesma vai ocorrendo ligeiro decréscimo gradual, culminando em 81% de imigrantes em idade ativa em 2019. Este dado pode corresponder tanto ao envelhecimento da população imigrante como à chegada de novos imigrantes com média de idade superior à que era observada anteriormente.

Gráfico 10. Porcentagem dos imigrantes em idade ativa (15 a 64 anos) entre a população total imigrante, por ano (estoque)



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

- GRAU DE INSTRUÇÃO

O RIFA não apresenta dados relacionados ao grau de instrução dos imigrantes em Portugal. Porém, em reportagem recentemente vinculada pelo jornal Público, Carlos Vianna, antigo presidente da Casa do Brasil em Lisboa, instituição que dá suporte a imigrantes brasileiros em temas que vão desde o processo de legalização até o reconhecimento de títulos acadêmicos, afirma que “com os governos Temer e Bolsonaro, veio muita gente com formação superior e há também um fluxo do que

chamamos de ‘burguesia’, que são em menor número, mas tem grande poder econômico” (Henriques, 2022).

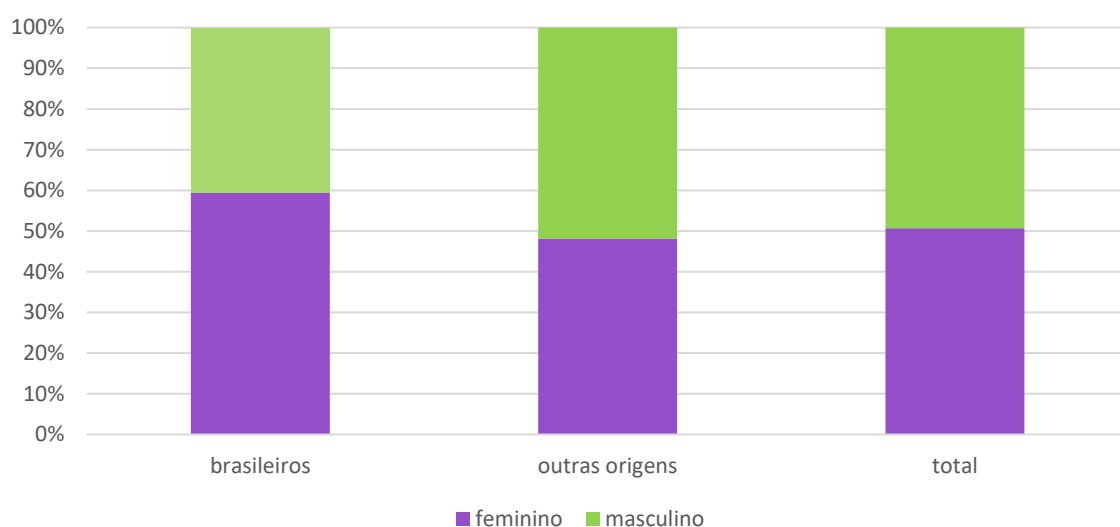
- GÊNERO

Os dados para divisão da população imigrante entre gêneros feminino e masculino podem ser desagregados também por nacionalidade, o que permite analisar perfil da divisão entre gêneros seguindo a mesma desagregação das análises anteriores (brasileiros e demais nacionalidades).

Os dados de divisão por gênero dos imigrantes em Portugal apresentam características peculiares, mais uma vez com destaque para a população imigrante brasileira.

Ao contrário da tendência observada entre as pessoas imigrantes de outras origens exceto a brasileira, entre as quais se observa equilíbrio entre os gêneros, ou seja, divisão beirando os 50% de cada gênero, o caso brasileiro apresenta diferença mais expressiva, sendo as mulheres quase 60% entre as pessoas brasileiras residindo em Portugal.

Gráfico 11. Divisão por gênero da população imigrante residente em Portugal em 2019, por origem (estoque)

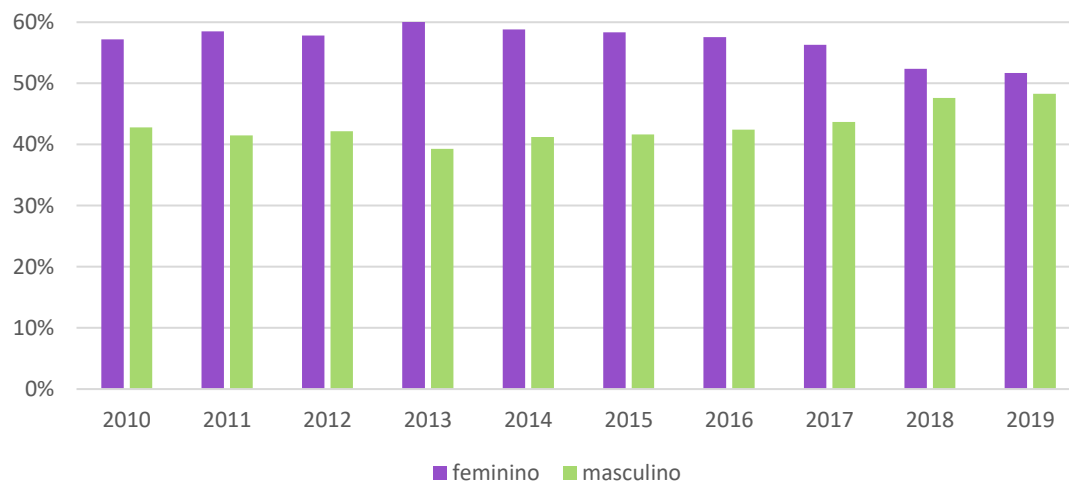


Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

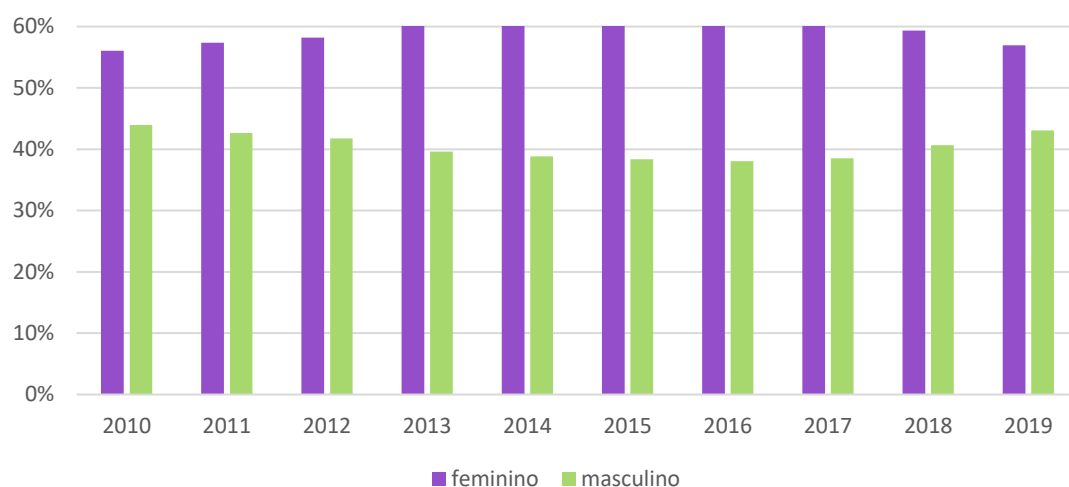
Ao longo da década, diminui a diferença entre os contingentes de mulheres e homens de nacionalidade brasileira que imigram para Portugal, mas esta tendência ainda não produziu efeitos na mesma magnitude sobre a diferença entre os gêneros na composição do estoque de brasileiros residentes no país, sendo as mulheres ainda a maioria entre os imigrantes brasileiros.

Gráficos 12 e 13. Divisão por gênero dos fluxos e estoques de imigrantes brasileiros residentes em Portugal, por ano

FLUXOS



ESTOQUES



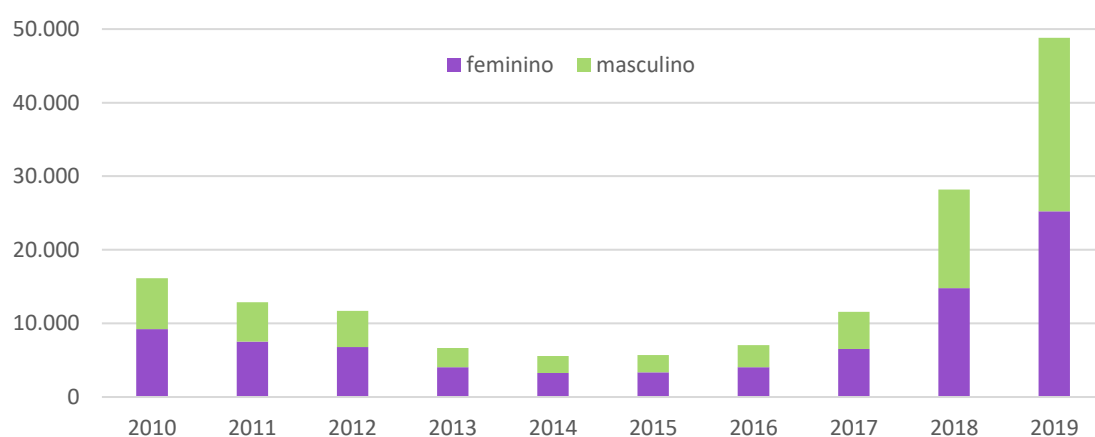
Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

Entretanto, a diferença proporcional entre os gêneros, assim como este crescimento da imigração masculina brasileira percebida ao longo da década, não são fatores de influência no aumento da imigração brasileira, ou seja, a divisão proporcional entre gêneros não está relacionada aos movimentos de queda e posterior elevação dos fluxos de imigrantes brasileiros para Portugal – o aumento da imigração

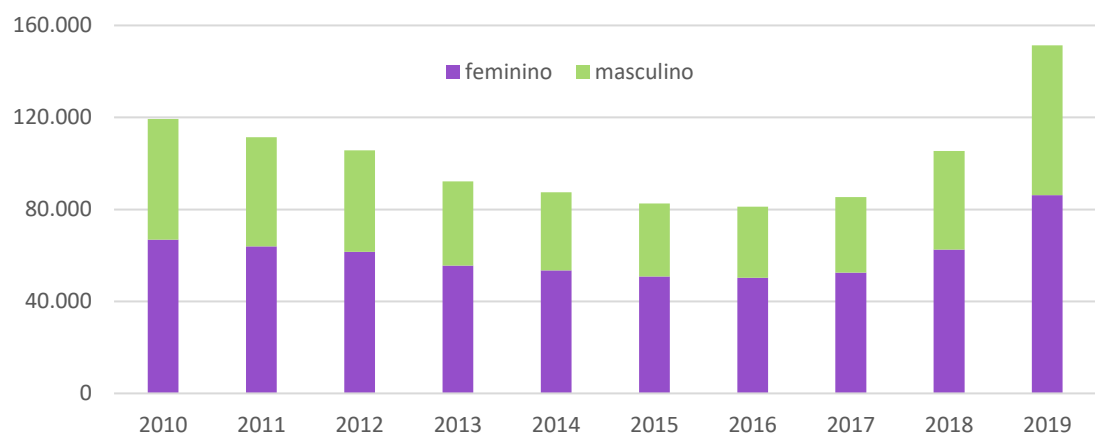
de homens brasileiros não foi o fator responsável pelo aumento total da imigração brasileira no país.

Gráficos 14 e 15. Fluxos e estoques de mulheres e homens imigrantes do Brasil residentes em Portugal, por ano

FLUXOS



ESTOQUES



Fonte: RIFA (SEF) 2010-2019. Cálculos do autor.

De qualquer forma, fica mais uma vez evidente a magnitude do aumento da imigração brasileira para Portugal, conforme ilustra o gráfico 14, que relembra os

recordes de chegada de quase 30 mil imigrantes brasileiros no país em 2018 e quase 50 mil em 2019 já demonstrados em gráficos anteriores; e o gráfico 15, que relembra o recorde de quase 150 mil brasileiros residentes no país, atingido no ano de 2019. Estes números são os maiores de sempre considerando a série histórica observada, assim como na comparação com os imigrantes de outras nacionalidades estabelecida ao longo deste capítulo.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

É evidente o crescimento da imigração brasileira para Portugal ao final da década, nomeadamente nos anos de 2018 e 2019, em magnitude muito superior à observada no fluxo total de imigração para o país ou mesmo quando se analisa o histórico da imigração proveniente do Brasil ao longo da década.

A observação destes dados parece corroborar com a hipótese deste trabalho de que a ascensão da ultradireita no Brasil tenha sido um evento desencadeador da saída de pessoas brasileiras de seu país. Porém, como não há qualquer dado ou informação concreta relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas que migraram do Brasil neste ou em qualquer outro período, a análise quantitativa deste movimento fica limitada no contexto deste trabalho, o que esgota as possibilidades de continuar a investigação através desta metodologia.

Neste ponto, há uma discussão relevante a se suscitar. Por um lado, seria importante que se dispusesse de dados relacionados à orientação sexual e identidade de gênero das pessoas imigrantes, seja com fins estatísticos, com intuito de pensar políticas que contemplem as peculiaridades destas pessoas, seja como base para discutir novos dispositivos e práticas relacionadas aos processos de atribuição de residência, uma vez que muitas das migrações baseadas em questões de diversidade sexogenérica contém em si aspectos que vão além da migração “comum”, e, ainda que não configurem necessariamente refúgio, demandam certo grau de acolhimento.

Por outro lado, é de se questionar se, em um contexto social em que se enfrenta desde descaso até preconceito e represálias por parte de autoridades das

mais diversas esferas em relação à diversidade sexogenérica, estariam estas pessoas imigrantes dispostas a declarar suas orientações sexuais ou identidades de gênero divergentes da heteronormatividade? Ou seja, seria possível, de fato, realizar uma análise quantitativa do movimento da migração e do exílio de pessoas LGBTQ+?

Entretanto, para além destas reflexões que emergem ao longo deste trabalho, a indisponibilidade de dados quantitativos abre espaço para outra perspectiva de investigação, qual seja, a adoção da metodologia de análise qualitativa, o que vai de encontro com o objetivo deste estudo de analisar os movimentos migratórios não só em sua magnitude quantitativa, mas levar em conta as subjetividades e particularidades das motivações e circunstâncias destes processos, colocando as pessoas migrantes no centro da discussão e seus discursos como elementos constitutivos da investigação.

Neste sentido, serão analisadas a seguir entrevistas realizadas com pessoas LGBTQ+ brasileiras que migraram para Portugal entre os anos de 2018 e 2019, aquando da ascensão da ultradireita no Brasil, como método de aproximação das histórias destas migrações, de observação de suas motivações e circunstâncias, e como possibilidade de comprovar a hipótese de que o movimento migratório de pessoas LGBTQ+ no contexto sociopolítico apresentado constitui fenômeno específico, aqui nomeado “exílio *queer*”.

4. ENTREVISTAS

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A investigação acadêmica exige que sejam estabelecidos métodos de análise que permitam reunir informações sobre o assunto a ser investigado, organizar as informações, observar o que pode ser aprendido com essas informações, criar conhecimento a partir dessas observações e, por fim, testar as hipóteses que foram formuladas quando se iniciou a investigação.

Os estudos sociais investigam fenômenos que se desenvolvem em campos subjetivos e variáveis abstratas, de modo que a pesquisa nestes temas pode recorrer a diferentes métodos de análise que, combinados, permitem estruturar o conhecimento formal sobre o subjetivo e o abstrato desses fenômenos.

A principal organização dos métodos de análise é a divisão entre métodos quantitativos e métodos qualitativos, embora possam ser combinados em análises "mistas".

Os métodos quantitativos propõem-se a estudar a realidade através de variações e relações numéricas, através (1) da observação de indicadores numéricos primários (por exemplo, idade, renda, anos de escolaridade), (2) da coleta de indicadores previamente quantificados em fontes documentais (por exemplo, estatísticas, resultados de pesquisas), (3) da criação de indicadores a partir de informações primárias de natureza qualitativa (por exemplo, gênero, opinião política, preferências musicais), (4) do uso de técnicas de análise de dados quantitativos e (5) da categorização de dados obtidos sob uma padronização (Roque; Santos, 2020).

Os métodos qualitativos propõem-se a estudar a realidade através de variações e relações não numéricas, através (1) da observação de informações primárias de natureza qualitativa (por exemplo, comportamentos verbais e/ou gestuais, discursos escritos, representações visuais), (2) da qualificação dados quantitativos por meio da categorização das avaliações atribuídas a valores quantitativos pelos atores da pesquisa (por exemplo, atribuindo um valor quantitativo aos conceitos de “bom” ou

“ruim”), (3) do uso de técnicas de análise de dados qualitativos (por exemplo, análise de conteúdo qualitativo, análise crítica do discurso) e (4) da identificação e descrição de argumentos das relações de sentido entre comportamentos, representações, significados e valores de uma população ou amostra por meios discursivos (idem).

Estes métodos podem ser combinados de forma sequencial, por exemplo, o quantitativo como método exploratório e o qualitativo com objetivo de aprofundar e particularizar; ou paralela, quando ocorre validação cruzada entre os dados obtidos em cada método ou quando um método traz informações adicionais ao outro (idem).

Defendendo o enfoque nas análises qualitativas nos estudos sociais, Alonso (1998) afirma que “a abordagem qualitativa orienta (...) o estudo sociológico como uma investigação dos processos de produção e reprodução do social por meio da linguagem e da ação simbólica”, assim, citando Riesman, Alonso entende que “a abordagem qualitativa em sociologia transcende (...) a experiência sensorial cotidiana (...) para mergulhar nos códigos culturais e simbólicos que constroem nosso modo histórico de ver e viver a própria realidade social”. Isso não significa que métodos quantitativos não sejam válidos para análise nos estudos sociais, mas que é preciso ir além de números e dados para analisar aspectos da realidade social de forma mais ampla e abrangente.

Existem várias maneiras de obter informações para análise qualitativa, quais sejam, (1) a etnografia e observação participante, (2) as entrevistas, (3) os grupos focais, (4) a análise de linguagem (fala ou conversa) e (5) a análise de documentos (Roque; Santos, 2020).

Nas análises etnográficas, em entrevistas ou em grupo, a posição do pesquisador é de provocação, escuta e interpretação, identificando em ações, discursos, diálogos e outras formas de interação entre investigador e investigado são pertinentes aos seus objetivos de pesquisa (García et al., 2006). Na análise textual, anula-se a provocação e restringe-se a escuta, de modo que a interpretação será a ferramenta que fundamentará a ação do pesquisador (idem).

Em síntese, na análise da realidade social, o pesquisador reflexivo não apenas se depara com fatos (ações ou eventos humanos), mas também com os discursos de indivíduos e grupos (idem).

Para que possam ser explicados, os fatos sociais são registrados, correlacionados, quantificados e estruturados, por meio de censos e/ou levantamentos estatísticos formalizados. Para que possam ser compreendidos, os discursos são interpretados, seja a partir de fontes textuais (por exemplo, documentos históricos, declarações à mídia, textos literários etc.), ou da produção dos próprios discursos em situações de comunicação interpessoal mais ou menos controlada, como as que envolvem entrevistas e discussões em grupo (idem).

Resumindo, tanto fenômenos, discursos e fatos, igualmente integram e configuram a realidade social e reivindicam-se mutuamente em sua explicação e compreensão (idem).

Os estudos da diversidade sexogenérica como parte dos estudos sociais, seja do ponto de vista psicológico, filosófico, antropológico, sociológico, político, jurídico, ou de outras áreas de estudo das humanidades, seja do ponto de vista artístico, cultural etc., são ainda estudos relativamente “novos”. As teorias que falam dos fenômenos relacionados à diversidade sexogenérica são, em geral, recentes, e ainda há poucos dados, informações e pesquisas que permitam realizar análises de longo prazo sobre como as pessoas LGBT+ estão inseridas nos processos e dinâmicas sociais ou, por outra perspectiva, como estão ocorrendo os processos sociais necessários à sua inclusão e a dinâmica em que estão ou não incluídos.

Por isso, é importante que censos, coletas de dados para estatísticas, formulários de pesquisa e outras formas de compilação de informações quantitativas incluam categorias que permitam realizar análises “quanti” sobre os fenômenos relacionados à diversidade sexogenérica ou outros fenômenos sociais em geral nos quais as pessoas LGBT+ estão incluídas. Com isso, será possível avançar nas políticas públicas, marcos legais, acolhimento e assistência social, entre outras medidas que contemplem e garantam a proteção da vida e da dignidade das pessoas LGBT+.

Também por isso, é fundamental que as pesquisas sobre diversidade sexogenérica sejam estimuladas na perspectiva “quali”, como forma de trazer as pessoas LGBTQ+ para o centro do debate sobre sua realidade, sua inclusão ou exclusão ao seu redor e suas particularidades, gerando conhecimento sobre os aspectos mais pessoais e subjetivos da diversidade. Com isso, aprofunda-se e particulariza-se o conhecimento sobre a realidade das pessoas LGBTQ+, o que complementa e enriquece o conhecimento que as informações e análises quantitativas podem oferecer.

No contexto desta pesquisa, levando em conta as possibilidades metodológicas dos estudos sociais, suas aplicações aos estudos LGBTQ+ e, principalmente, as peculiaridades que o assunto engloba, e, ainda que se haja recorrido a dados quantitativos para traçar o panorama geral da imigração do Brasil para Portugal na última década, será adotada, como base para responder à hipótese deste trabalho o método de análise qualitativa, através da realização de entrevistas.

A análise qualitativa a ser realizada a partir do material gerado pelas entrevistas tem como objetivos (1) recuperar a trajetória da migração de pessoas LGBTQ+ do Brasil para Portugal; (2) identificar as circunstâncias e as motivações da decisão dessas pessoas de migrar; (3) perceber se e como o contexto político e social, especialmente a ascensão de um governo de ultradireita, influenciou essas decisões; (4) refletir e discutir sobre fatores comuns destas decisões; e (5) construir uma resposta à questão que orienta esta pesquisa, qual seja, se se pode considerar este movimento não como uma migração “comum”, mas como “*exílio queer*”.

No livro *“In the field: an introduction to field research”*, Robert Burgess discute as diversas formas da execução de análises qualitativas aplicadas às pesquisas de campo, quais sejam, a análise de documentos pessoais, a observação participante e as “entrevistas como conversas”.

No contexto deste trabalho, que visa à identificação, no discurso das pessoas LGBTQ+ que migraram do Brasil para Portugal, das circunstâncias e motivações particulares de suas decisões de migrar, as entrevistas serão o método mais apropriado e, portanto, será analisado o conceito de entrevistas como conversas abordado por Burgess.

O autor observa que as entrevistas são tão amplamente utilizadas como método nos estudos sociais que os sociólogos Benney e Hughes se referiram à sociologia moderna como “a ciência da entrevista” (Burgess, 1984, p. 83).

No entanto, Burgess destaca diferenças entre as formas de concepção e condução de entrevistas, nomeadamente entre as entrevistas estruturadas e as semiestruturadas ou não estruturadas (idem).

As entrevistas estruturadas seguem um roteiro de realização de perguntas fechadas cujas respostas configuram dados a serem registrados em um padrão definido. Já as entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas se baseiam em um conjunto de temas e tópicos previamente elencados a serem abordados abertamente no decorrer de uma conversa, o que dá aos entrevistados a oportunidade de desenvolver suas respostas fora de um formato definido. As entrevistas seriam, portanto, “uma conversa com um propósito” (idem, pp. 83-84).

Burgess cita os autores Webb e Webb, que argumentaram como as conversas eram de maior valor do que as sessões diretas de perguntas e respostas, pois forneciam dados ricos e detalhados que poderiam ser usados juntamente com outros materiais (idem, p. 84).

O autor também cita Zweig, para quem as entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas permitem ao pesquisador atuar como um amigo que demonstra interesse, compreensão e simpatia pela vida da pessoa com quem se conversa, o que não se observa nas entrevistas formais estruturadas (idem).

Zweig destaca que esse estilo de entrevista, ainda que não siga um questionário estruturado e fechado, tampouco pode ser iniciado sem conhecimento e preparação detalhados (idem, p. 85). Neste sentido, Burgess reflete sobre os elementos necessários para a concepção e condução de entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas.

Para o autor, é essencial elaborar o que chamou de “*aide mémoire*”, ou um auxiliar de memória, composto por tópicos ou temas que se quer abordar na discussão ou conversa em questão. Essa estratégia garante não só que se cubram todos os temas

que se pretende abordar, mas também que estes sejam abordados em todas as entrevistas (idem, p. 89).

Neste sentido, deverão constar deste “*aide mémoire*” três tipos principais de perguntas, de acordo com Spradley (apud Burgess, 1984, p. 91). Primeiramente, perguntas descritivas que permitem que os entrevistados forneçam declarações sobre si e suas atividades. Em seguida, questões estruturais que tentam descobrir como os entrevistados organizam seu conhecimento e, finalmente, questões de contraste que permitem aos entrevistados discutir os significados das situações e oferecem uma oportunidade para que ocorram comparações entre situações e eventos em suas realidades.

Em acordo com Burgess e os demais autores aos quais recorre, foi elaborado, no contexto desta pesquisa, um guião para entrevistas semiestruturadas, ou seja, um “*aide mémoire*” que pretende auxiliar o entrevistador na condução das entrevistas de forma a cobrir as questões que importam à investigação na conversa com todas as pessoas entrevistadas.

O guião em questão está dividido em quatro blocos, quais sejam, (1) a apresentação das pessoas entrevistadas, (2) a história de seus processos migratórios, (3) suas percepções sobre a vida no Brasil e, particularmente, sobre questões de diversidade sexogenérica no país, e (4) a relação entre estas percepções, o contexto brasileiro atual e suas decisões de migrar.

O guião encontra-se disponível entre os anexos ao final deste trabalho.

4.2 AS ENTREVISTAS

Entre os dias 6 e 17 de julho de 2022, foram realizadas entrevistas com dez pessoas LGBTQ+ que migraram do Brasil para Portugal nos anos de 2018 ou 2019, sendo três na cidade do Porto, seis em Lisboa, e uma *online* a partir de Madrid, residência atual do investigador.

As pessoas entrevistadas foram contactadas através de redes sociais, grupos dos quais fazem parte e indicações de amigos. Suas idades variam entre 26 e 38 anos.

Seis pessoas se identificam como homossexuais, duas como bissexuais e duas como pansexuais. Oito pessoas se identificam como cisgênero e duas como pessoas não binárias. Duas pessoas mencionaram estar questionando suas identidades de gênero. Duas pessoas revelaram ser soropositivas para o VIH.

Nenhuma pessoa que se identificasse como transgênero se candidatou ou aceitou o convite para a entrevista. Tampouco foram encontradas pessoas intersexo.

Independente da orientação sexual ou identidade de gênero, houve alguns casos de resistência e recusa aos convites para entrevista. Algumas das pessoas convidadas não se sentiam disponíveis emocionalmente a contar suas histórias, já que envolvem vivências íntimas e, por vezes, traumáticas.

A seguir, se apresenta análise do conteúdo das entrevistas, destacando trechos relevantes das conversas em questão. Os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios. O perfil dos dez participantes da pesquisa se encontra disponível entre os anexos ao final deste trabalho.

i. “NÃO SÃO PESSOAS QUE MIGRAM, MAS REDES”

Referida na seção 1.4 deste trabalho, a ideia proposta por Charles Tilly, citada por Joaquín Arango, de que não são pessoas que migram, mas redes, se encontra corroborada nos discursos acessados através das entrevistas.

Nove das dez pessoas entrevistadas mencionam amigos, familiares, parcerias amorosas ou outros contatos com os quais já contavam no local de destino antes de chegarem. A comunicação com estas pessoas que já viviam em Portugal ocorre em algum momento entre a ideia, a decisão, o planejamento e a execução do plano de migração, muitas vezes influenciando a decisão ou ao menos proporcionando a segurança de contar com uma referência no novo país e uma acolhida que ocorre não só sob a forma de apoio pessoal, mas muitas vezes de um primeiro lugar para se hospedar, de ajuda para encontrar uma moradia e/ou trabalho, apoio em relação à

burocracia para regularizar sua residência no país e a possibilidade de estabelecer através destas pessoas redes de contatos pessoais e profissionais.

“(...) eu sei que lá [em Portugal] eu vou ter gente que eu conheço, tem a minha amiga, tem a família dela. Então, não é como se eu estivesse indo para um lugar totalmente sem conhecer ninguém, sem estrutura, sem saber que eu tenho alguém a quem recorrer” (Ana)

“(...) encontrei um amigo na parada LGBT, ele falou (...) que ele já estava lá [em Portugal] há dois anos. [Ele] falou: ah, passei na universidade de Portugal (...) a gente pode aplicar cá com notas do ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio, no Brasil] (...) fui pesquisar, encontrei uma universidade no Porto e apliquei” (Cadu)

“(...) eu estava a desabafar com um amigo e ele falou: por que que você não vem para cá [para Portugal]? (...) eu vim sem trabalho, a única coisa que eu tinha era um lugar para dormir, que era um quarto que ele tinha conseguido numa casa próxima à casa em que ele morava” (Ed)

“(...) os pais do meu namorado moravam aqui já [em Portugal]. E aí eles estavam numa pressão para ele vir (...) eles não estavam gostando do rumo que as coisas estavam tomando politicamente no Brasil, aí eu pensei: ah, eu acho que eu quero fazer isso” (Diego)

Também a partir desta ótica, se pode observar que todas as pessoas entrevistadas citam a criação de redes de apoio, amigos e outros contatos pessoais e profissionais como um dos fatores que definem sua integração ao país, e muitos frisam que esta rede se estabelece entre pessoas brasileiras. Alguns significam estas redes

como verdadeiras famílias, e outros pontuam que neste sentido a integração não ocorre necessariamente com o país, mas com a comunidade brasileira imigrante.

“A gente tem uma ideia da Integração, uma ilusão de que a gente está integrado, mas em determinado momento, alguém [de Portugal] fala: porque é que você não volta para o Brasil, se aqui é tão ruim? Então [reflete]: ‘Você se integrou na comunidade portuguesa? Não, eu me integrei na comunidade brasileira em Portugal’” (Ana)

“Tem uma ‘galera’ brasileira que se une muito e quando alguém dessa turma toda consegue uma coisa, puxa todo mundo, puxa quem dá para puxar. (...) eu encontrei esse grupo de amigos e a gente se fortalece muito, parece que quando a gente está junto tem uma potência muito maior” (Flávia)

“Eu já consegui construir uma ‘micro comunidade’ de novo, que é muito parecida com a que eu vivia lá no Brasil” (Diego)

Em suma, pode-se entender que em muitos casos a migração não só é estimulada pelas redes, como a manutenção do *status* de imigrante se dá com base nestas redes e nas outras que tecem a partir de sua chegada, baseadas principalmente na nacionalidade como fator comum.

ii. O PRECONCEITO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cinco pessoas entrevistadas pontuam uma mesma diferença na forma como enxergam e eventualmente vivenciam o preconceito para com a diversidade sexogenérica nos dois países, qual seja, enquanto em Portugal sentem que é um preconceito velado, notado através de olhares e de atitudes como desprezo ou

indiferença, no Brasil a manifestação deste preconceito é muito mais explícita e invasiva, envolvendo desde comentários diretos e ofensas até agressões físicas.

“[Em Portugal] eles são muito reservados (...) talvez muitos de nós não colocaríamos em um questionário que somos homossexuais, transgêneros etc., é tudo muito velado aqui, né? (...) Eu vejo aqui as pessoas tão fechadas (...) então, eu não acho que aqui seja um lugar fácil também para ser homossexual. Mas não tem a agressão direta como nós temos no Brasil, e que ficou tão comum depois da eleição do Bolsonaro” (Inê)

“Acho que aqui [em Portugal] e lá [no Brasil] eu tenho a mesma qualidade de vida enquanto gay (...) a diferença é que no Brasil essa questão do preconceito, você sente um pouco mais de medo, aquilo pode se tornar uma agressão de fato, acho que esse é o ponto, da segurança física” (Cadu)

“No Brasil a LGBTfobia é muito mais forte, né? Acho que em Portugal, na Europa, a coisa é muito mais focada nos imigrantes, o discurso de ódio” (Jesus)

Duas destas cinco pessoas também compõem um grupo de seis pessoas que afirmam que sofrem mais discriminação em Portugal por serem imigrantes do que por serem pessoas LGBT+.

“Sempre senti o preconceito [por ser gay], aqui [em Portugal] e lá [no Brasil], mas é diferente (...) olhar, olham né, dão risada (...) mas aqui normalmente vem comentários mais xenofóbicos” (Ed)

“(...) a homossexualidade é a mesma aqui [em Portugal] e lá [no Brasil], mas o que vem atrelado a isso, o fato de ser uma pessoa migrante, essa luta contra a

xenofobia (...) essas interseções que aqui em Portugal se constroem a partir de outras experiências, de ser uma pessoa latino-americana, brasileira, enfim (...) tudo isso me coloca (...) numa posição aqui extremamente mais vulnerabilizada do que eu tinha no Brasil” (Bruno)

iii. A MIGRAÇÃO COMO MOMENTO DE “LIBERAÇÃO SEXUAL”

Cinco pessoas contam que, após migrarem, viveram momentos de expansão na vivência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Uma delas passou a se relacionar com pessoas do mesmo sexo, o que nunca fez no Brasil, ainda que já soubesse ser bissexual, duas se entenderam pansexuais e passaram a vivenciar sua sexualidade de acordo com essa identidade, tendo uma delas também se entendido uma pessoa não-binária, e duas delas estão em processo de questionar suas identidades de gênero, considerando inclusive que nenhuma das identidades que conhecem de fato abrigam a forma como vivenciam sua expressão de gênero.

“Eu ainda tinha uma estética muito ‘passável’¹⁰, eu cumpria uns requisitos sociais, tipo de cabelo, tipo de roupas, até que chegou um momento que eu fui querendo quebrar tudo, rasgar tudo isso, ficar careca (...) Só que eu só consegui fazer isso, finalmente, quando eu vim para cá [para Portugal]” (Flávia)

Quando perguntadas sobre as razões às quais atribuem essa maior abertura desde que se mudaram do Brasil, as pessoas entrevistadas descrevem que se sentem mais seguras para ser quem são em Portugal, o que se encontra em acordo com a ideia de repulsão-atração entre um local menos LGBT *friendly* para outro mais *friendly* das discussões de *queer migration*.

¹⁰ O termo “passabilidade” se refere à capacidade de uma pessoa ser lida e aceita socialmente como alguém que se enquadra em padrões normativos, ainda que não seja sua realidade. Neste caso, a entrevistada, que hoje se identifica como pessoa não binária e pansexual, considera que tinha aparência que seu entorno social interpretava como sendo uma mulher cisgênero e heterossexual, não sendo alvo, portanto, de qualquer tipo de discriminação ou preconceito e encobrindo sua real orientação sexual e identidade de gênero.

Esta maior segurança é apoiada por distintos argumentos, como a distância da família, o pertencimento a uma nova rede de amigos e circulação em ambientes mais *queer* e mais acolhedores, a ideia de que Portugal é um lugar mais seguro para pessoas LGBTQ+, e a ideia de que os ambientes onde viviam e circulavam no Brasil se tornaram mais inóspitos à diversidade sexogenérica nos últimos anos.

“Eu percebi que não acredito na binaridade (...) não cabia mais na casinha na heterossexualidade, era vergonhoso para mim, meu corpo político não é heterossexual de fato. Aí eu vou lutar com tudo para perder essa virgindade (...) enfrentar os medos, ter mais coragem, estar em lugares mais permissivos [referindo-se a Portugal] (...) estar longe da família também ajuda muito”
(Gina)

Nestes casos, pode-se propor a reflexão de que, nos últimos anos, diante do crescimento do discurso de ódio da ultradireita contra a diversidade sexogenérica e sua validação a partir do resultado das últimas eleições presidenciais, o Brasil vai-se tornando um país menos LGBTQ *friendly*, o que teria então gerado um recente aumento na “repulsão” de pessoas LGBTQ+.

“(...) a gente passou esses governos do PT que eram assim mais liberais (...) depois que eu já era adolescente (...) não lembro de se falar sobre [diversidade sexogenérica] (...) de representatividade, antes disso (...) e depois acabaram distorcendo tudo isso (...) veio a história do ‘kit gay’...” (Diego)

“Nunca tive problema de ser quem eu sou (...) com exceção da época da candidatura do Bolsonaro (...) eu pensei assim, será que eu saio mesmo no Brasil? Eu nunca pensei nisso, mas talvez seja uma boa ideia mesmo, pela minha segurança. Porque acho que foi a pior época para quem era LGBTQ, para quem era minoria. Pelo menos foi o que eu senti. Eu nunca tive problema (...) às vezes eu ia pro trabalho e logo depois ia ter um ‘bloquinho’ de carnaval, eu ia

de ‘shortinho’, de meia colorida, nem me preocupava (...) E na época da candidatura era tanta coisa que chocava a gente, eu nunca ouvi tanto caso de pessoas próximas sofrerem violência num espaço de tempo tão curto como nessa época (...) foi a única época que eu me privei de me vestir como eu queria, ia pra rua com medo de ser agredido” (Cadu)

iv. O DISCURSO DE ÓDIO E OS ATAQUES LGBTFÓBICOS

Em diversas entrevistas se pode observar a percepção das pessoas sobre efeitos diretos e indiretos do discurso LGBTfóbico e sua influência na decisão de imigrar.

“(...) a gente não esqueça, claro, que eu estou no governo Bolsonaro, né? Não esqueço que tem uma relação que é muito violenta com os LGBTs no Brasil. Isso não sai da minha balança (...) não tem como ignorar isso” (Ana)

Duas pessoas foram alvo de violência direta à época das eleições, tendo uma delas relatado que o nome do presidente foi mencionado no momento das agressões. Esta pessoa decide neste momento ir embora do país, enquanto a outra não sai imediatamente, mas passa a considerar esta ideia daí em diante.

“(...) olha lá que absurdo, toda masculina, nosso presidente vai acabar com isso, isso daí é um absurdo, olha só [que] depravação”

“Bolsonaro, meu presidente, o mito, a gente vai botar vocês todos no armário, eu vou matar esse bando de ‘viado’¹¹, esse bando de ‘sapatão’¹²” (Inê)

¹¹ Termo popular no Brasil para referir-se a homens gays, frequentemente usado de maneira pejorativa em ofensas homofóbicas.

¹² Termo popular no Brasil para referir-se a mulheres lésbicas, frequentemente usado de maneira pejorativa em ofensas homofóbicas.

Duas pessoas testemunharam ou tomaram conhecimento de amigos ou conhecidos que foram agredidos física ou verbalmente, também com menções ao nome do presidente no ato das violências. Elas atribuem a estes relatos um peso na sua decisão de imigrar.

“(...) uma amiga minha tava passando na rua, (...) ela tem uma expressão de gênero bem travesti mesmo. Ela chama a atenção normalmente. (...) Pegaram ela, (...) colocaram ela dentro de um carro, queimaram cigarro nela, bateram nela e deixaram ela. E falaram: ‘olha, com Bolsonaro isso vai acabar, essa classe sua vai desaparecer’. Por sorte, ela saiu viva” (Cadu)

“A gente sentiu uma crescente das pessoas se sentirem a vontade de serem homofóbicas [no Brasil] (...) alguns amigos meus sofreram violência física na rua (...) a maioria das situações estava acontecendo na frente das pessoas, de dia, não era de madrugada, numa rua escura (...) parece que foi uma mudança, um impulsionamento da ideia de que as pessoas podiam ser homofóbicas, racistas e misóginas, que tava tudo bem ser assim (...) se o presidente é, porque é que você não pode ser?” (Diego)

Quatro pessoas contam sobre a repercussão do discurso LGBTfóbico entre parentes ou outros grupos com os quais conviviam, ou melhor, da adesão destas pessoas a este discurso e o subsequente voto destas pessoas no atual presidente, o que significam como um fator para a composição de um ambiente hostil que definem como determinante para sua decisão de imigrar.

“(...) um dos fatores principais que me motivaram a querer vir mesmo [para Portugal] foram as discussões que eu estava tendo em família” (Helen)

“(...) eu tenho um tio muito ‘bolsominion’¹³, a gente parou de se falar nas eleições, teve uma briga muito feia, porque eu não conseguia ouvir as notícias, eu mandava pra ele, ele defendia o ‘cara’. E ele tem um filho que é gay, e ele não lida bem com isso, sabe? (...) Eu perdi meu tio, chorei muito por isso”

“(...) meu avô morreu e meu tio foi atrás de uma figura referencial pra votar nele, porque é o ‘cara’ bravo, que grita, que despreza as pessoas (...) que pra ele é uma referência de virilidade, como meu avô era (Gina)

“(...) alguns amigos e parentes votaram no Bolsonaro (...) pessoas que tem um amigo, um familiar LGBT, deveriam estar preocupados com isso (...) como é que votam num ‘cara’ que fala que tem que bater em ‘viado’, que fala que ‘preto’¹⁴ pesa não sei quantas arrobas, entre outros absurdos” (Jesus)

v. O PROCESSO ELEITORAL COMO FATOR DETERMINANTE DA MIGRAÇÃO

A vivência do período da campanha eleitoral, do resultado do pleito e do início do governo do presidente Bolsonaro aparece em todas as entrevistas como fatores que influenciaram a ideia de migrar e incentivaram sua execução, direta ou indiretamente.

Sete das dez pessoas citaram o panorama socioeconômico do período e perspectivas pessimistas para os próximos anos, nomeadamente os anos do governo Bolsonaro, como um fator que as estimulou a sair do Brasil. Algumas destas destacam temas como cortes em recursos públicos e a sensação de piora na segurança pública.

“(...) [mudar para Portugal] foi muito rápido, não era meu sonho da vida, o meu plano era trabalhar em São Paulo até me aposentar (...) [mas] começou a ficar tudo muito perigoso (...) no último ano em que estive lá [no Brasil], me

¹³ Expressão popular comumente utilizada para se referir aos eleitores de Bolsonaro.

¹⁴ Referindo-se a pessoas pretas.

roubaram quatro telemóveis (...) e também o governo não ajudava em nada, pelo contrário, né?” (Ed)

“(...) o cenário político e econômico estava horrível, né? (...) eu sempre quis fazer mestrado (...) aí vem a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] do teto de gastos [para a Educação] e a ‘galera’ que estava na academia reclamando muito porque as bolsas estavam sendo cortadas (...) todo mundo comentando sobre a dificuldade para fazer pesquisa” (Bruno)

Em diferentes graus, seis pessoas entendem que o processo eleitoral influenciou diretamente suas decisões de migrar. Algumas tiveram o resultado da eleição como um ponto inicial para planejar e executar a mudança de país, enquanto outras, em conhecendo o resultado, decidem simplesmente ir embora do Brasil, sem dedicar muito tempo para refletir sobre a decisão ou planejar a mudança.

“Se o Bolsonaro ganhar, eu peço demissão e vou embora (...) quantas milhões de pessoas representam o pensamento desse ‘cara’, e não me representa, eu não vou ficar aqui [no Brasil] com esse ‘cara’”

“Entrei em contato com as amigas daqui [de Portugal] (...) de uma hora para outra comprei passagem, dei uma de louca mesmo. Olha, vou para Portugal, e agora eu preciso fazer o que, né? Tirar passaporte, fazer as malas (...) Acho que esse processo não demorou nem três meses” (Inê)

“Quando eu vi que o Bolsonaro ia ser eleito (...) o cenário ficou triste, então assim que tive oportunidade de vir para cá [Portugal] (...) pedi uma licença no trabalho (...) que tem a ver [com o Governo Federal] porque estava ligado ao Poder Executivo, então me desmotivava ter [o presidente] como chefe maior e ficar submetida a projetos que eu não fosse concordar” (Helen)

Ainda neste contexto, seis pessoas relataram sentimento de culpa por “abandonar” o país neste momento em que seria necessário ficar e juntar-se a manifestações e outras formas de tentar alterar a realidade que se desenhava, enquanto três afirmam que o panorama lhes inspirava a vontade de ir embora, ou “fugir”, como alguns disseram.

“Eu não acreditava que essa maldade ia vencer, achei que era uma coisa surreal para ser verdade, aí foi um sofrimento danado. É dicotômico estar aqui, porque eu senti esse sentimento da fuga sabe, de não estar lá para estar no ‘front’ com a ‘galera’ (...) sendo resistência” (Gina)

“(...) se eu já estou querendo lutar contra todas essas coisas internas [em referência à sua sexualidade e identidade de gênero], vem uma coisa externa tão pesada assim, tão horrível [em referência à campanha eleitoral], parece que mais me afundava do que me fazia lutar, sabe? Mas eu fiquei me sentindo muito culpada de ter vindo para cá [para Portugal], tipo meio covarde, sabe?” (Flávia)

Há pessoas que fazem parte destes dois grupos, ou seja, sentiram a necessidade de fugir do país, mas se sentem culpadas por isso.

“Eu senti que tava abandonando o barco (...) quando eu era adolescente e estudava [o movimento das] Diretas Já, [pensava] nossa, que legal transformar o país, essa alma militante (...) e ver o que o Brasil estava se tornando, ver que aquele ‘cara’ tinha chegado ao poder e saber o que isso significava, me doía de sair e sentir que eu não ia desempenhar o meu papel como cidadã brasileira. Então, por esse motivo, eu queria ficar, mas ao mesmo tempo a minha vida pessoal não estava mais acontecendo do jeito que eu queria fazer acontecer e eu não estava muito bem das ideias. Então, eu queria fugir” (Ana)

vi. A REELEIÇÃO COMO FATOR DA DECISÃO DE RETORNAR AO BRASIL

Estando em média há três anos fora do Brasil, as pessoas entrevistadas em geral se sentem estabilizadas, contando com uma rede de apoio, com um trabalho ou dando sequência a seus estudos, e envolvidas em projetos, o que ao final lhes faz sentir “em casa”, e as leva a considerar a possibilidade de continuar sendo imigrantes, ainda que muitas afirmem sentir falta de seu país e tenham vontade de voltar.

“Eu vim para Portugal e gosto muito daqui, trabalho na minha área, se não fosse o salário seria perfeito (...) há uma conjunção de muita coisa, as pessoas são muito calorosas, tenho um grupo de amigos [brasileiros] fantástico (...) então hoje eu vejo que eu tenho uma vida muito parecida com a que eu gostava de ter no Brasil” (Cadu)

“Eu tenho vontade [de voltar para o Brasil] porque eu sinto muita saudade. Eu sinto muita vontade de fazer crescer as coisas do meu trabalho lá (...) mas aqui eu tenho construído muito” (Flávia)

Houve, porém, uma pessoa que, não contando com estabilidade profissional e financeira, relatou pensar constantemente em voltar. Em todos estes casos, porém, ponderando o panorama socioeconômico brasileiro e o ambiente hostil que se instalou desde a campanha eleitoral de 2018, nenhuma das pessoas entrevistadas admite a ideia de voltar a viver no país neste momento.

“Minha mãe vive falando isso: ‘filha, não tá dando nada certo aí com esses trabalhos, volta!’ Mas agora não quero mesmo por causa dele [Bolsonaro], por causa daquela guerra toda que tá lá [no Brasil], eu acho que a gente está mais

forte aqui [em Portugal] do que estando lá, acho que lá eu já teria me suicidado” (Gina)

Em relação às próximas eleições, que ocorrerão três meses após as entrevistas, a maioria das pessoas entende que, mesmo que Bolsonaro não seja reeleito, quem quer que seja o novo presidente encontrará muitos desafios para a recuperar o país, e que essa recuperação levará tempo. Assim sendo, não cogitam voltar a viver no Brasil no curto prazo, mas, se Bolsonaro não for reeleito, algumas tem vontade de voltar um dia, mas a longo prazo, enquanto outras que não têm planos de voltar a morar no país.

“A gente vai ter um desafio muito grande pela frente, até talvez ver alguma coisa sendo mudada [no Brasil]. Pode ser que leve um tempo, mas com certeza se outro candidato [em vez de Bolsonaro] ganhar, eu me sentiria mais motivada [a voltar para o Brasil]” (Helen)

“Penso em voltar, aí eu vejo as notícias e me entristece tanto (...) Será que hoje depois de passar quatro anos aqui [em Portugal] tenho sangue e estômago para voltar e passar aquilo tudo de novo? (...) Mas vamos ver como vai ser o primeiro ano [se Bolsonaro não for reeleito]. Acho que [se não for reeleito] muda para essa possibilidade [de voltar para o Brasil] de daqui a 10 anos para daqui a 2 anos” (Inê)

“O Brasil pra mim, eu estou tão frustrado com tudo, traumatizado e desgostoso com tudo que aconteceu, que eu não tenho vontade nenhuma de voltar para lá. (...) Eu não quero viver num país onde 50 milhões de pessoas votam nesse ‘cara’, sabe?” (Jesus)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar encaixar movimentos migratórios, quaisquer que sejam, em um só conceito, certamente não dará conta de explicá-los, muito menos de entendê-los como um entre tantos fenômenos sociais que envolvem diversos fatores, dos mais objetivos aos mais subjetivos, dos materiais aos culturais, dos profissionais aos pessoais, dos estruturais aos familiares etc. Os autores que defendem viradas epistemológicas, emocionais, amorosas e sexuais nos estudos da migração pontuam brilhantemente a questão, advogando pela interdisciplinaridade, interseccionalidade e observação da subjetividade como métodos e enfoques a compor a análise do imenso espectro de fatores que levam pessoas a migrarem, dentro do também imenso espectro de conceitos que podemos propor para tentar entender as diversas formas de mobilidade humana.

Os discursos acessados através das entrevistas realizadas no contexto deste trabalho fornecem elementos que apontam para diversos sentidos. Muitas pessoas citaram entre suas motivações para migrar condições materiais, oportunidades profissionais, um contexto de crise econômica e perspectivas pessimistas para o cenário macroeconômico brasileiro que se desenhava a partir da eleição de Bolsonaro. Neste sentido, pode-se considerá-las, em alguma medida, migrações econômicas ou laborais.

Muitas das pessoas também elencaram na decisão de se mudar a possibilidade de transições diversas, seja na sua inserção profissional, na possibilidade de se dedicar a estudos de forma que não puderam fazer no Brasil, ou a trabalhar em áreas nas quais não podiam ou conseguiam no Brasil, especialmente as ligadas às áreas artística e cultural. Neste sentido, então, a realização profissional e pessoal se cruzam e dificilmente se podem separar nesta análise, o que propõe que estas migrações vão muito além de uma busca objetiva por condições materiais, mas tem a ver com a realização de sonhos e potencialidades que o país e, especialmente, o contexto social e cultural desenhado nos últimos anos, nomeadamente no recorte de tempo aqui pesquisado, dos anos de 2018 e 2019, quando os cortes de recursos à educação, cultura e artes crescem de maneira expressiva, de forma que a migração não é

essencialmente laboral ou econômica, mas inclui fatores subjetivos, ligados às possibilidades de se livrarem de contextos que cerceiam sua liberdade e criatividade, e aí então poderem criar, se desenvolver, explorar novos horizontes e dar novos sentidos às suas existências.

Muitas das pessoas definem a vida imigrante também como um momento de transições pessoais, especialmente relacionadas às questões de diversidade sexogenérica, o que recorda a noção de repulsão-atração abarcada pelo conceito de *queer migration*, a partir do momento em que a vivência da migração também é ensejo de liberação sexual, expansão da vivência de afetos, sexualidade, identidade e expressões de gênero, comparando com o contexto em que se vivia anteriormente.

Entretanto, o conteúdo acessado via entrevistas aponta para o fato de que o movimento migratório empreendido pelas pessoas entrevistadas não é meramente econômico, laboral, nem se restringe ao que se define como *queer migration*. O descontentamento com o discurso apresentado na campanha eleitoral, a discordância com as políticas propostas pelo presidente eleito, a descrença em relação ao respeito à democracia e às instituições por parte do novo presidente, presente em diversos dos discursos aos quais apela durante e após a campanha eleitoral, e a ameaça explícita que seu discurso direcionou à oposição política, tanto dos partidos de esquerda como de seus apoiadores, faz desses movimentos migratórios também um exílio político.

Mais além, o ambiente hostil gerado pelo discurso de ódio contra as dissidências sexuais, que reverberou de diversas formas, tanto no aumento de casos de violência que significam sensação de ameaça às pessoas LGBTQ+, e que em diversos casos, relatados tanto pelas pessoas entrevistadas como em outras fontes às quais se recorreu ao longo desta pesquisa, como na esfera mais pessoal, quando familiares, parentes, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, entre outras pessoas de contato próximo, aderem ao discurso do candidato vitorioso do pleito de 2018, o que gera conflitos, discussões, dissolução de laços pessoais e até a sensação de ameaça no ambiente íntimo e familiar, onde muitas vezes se vivenciam as primeiras violências psicológicas e até físicas, permite que se interprete este movimento migratório, para além de todas as outras classificações, como um exílio *queer*.

Neste sentido, buscando analisar de forma ampla, interseccional, interdisciplinar, levando em conta não só os números e dados, mas os discursos das pessoas entrevistadas, as emoções que compartilham ao narrar sua história de migração, tanto no que concerne à decisão e circunstância, como nos aspectos mais pessoais e íntimos da vivência deste processo, conclui-se que, levando em conta a complexidade dos movimentos de mobilidade humana, que se podem enquadrar em um imenso espectro que vai da opção pela migração ao ato de recorrer ao exílio e termina no apelo ao refúgio, os movimentos narrados através da entrevista configuram o que se pode entender como autoexílio, exílio político e, principalmente, no caso deste pequeno recorte com o qual as conversas foram estabelecidas, exílio *queer*.

Buscou-se nesta pesquisa analisar os casos em que o ambiente hostil motivou a opção pelo exílio, mas em que não havia “fundado temor de perseguição”, ou seja, não se enquadrariam em solicitação de asilo e consequente *status* de refugiada ou refugiado. Esta decisão de deixar de lado os casos de refúgio relaciona-se à inquietação de analisar os movimentos da mobilidade humana fugindo da dicotomia observada que separa estes movimentos entre dois polos, quais sejam, a migração “comum” que busca melhores condições de vida, e o refúgio, ao qual se recorre quando há ameaça iminente e comprovada a um indivíduo por fazer parte de um certo grupo social.

Em matéria anteriormente citada sobre Portugal como um “refúgio” para pessoas LGBTQ+ brasileiras que queriam escapar deste ambiente hostil, se relata que muitas destas pessoas buscaram informações de como apelar para algum destes dispositivos, seja de asilo ou proteção subsidiária, como forma de viabilizar seu movimento de exílio e contar com um acolhimento mais específico e particular.

Porém, como pontua a ex-diretora da ONG ILGA Portugal, Marta Ramos, considerando a ausência de motivos que enquadrariam estas pessoas como candidatas à concessão de asilo, por não haver fundado temor de perseguição, tampouco se pode enquadrar suas demandas no dispositivo de proteção subsidiária, pois conceder este *status* a estas pessoas poderia gerar um conflito diplomático entre Portugal e Brasil, uma vez que seria interpretado como se Portugal estivesse reconhecendo que o governo brasileiro estaria ameaçando e perseguindo a população LGBTQ+, o que de fato

não ocorreu de forma explícita, mas indireta, tanto no contexto da retirada das pautas LGBTQ+ dos órgãos federais que se dedicam aos direitos humanos, quanto pelo discurso do presidente e de sua ministra dos direitos humanos, que, como citado anteriormente, difamam a população LGBTQ+ para gerar as *fake news* nas quais se baseou a plataforma eleitoral do presidente, que lhe serviu para conquistar com este discurso parcela expressiva da população brasileira, que aderiu à ideia de que a população LGBTQ+ representaria uma ameaça às suas famílias, à integridade de seus filhos, e, em muitos casos, à prática de seus credos religiosos, isto é, colocando este recorte populacional na posição de “inimigo comum” ou “bode expiatório”. Os efeitos sociais e pessoais desta estratégia eleitoral foram sentidos, em maior ou menor grau, pela população LGBTQ+, como se nota nos discursos das pessoas entrevistadas para esta pesquisa, e, de fato, figura entre os principais fatores, quando não o principal, da decisão e circunstância de seus autoexílios.

Em suma, restou à comunidade brasileira LGBTQ+ que se autoexilou em Portugal nos anos de 2018 e 2019 contar apenas com suas redes de apoio pessoais, já que não havia a possibilidade de contar com o apelo a qualquer dispositivo jurídico que lhes garantisse acolhimento e proteção mais adequados ao contexto de hostilidade, ameaça e, em muitos casos, violência, que viveram em casa, no trabalho, em outros ambientes em que circulavam, e até nas ruas ou em ambientes públicos dos quais não tinham opção de preterir.

Neste sentido, o exílio *queer*, que compõe o espectro de possibilidades de entender e nomear as experiências de mobilidade humana, se encontra em um “limbo” em que não pode acessar os dispositivos que caberiam a seus casos, como a proteção subsidiária, e acabam por ser vivenciados como uma migração “comum”, como se estas pessoas tivessem decidido mudar do Brasil para Portugal apenas para buscar novas oportunidades e melhores condições de vida, e não o que de fato ocorre nestes casos, uma opção por sair do Brasil visando a proteção de suas existências diante das ameaças que o ambiente onde viviam passou a apresentar, e, no limite, uma tentativa de preservar suas vidas diante das possibilidades extremas que estas ameaças podem alcançar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abela, J. (2011). *El análisis multinivel: una revisión actualizada en el ámbito sociológico. Metodología de Encuestas*. Volumen 13, 2011, 161-176 ISSN: 1575-7803. Granada: Universidad de Granada.
- Alonso, L. E. (1998). *La mirada cualitativa en sociología*. (2ª edição). Madrid: Fundamentos.
- Altman, D. (2000). *The emergence of "Modern" Gay Identities and the Question of Human Rights*. In Hilsdon et al., *Human Rights and Gender Politics: Asia-Pacific Perspectives*. London: Routledge, pp.150-195.
- Arango, J. (2004). *Theories of International Migration*. In Joly, D. (ed.), *International Migration and the New Millennium*. Aldershot: Ashgate, 15-36.
- Burgess, R. (1984). *In the field: an introduction to field research*. ISBN 0-415-07867-9. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castles, S. (2010). *Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36:10, 1565-1586, <https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489381>
- Claus, R.; Virchow, F. (2017). *The Far Right's Ideological Constructions of 'Deviant' Male Sexualities*. In Petö, A; Bitzan, R.; Köttig, M. (orgs.). *Gender and Far Right Politics in Europe*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 305-319. DOI: 10.1007/978-3-319-43533-6
- Cox, M.; Doudna, J.; O'Donnell, M. (2009). *Biologia Molecular: Princípios e Técnicas*. Porto Alegre: Artmed Editora.

- Favell, A. (2007). *Rebooting migration theory: Interdisciplinarity, globality and postdisciplinarity in migration studies*. In C. B. Brettell, & J. F. Hollifield (eds.), *Migration Theory. Talking Across Disciplines*. New York: Routledge, pp. 259-278.
- García, M., Ibáñez, J. y Alvira, F. (2006). *El análisis de la realidad social*. ISBN: 84-206-8105-9. Madrid: Alianza.
- Girard, R. (1986). *The Scapegoat*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Gorman-Murray, A. (2009) *Intimate mobilities: emotional embodiment and queer migration*. *Social & Cultural Geography*, 10:4, pp. 441-460. <https://doi.org/10.1080/14649360902853262>
- Heilborn, M. L. (1994). *De que gênero estamos falando? Sexualidade, Gênero e Sociedade*, ano 1, nº 2. Rio de Janeiro: UERJ.
- Hernández, A. (2005) *El método biográfico en investigación social: potencialidades y limitaciones de las fuentes orales y los documentos personales*. Asclepio-Vol. LVII-1-2005. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Ibrahim, C. (2021). *A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI*. 2ª edição. Curitiba: Kotter Editorial.
- King, R. (2012). *Theories and typologies of migration: an overview and a primer*. Malmo: Malmo University.
- King, R; Mai, N. (2009). *Love, Sexuality and Migration: Mapping the Issue(s)*. *Mobilities*, 4:3, 295-307. <https://doi.org/10.1080/17450100903195318>
- Kristeva, J. (1982). *Powers of Horror. An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press.
- Kuhar, R; Paternotte, D. (2017). *The anti-gender movement in comparative perspective*. In Kuhar, R.; Paternotte, D. (orgs.). *Anti-Gender Campaigns in Europe. Mobilizing against Equality*. Londres: Rowman and Littlefield, pp. 253-276.
- Lewis, R.; Naples, N. (2014). *Introduction: Queer migration, asylum, and displacement*. *Sexualities*. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460714552251>

- Lewis, R. (2014). *"Gay? Prove it": The politics of queer anti-deportation activism*. In Lewis, R.; Naples, N. *Introduction: Queer migration, asylum, and displacement*. Sexualities. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460714552253>
- Mabogunje, A. (1970). *Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration*. Geographical Analysis, 2(1): 1-18. <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1970.tb00140.x>
- Manalansan, M. (2006). *Queer Intersections: Sexuality and Gender in Migration Studies*. Champaign: University of Illinois.
- Massey, D., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. and Taylor, J. E. (1998). *Worlds in Motion, Understanding International Migration at the End of the Millenium*. Oxford: Clarendon Press.
- Mole, R. (2018). *Sexualities and queer migration research*. Sexualities. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460718772275>
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mudde, C. (2019). *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press.
- Norocel, O. C. (2013). *Our People – tight-knit family under the same protective roof: a critical study of gendered conceptual metaphors at work in Radical Right Populism*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Helsinki: Universidade de Helsinki.
- Paulo, H. (2014). *Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política*. In Mourão, Alda e Gomes, Ângela (coord.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0862-4_19
- Ravenstein, E. (1889). *The laws of migration – II*. Journal of the Royal Statistical Society, volume 52, issue 2, pp. 241-301. <https://doi.org/10.1111/j.2397-2335.1889.tb00043.x>
- Santos, B. (2020). *Toward a New Legal Common Sense: Law, Globalization, and Emancipation*. 3ª edição. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN: 9781316610459

- Sauer, B.; Kuhar, R.; Ajanović, E.; Saarinen, A. (2017). *Exclusive intersections. Constructions of gender and sexuality*. In Lazaridis, G.; Campani, G. (orgs.), *Understanding the Populist Shift. Othering in a Europe in crisis*. Routledge, Nueva York.
- Shakhsari, S. (2014). *The queer time of death: Temporality, geopolitics, and refugee rights*. In Lewis, R.; Naples, N. *Introduction: Queer migration, asylum, and displacement*. Sexualities. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460714552261>
- Shuman, A. (2014). *Getting Out: Political asylum, sexual minorities, and privileged visibility*. In Lewis, R.; Naples, N. *Introduction: Queer migration, asylum, and displacement*. Sexualities. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460714557600>
- Urry, J.; Sheller, M. (2007). *The new mobilities paradigm*. Environment and Planning, vol. 38, nº 2. London: Pion.
- Vartabedian, J. (2012). *Geografía travesti: Cuerpos, sexualidad y migraciones de travestis brasileñas (Rio de Janeiro-Barcelona)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Veiga, F.; González-Villa, C.; Forti, S.; Sasso, A.; Prokopljevic, J.; Moles, R. (2019). *Patriotas indignados: Sobre la nueva ultraderecha en la Posguerra Fría*. Madrid: Alianza Editorial.
- Vieira, P. J. (2011). *Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias*. Ex aequo, n.º 24, pp. 45-59. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Villalobos, M. A. (2020). *La centralidad del género en el discurso de Vox*. Dissertação de Mestrado em Estudos LGBTIQ+. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- White, M. (2014). *Documenting the undocumented: Toward a queer politics of no borders*. In Lewis, R.; Naples, N. *Introduction: Queer migration, asylum, and displacement*. Sexualities. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/1363460714552263>
- Zúñiga, N. (2020). *Salir del pueblo: Algunos relatos en torno a las causas y consecuencias del sexilio*. Dissertação de Mestrado em Estudos Feministas e de Género. Leioa: Universidad del País Vasco. Disponível em <https://addi.ehu.es/handle/10810/47261>

Periódicos e recursos online

- Andrade, V. L. (2020). *O refúgio por motivos de orientação sexual e identidade de gênero*. Com Ciência. Dossiê 216. Acesso em 04/04/2022. Disponível em <https://www.comciencia.br/o-refugio-por-motivos-de-orientacao-sexual-e-identidade-de-genero/>
- Barros, C. (2019). *Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil*. Folha de São Paulo. Acesso em 06/05/2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>
- Borba, F. S. (2005). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP.
- Bordalo, J. M. (2021). *Verificamos: PT e Haddad não estão distribuindo mamadeira em formato de pênis para crianças*. Revista Piauí. Acesso em 05/05/2022. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/10/20/verificamos-haddad-mamadeira-penis/>
- Brasil 247. *Bom dia 247: o caos brasileiro e a saída, com Boaventura Sousa Santos e César Calejon*. Acesso em 17/11/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hwa4YIBKdY>
- Bugalho, H. (2019). *O autoexílio de Jean Wyllys*. Carta Capital. Acesso em 20/04/2022. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/o-autoexilio-de-jean-wyllys/>
- Calamari, A. (2022). *Stefan Zweig y las formas del destierro*. Jot Down. Acesso em 19/04/2022. Disponível em <https://www.jotdown.es/2022/04/stefan-zweig-y-las-formas-del-destierro/>
- Calvi, P. (2022). *Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+; CLP aprova Seminário sobre o tema*. Acesso em 18/11/2022. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema>

- CLACAI - Consórcio Latino-Americano Contra o Aborto Inseguro (2019). *Gênero sob ataque*. Acesso em 09/08/2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M&ab_channel=Clacai
- Congresso em Foco (2020). *Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica*. Acesso em 10/05/2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>
- Dicionário Online de Português. *Exílio*. Disponível em <https://www.dicio.com.br/exilio/>
- Dicionários Porto Editora. *Exílio*. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/exilio>
- Fundo Brasil (s.d.). *A LGBTfobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização*. Acesso em 10/05/2022. Disponível em <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>
- Gortázar, N. (2019). *Detenidos dos expolícias militares em Río sospechosos de asesinar a la concejal Marielle Franco*. El País. Acesso em 09/05/2022. Disponível em https://elpais.com/internacional/2019/03/12/actualidad/1552395722_903065.html
- Grupo Gay da Bahia (2021). *Observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil em 2020*. Disponível em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>
- Grupo Gay da Bahia (2022). *Release mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil 2021*. Disponível em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>
- Henriques, J. (2022). *Casa do Brasil celebra 30 anos com maior número de sempre de brasileiros em Portugal: já são 210 mil*. Público. Acesso em 10/05/2022. Disponível em <https://www.publico.pt/2022/05/05/sociedade/noticia/casa-brasil-celebra-30-anos-maior-numero-brasileiros-portugal-ja-sao-210-mil-2004909>
- Hernández-Morales, A. (2019). *Portugal, refugio para homosexuales huidos de Brasil*. El Mundo. Acesso em 28/09/2020. Disponível em

<https://www.elmundo.es/internacional/2019/04/08/5c7d5145fc6c83ed748b46d6.htm>
!

ILGA (2020). *Mapas - Legislación sobre Orientación Sexual*. Disponível em <https://ilga.org/es/mapas-legislacion-sobre-orientacion-sexual>

Instituto Nacional de Estatísticas (INE). *Base de dados*. https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados

International Organization for Migration (IOM) (2019). *Glossary on Migration*. Genebra: IOM. Disponível em https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf

Marreiro, F. (2018). *Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras*. El País Brasil. Acesso em 06/05/2022. Disponível em https://elpais.com/internacional/2019/03/13/america/1552507570_321757.html

Mogrovejo, N. (s.d.). *Sexilio político*. Acesso em 14/11/2021. Disponível em <http://normamogrovejo.blogspot.com/2012/11/sexilio-politico.html>

Mota, E. (2020). *Kit gay nunca foi distribuído em escola; veja verdades e mentiras*. Congresso em Foco. Acesso em 06/05/2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/>

PORDATA (Base de Dados Portugal Contemporâneo). *Base de dados de migrações em Portugal por município*. <https://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Migra%c3%a7%c3%b5es-206>

Reis, T. (2021). *Vamos falar sobre intersexualidade? Da invisibilidade para as políticas públicas*. Congresso em Foco. Acesso em 26/04/2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas.direitos-humanos/vamos-falar-sobre-intersexualidade-da-invisibilidade-para-as-politicas-publicas/>

Salvador, S. (2018). *Mulheres, ditadura, gays: 10 frases polémicas de Bolsonaro*. Diário de Notícias. Acesso em 09/05/2022. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/mulheres-ditadura-gays-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-9968430.html>

Schwarcz, L. (2019). *Exílio, exílio político e autoexílio*. Acesso em 30/10/2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=PW-0HjZCGnY&ab_channel=LiliSchwarcz

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA)*. Edições anuais de 2010 a 2019. <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

Soares, W. (2015). *Conheça o "kit gay" vetado pelo governo federal em 2011*. Nova Escola. Acesso em 06/05/2022. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

Transrespect versus Transphobia (TvT). *Trans Murder Monitoring (TMM)*. Disponível em <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>

University of California – Davis (UCDavis) (2020). *LGBTQIA Resource Center Glossary*. Disponível em <https://lgbtqia.ucdavis.edu/educated/glossary>

Apontamentos em aula

Roque, A; Santos, R. (2020). *Metodologias de investigação*. [Apresentação em PowerPoint]

ANEXO I – GUIÃO DE ENTREVISTA

Bloco 1 – Apresentação

- Identidade de gênero e orientação sexual
- Idade e local de nascimento
- Local de residência antes de migrar
- Formação/profissão
- Última ocupação no Brasil
- Ocupação atual em Portugal

Bloco 2 – A migração

2.1. História da migração

- Ideia de migrar: desde quando lhe ocorre
- Plano de migração: quando começa e quanto tempo leva até a mudança
- Momento: porque ocorreu no período analisado
- Destino: porque escolheu Portugal

2.2. A vida no novo país

- Chegada: como foi, percepção de acolhimento
- Adaptação: se encontrou as condições de vida que esperava
- Acolhimento: sensação de integração
- Arrependimento: se em algum momento pensou em desistir/voltar

2.3. Planos para o futuro

- Se pensa em ficar no país, mudar para outro país ou voltar para o Brasil

- Que fatores figuram/influenciam esses planos

Bloco 3 – Percepções

3.1. Percepções sobre o Brasil

- Como se sentia vivendo no Brasil nos últimos anos
- Como se sentia vivendo no Brasil nos meses antes da mudança
- Como vê o Brasil hoje
- Como pensa que vai ser a vida no Brasil daqui para frente

3.2. Percepções sobre questões LGBTQ+ no Brasil e em Portugal

- Se já sofreu discriminação ou violência no Brasil e quando
- Se mesmo sem ter sofrido diretamente, percebia ou sentia ameaça indireta
- Como se sente enquanto pessoa LGBTQ+ em Portugal
- Como pensa que vivem hoje as pessoas LGBTQ+ no Brasil
- Se pensa que a vida das pessoas LGBTQ+ no Brasil vai melhorar ou piorar nos próximos anos

Bloco 4 – Relação entre as eleições e a decisão de migrar

- Se o discurso eleitoral e a vitória de Bolsonaro influenciaram a decisão de migrar
- Se o resultado das eleições de 2022 influenciariam a decisão de seguir sendo imigrante ou de voltar ao Brasil

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____,
aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Lucas Alonso Sales, no âmbito da dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo.

Compreendo que minha participação é voluntária.

Entendo que toda a informação obtida durante a entrevista será estritamente confidencial e que a minha identidade não será revelada em qualquer publicação ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente ao estudo em questão.

_____, ____/____/____.

ANEXO III – PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

NOME	IDADE	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	OCUPAÇÃO NO BRASIL	ANO DE CHEGADA	OCUPAÇÃO EM PORTUGAL
Ana	26	mulher cis	bissexual	produtora cultural	2019	estudante
Bruno	28	homem cis, questionando	homossexual	atendimento ao cliente	2018	estudante
Cadu	32	homem cis	homossexual	técnico de recursos humanos	2019	técnico de recursos humanos
Diego	34	homem cis	homossexual	publicitário	2018	trabalhador social
Ed	30	homem cis	homossexual	cabelereiro	2019	cabelereiro
Flávia	30	não-binária	pansexual	assessora jurídica	2019	artista plástica
Gina	38	mulher cis	pansexual	fisioterapeuta	2018	garçonne e produtora cultural
Helen	35	mulher cis	bissexual	servidora pública	2018	estudante
Inê	33	não binária, questionando	homossexual	repcionista de hotel	2018	garçonne
Jesus	34	homem cis	homossexual	desempregado	2019	estudante